



**GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO**

Secretaria de Meio Ambiente,  
Infraestrutura e Logística

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Semil | 2025









**GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO**

Secretaria de Meio Ambiente,  
Infraestrutura e Logística

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Semil | 2025



# APRESENTAÇÃO

**E**ste relatório tem como objetivo prestar contas à sociedade das principais ações, programas e resultados alcançados pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) no ano de 2025, reafirmando o compromisso da Pasta com a transparência, a boa governança e o aprimoramento contínuo das políticas públicas.

O ano de 2025 foi marcado por avanços relevantes na estruturação institucional da Secretaria, na consolidação da estratégia climática do Estado, na ampliação de investimentos em infraestrutura sustentável, segurança hídrica, saneamento básico, energia e logística, bem como no fortalecimento das ações de proteção ambiental, fiscalização, educação ambiental, planejamento territorial, pesquisa científica e inovação. Esses resultados refletem um esforço integrado de planejamento, execução e monitoramento.

O relatório adota como base de organização as principais áreas de atuação da Secretaria, seus programas estruturantes e os instrumentos estratégicos de planejamento, como os Planos Setoriais e o Plano Plurianual (PPA), de modo a oferecer ao leitor uma visão integrada das ações desenvolvidas pela SEMIL e por suas entidades vinculadas, bem como dos resultados alcançados ao longo do exercício.

O relatório está estruturado em dez capítulos:

- **Capítulo 1 – Introdução;**
- **Capítulo 2 – Governança, Gestão e Integridade;**
- **Capítulo 3 – Estratégia Climática do Estado de São Paulo;**
- **Capítulo 4 – Meio Ambiente;**
- **Capítulo 5 – IntegraTietê**
- **Capítulo 6 – Segurança Hídrica;**
- **Capítulo 7 – Saneamento;**
- **Capítulo 8 – Energia e Mineração;**
- **Capítulo 9 – Logística e Transportes;**
- **Capítulo 10 – Conclusão.**

Em cada um desses capítulos são apresentados os objetivos estratégicos da SEMIL e os programas do Plano Plurianual associados – detalhados na Introdução –, bem como os atores envolvidos, e descrição das principais iniciativas executadas e resultados obtidos, permitindo o acompanhamento das políticas públicas e o impacto gerado para a sociedade.

Em continuidade aos Relatórios de Atividades publicados em 2023 e 2024, a edição referente a 2025 apresenta uma nova organização dos conteúdos, tendo em vista aprimorar a prestação de contas à sociedade paulista.



Reiterando seu compromisso com a transparência e o acesso à informação, a SEMIL disponibiliza este relatório e demais dados institucionais em seu sítio eletrônico, possibilitando que cidadãos, órgãos de controle, gestores públicos, parceiros institucionais e demais interessados acompanhem de forma ampla e acessível as políticas e ações planejadas e executadas pelo Governo do Estado de São Paulo nas áreas de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

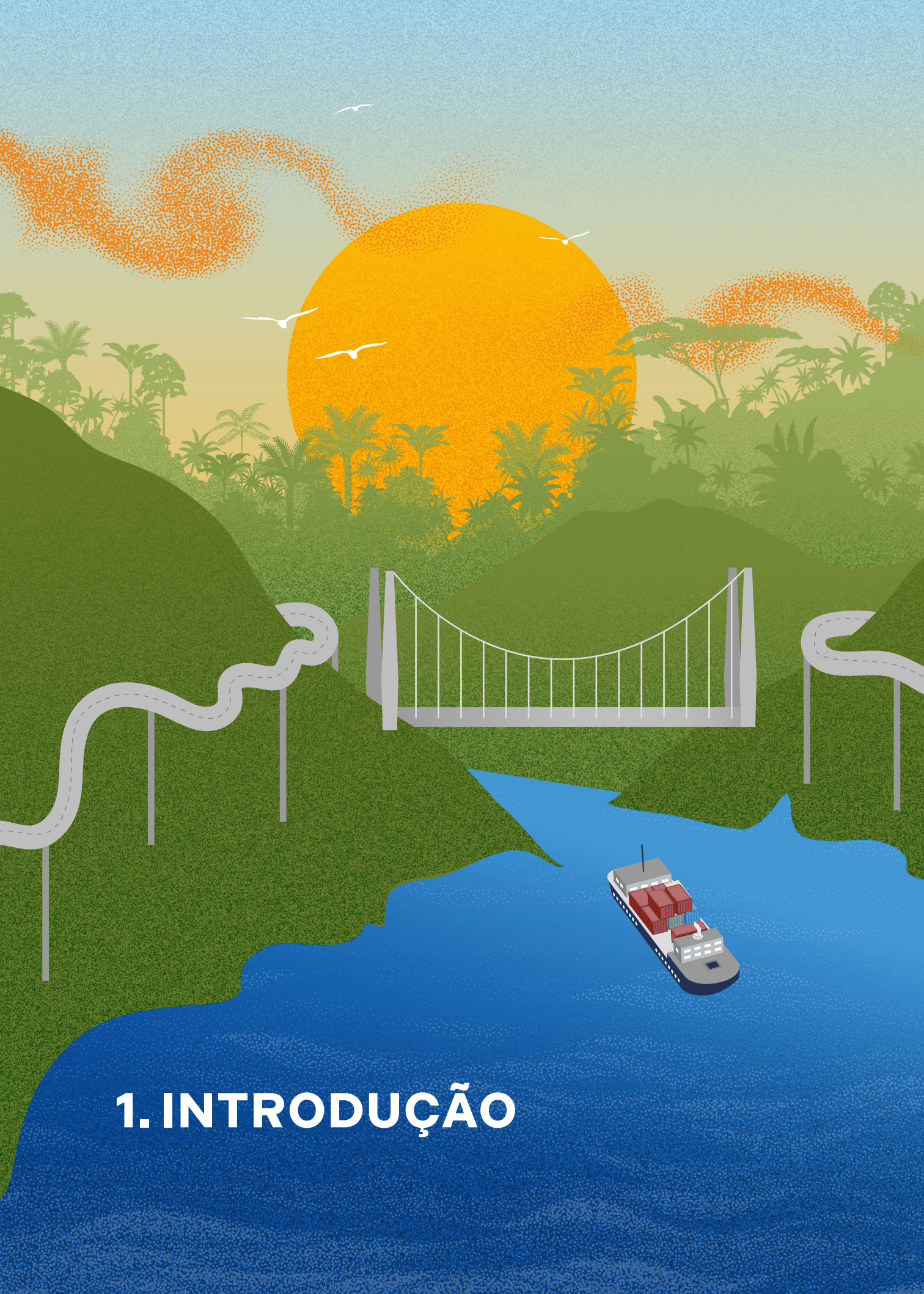
**Natália Resende**  
**Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**

**[www.semil.sp.gov.br](http://www.semil.sp.gov.br)**









# 1. INTRODUÇÃO







A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) tem sua estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto Estadual nº 69.376/2025 e detalhamento pela Resolução SEMIL nº 17/2025. Compete à Pasta o planejamento e a execução das políticas públicas estaduais relacionadas às mudanças climáticas, ao meio ambiente, aos recursos hídricos, à expansão e melhoria do saneamento básico, à promoção da transição energética e da mineração sustentável e à ampliação, modernização, operação e manutenção da infraestrutura de transportes a cargo do Estado, excetuados os sistemas de transporte de passageiros de regiões metropolitanas.

A diretriz que orienta a atuação da SEMIL define o meio ambiente como o elemento integrador de suas políticas públicas; a infraestrutura como pilar e meio essencial ao desenvolvimento da sociedade; e a logística como fator imprescindível à movimentação de pessoas e cargas, garantindo a subsistência na interligação das cadeias.

Para o cumprimento de sua missão institucional, a SEMIL é composta, no âmbito da administração direta, pela Subsecretaria de Gestão Corporativa e por quatro subsecretarias finalísticas, correspondentes aos seus eixos de atuação: Subsecretaria de Meio Ambiente (SMA); Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico (SRHSB); Subsecretaria de Energia e Mineração (SEM); e Subsecretaria de Logística e Transportes (SLT). Complementam essa estrutura núcleos transversais responsáveis por temas estratégicos, entre os quais a Unidade de Gestão de Integridade; a Assessoria de Mudanças Climáticas; a Assessoria de Colegiados, que integra importantes Conselhos vinculados às políticas e fundos da Pasta; e a Secretaria Executiva das Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário.

Integram ainda a estrutura da SEMIL as entidades vinculadas à Pasta: a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal (FF); a Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP-Águas); o Departamento de Estradas de Rodagem (DER); e a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS). A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) foram desestatizadas em 2024, deixando de integrar o rol de vinculadas.

O planejamento da SEMIL, alinhado com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, foi elaborado visando o desenvolvimento de políticas públicas estruturantes, com ações de curto, médio e longo prazo. Esse planejamento tem como base os Objetivos Estratégicos de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (OEMIL), fundamentados na Missão, Visão, Valores e Pilares da Secretaria, e constitui o referencial para a definição de prioridades, programas e ações.



## PROPÓSITO

“Servir ao desenvolvimento sustentável, servir ao futuro”

## PROPOSTA DE VALOR

Desenvolver e melhorar a vida dos paulistas, com diálogo e dignidade

### MISSÃO

Criar e fortalecer os caminhos que promovam o desenvolvimento sustentável do Estado, impulsionados por nossas forças motrizes de crescimento: Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, para transformar e melhorar a vida dos paulistas, com diálogo e dignidade.

### VALORES

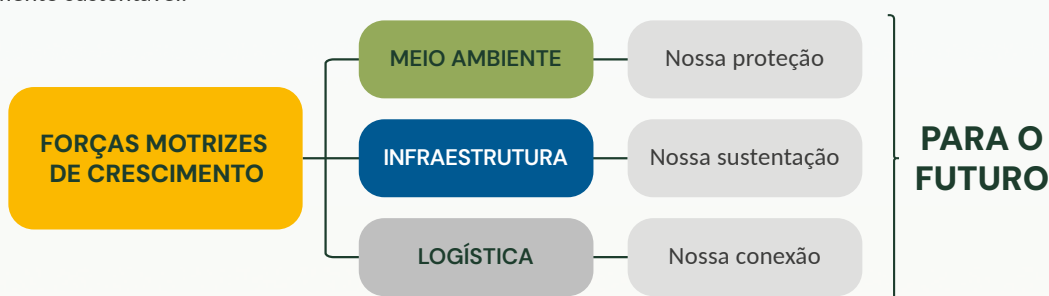
- Servir é retribuir
- Governança e gestão eficientes
- Responsabilidade com o hoje e com o amanhã
- Proteção, Sustentação e Conexão: nosso tripé de inovação e resultados

### VISÃO

Ser um agente de transformação e serviço do nosso Estado e partilhar, com todos os cidadãos, um futuro próspero, impulsionado pelo desenvolvimento sustentável.

### PILARES

DESENVOLVIMENTO • DIÁLOGO • DIGNIDADE



## OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (OEMIL)

|          |                                                                                                                                                                          |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 1  | Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.                                                        |
| OEMIL 2  | Promover a disseminação da educação ambiental e da pesquisa científica, estimulando a gestão do conhecimento e inovação tecnológica.                                     |
| OEMIL 3  | Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.                                                                                  |
| OEMIL 4  | Fortalecer as unidades de conservação, áreas protegidas e parques urbanos estaduais, protegendo sua biodiversidade e melhorando a eficiência da prestação dos serviços.  |
| OEMIL 5  | Otimizar os processos a cargo da CETESB, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.                                                                      |
| OEMIL 6  | Desenvolver e implementar os instrumentos previstos nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, primando pelo aprimoramento da regulação do setor no Estado. |
| OEMIL 7  | Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.                                                                                                   |
| OEMIL 8  | Buscar a antecipação da universalização do saneamento no Estado.                                                                                                         |
| OEMIL 9  | Fortalecer os arranjos regionais e a gestão de resíduos sólidos em atuação conjunta com as políticas públicas municipais.                                                |
| OEMIL 10 | Promover a transição energética e a mineração sustentável no Estado.                                                                                                     |
| OEMIL 11 | Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade.             |
| OEMIL 12 | Ampliar e modernizar a infraestrutura de transporte, bem como apoiar os Municípios em obras conveniadas.                                                                 |
| OEMIL 13 | Operar e manter a infraestrutura de transporte a cargo do Estado.                                                                                                        |
| OEMIL 14 | Melhorar a gestão de recursos humanos e financeiros, com foco na governança, transparência, integridade e planejamento estratégico.                                      |



Os objetivos estratégicos da SEMIL estruturam o Plano Plurianual 2024-2027 (PPA 2024-2027), aprovado pela Lei Estadual nº 17.898/2024 e atualizado pela Lei Orçamentária Anual de 2025 (Lei Estadual nº 18.078/2025). No âmbito desse instrumento, as políticas da Pasta estão organizadas em doze programas finalísticos e um programa de gestão, que traduzem os objetivos estratégicos em ações, metas e investimentos executados no período.

## Programas Finalísticos

- **2604:** Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado
- **2617:** Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento
- **2618:** Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade
- **2619:** Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática
- **2621:** Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos
- **2622:** Segurança Hídrica
- **2623:** Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico
- **2625:** Desenvolvimento e Implementação da Política de Recursos Hídricos
- **2626:** Transição Energética e Mineração Sustentável
- **2627:** Melhorias na Infraestrutura de Transporte Estadual
- **2628:** Operação, Conservação e Segurança da Infraestrutura de Transporte Estadual
- **2629:** Planejamento de Logística e Transportes

## Programa de Gestão

- **2630:** Suporte Administrativo









## 2. GOVERNANÇA, GESTÃO E INTEGRIDADE



A atuação da SEMIL está alicerçada nos princípios da Administração Pública, pela defesa da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e nas diretrizes do Governo, focadas no desenvolvimento, diálogo e dignidade.

No contexto da Governança, no ano de 2025, a SEMIL consolidou sua nova estrutura organizacional definida pelo Decreto Estadual nº 69.376/2025 e Resolução SEMIL nº 17/2025. Suas vinculadas passaram igualmente por mudanças significativas, com destaque para os avanços regulatórios na Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP-Águas) e a reestruturação administrativa da Fundação Florestal (Portaria Normativa FF-DE nº 19/2025).

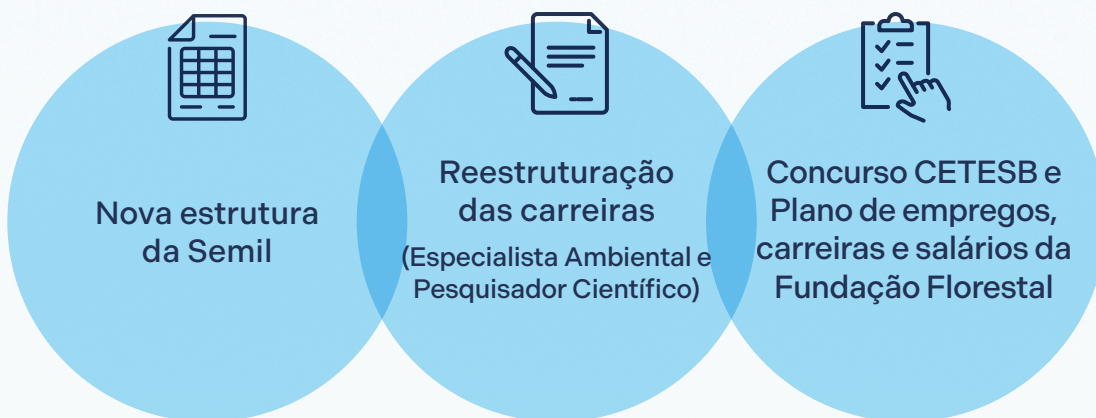
Para o aprimoramento da gestão e a eficácia das políticas públicas, foi criada na estrutura da SEMIL a Subsecretaria de Gestão Corporativa, que tem dentre suas competências, a responsabilidade de supervisionar e coordenar a área meio e as unidades administrativas; planejando, gerindo e monitorando as atividades de orçamento e finanças, licitação e contratos, tecnologia da informação, gestão de pessoas, dentre outras.

Além disso, foram criadas instâncias voltadas a aprimorar a gestão de ações estratégicas, com destaque para: (i) a Comissão de Planejamento, Avaliação e Acompanhamento Orçamentário (CPAO), responsável por coordenar, supervisionar e acompanhar a gestão e execução orçamentária de forma integrada aos processos de planejamento estratégico (Resolução SEMIL nº 38/2025); e (ii) a consolidação do Comitê Interno de Governança (Resolução SEMIL nº 35/2024), que tem o objetivo de implementar, promover ou executar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos.

O fortalecimento institucional contou ainda com ações de valorização funcional, que envolveram: (i) na administração direta: reestruturação de carreiras públicas de Especialista Ambiental (Lei Complementar Estadual nº 1.426/2025) e de Pesquisador Científico (Lei Complementar Estadual nº 1.435/2025); e (ii) na administração indireta: concurso para provimento de cargos de nível técnico e superior na CETESB, com contratação de 297 empregados entre 2024 e 2025; e aprovação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Florestal (Decreto Estadual nº 69.902/2025), corrigindo um cenário de defasagem do quadro funcional da Fundação e caminhando para abertura de concurso destinado ao preenchimento de 173 cargos, visando fortalecer a gestão e proteção das unidades de conservação paulistas.



## Fortalecimento institucional



## 2.1. GESTÃO CORPORATIVA

No âmbito da Gestão Corporativa, destacam-se as ações estratégicas destinadas ao planejamento orçamentário e financeiro, as atividades para andamento e execução de convênios, licitações e contratos, o suporte e inovações na área de tecnologia da informação, as ações voltadas à gestão de pessoas e o apoio técnico às obras e serviços de engenharia.

Entre os anos de 2023 e 2025 foram destinados à SEMIL e suas entidades vinculadas recursos do Tesouro do Estado que somam mais de R\$ 20,3 bilhões, entre despesas com pessoal, custeio e investimentos. Em acompanhamento ao orçamento público, registra-se em 2025 recursos da fonte do Tesouro do Estado direcionados à SEMIL na ordem de R\$ 1,23 bilhão, o que representa acréscimo de cerca de 35% em relação ao ano de 2023 (R\$ 932 milhões), conforme dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária (SIGEO).

A Subsecretaria responde também pela execução orçamentária e financeira de Fundos Especiais, dentre os quais: Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais (FPBRN); Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento do Estado de São Paulo (FAUSP); Fundo Estadual de Prevenção e Controle de Poluição (FECOP); e Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRAC).

Em apoio às políticas, programas, projetos e ações da SEMIL, a Subsecretaria de Gestão Corporativa deu suporte, na esfera da administração direta, à realização de procedimentos licitatórios e contratações (pregões, concorrência, dispensa, inexigibilidade, atas de registro etc.), buscando economia no gasto dos recursos públicos; e à formalização de instrumentos de cooperação e parceria (acordos, termos, convênios), dos quais destacam-se em 2025: (i) Acordo de Cooperação com a Associação Paulista de Produtores, Fornecedores e Consumidores de Florestas Plantadas (Florestar), para conjugação de esforços destinados ao monitoramento das ocorrências de incêndios florestais; (ii) Acordo de Parceria com a



Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa do Agronegócio (Fundepag), direcionado ao levantamento de espécies da fauna ameaçadas de extinção, para atualização e revisão da Lista Oficial de Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção do Estado de São Paulo; (iii) Termo de Convênio com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) para conjugação de esforços no desenvolvimento de pesquisas e estudos de viabilidade arquitetônica e urbanística para o Plano Estratégico Hidroviário do Estado de São Paulo; (iv) mais de 200 (duzentos) convênios, termos de fomento e de colaboração, para implementação do Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos.

Na reorganização da SEMIL, foi criada a Diretoria de Tecnologia da Informação, com competências para atender e dar suporte aos usuários internos e externos, buscando otimização dos serviços prestados; e principalmente voltada a gerenciar todas as operações e manutenção de equipamentos, infraestrutura, serviços e sistemas de informações. A área visa garantir a disponibilidade, qualidade, segurança e confiabilidade dos processos, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação. Os projetos desenvolvidos envolvem a sustentação de portais e sites; melhorias e desenvolvimento de sistemas e interfaces relacionados aos projetos estratégicos e serviços prestados pela SEMIL; APIs e Integrações, incluindo integração com os Correios para envio de comunicações e aviso de recebimento digital; interfaces de Geo Processamento, que abrangem mapas e aplicações em diversas temáticas; *Business Intelligence* (BI); e inovação tecnológica, inclusive com uso de tecnologias que envolvem a inteligência artificial.

Na área de gestão de pessoas, a SEMIL vem empenhando esforços para promover práticas que possibilitem a melhoria do clima organizacional, bem como garantam o desenvolvimento funcional, o desempenho dos servidores, a qualidade de vida e a segurança no ambiente de trabalho. Dentre as ações implementadas estão: (i) regulamentação e instituição do teletrabalho desde 2023, por meio da publicação da Resolução SEMIL nº 31/2023; (ii) criação de novos canais de comunicação; (iii) melhoria nas condições de trabalho a partir do oferecimento de serviços de locação e manutenção de veículos para transporte e de equipamentos de informática na sede e regionais; (iv) melhoria dos espaços físicos em toda SEMIL, por meio de levantamento de prioridades e com investimento de recursos para execução de obras de manutenção, reforma e pintura nas unidades regionais e sede, garantindo segurança e bem-estar aos servidores e oferecendo melhores condições para manutenção de acervos e atendimento ao público.

Evidencia-se, ainda, as ações para capacitação profissional, com a criação de portal para divulgação de agenda de cursos e treinamentos em diversas instituições, com registro de mais de 570 certificados de conclusão de cursos em 2025, assim como disponibilização de vagas em curso de Pós-Graduação lato sensu e o lançamento da Trilha de Aprendizagem ofertada a 95 servidores em cargos de liderança e assessoramento especial. No tocante a gestão das carreiras, mencionam-se as ações realizadas para organizar processos atrelados à evolução funcional (promoção e progressão), sendo em 2025 seis processos concluídos envolvendo 14 carreiras públicas presentes na SEMIL.





# 570 CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS



## TRILHA DE APRENDIZAGEM PARA CARGOS DE LIDERANÇA

No que tange ao apoio técnico às obras e serviços de engenharia, além da melhoria dos espaços físicos já destacada, a Subsecretaria também responde pela execução das: (i) manutenções prediais das unidades do Policiamento Ambiental; (ii) adequações estruturais dos Parques Urbanos; (iii) obras de implantação das Clínicas Veterinárias e dos Consultórios Pet Contêineres; (iv) reformas de embarcações e de estações de embarque do Sistema de Travessias Litorâneas.

## 2.2. INTEGRIDADE

Na SEMIL, a integridade constitui princípio transversal que orienta a atuação de seus órgãos e entidades vinculadas. A agenda é apoiada pela Unidade de Gestão de Integridade (UGI), criada pela Resolução SEMIL nº 37/2023; bem como pela Ouvidoria e pela Comissão de Ética, cujas atribuições estão definidas pela Resolução SEMIL nº 36/2023. Essas instâncias, instituídas anteriormente à publicação da atual estrutura organizacional da Secretaria, foram por esta referendadas, com o fortalecimento de suas competências.

Em 2025, a SEMIL recebeu reconhecimento da Controladoria Geral do Estado (CGE) por suas políticas de integridade, consideradas referência em governança e transparência na administração pública. De acordo com a CGE, as medidas adotadas pela Pasta desde 2023 resultaram em maior agilidade no atendimento ao cidadão, maior clareza das informações disponibilizadas e consolidação de uma estrutura alinhada à Lei de Acesso à Informação, à Lei Complementar Estadual nº 1.419/2024 e aos princípios do Acordo de Escazú, tratado regional da América Latina e do Caribe voltado à promoção do acesso à informação, da participação pública e da justiça em matéria ambiental, bem como à proteção dos defensores ambientais.

Ao longo de 2025, destacaram-se as ações de capacitação e conscientização, com a realização de eventos e treinamentos temáticos voltados à prevenção do nepotismo, bem como à disseminação de conteúdos específicos sobre conflito de interesses (Decreto



Estadual nº 69.474/2025), compromissos públicos (Decreto Estadual nº 69.475/2025) e outros temas relevantes para o fortalecimento da cultura e promoção da integridade.

Adicionalmente, foi mantida a interlocução institucional permanente por meio do acompanhamento sistemático de recomendações de auditoria e do relacionamento contínuo com órgãos de controle externos, como a Controladoria Geral do Estado, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Em articulação com a área de Gestão de Pessoas e com as Ouvidorias das entidades vinculadas, foram promovidos eventos sobre temáticas relevantes do ambiente organizacional, incluindo assédio moral e sexual, neurodiversidade e desafios das mulheres no trabalho. Essas iniciativas integram o Programa de Integridade da SEMIL, instituído em 2024, em alinhamento com o Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 67.682/2023) e o Plano Estadual de Promoção da Integridade (Decreto Estadual nº 67.683/2023 e alterações posteriores), e buscam promover soluções preventivas, reduzindo o agravamento de situações e a necessidade de formalização de reclamações e denúncias.

Desde julho de 2023, a Ouvidoria da SEMIL aderiu à plataforma Fala.SP, da Controladoria Geral do Estado (CGE), que unificou o registro das manifestações de Ouvidoria e dos pedidos do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC). Atualmente, esta constitui o principal canal de comunicação com usuários externos e internos. Em 2025, foram registradas 1.104 (mil cento e quatro) manifestações tratadas pela Ouvidoria da Pasta, conforme dados do Observatório da plataforma Fala.SP.



**1.104 MANIFESTAÇÕES**  
DA OUVIDORIA DA SEMIL NO FALA.SP

Informações da Ouvidoria Geral do Estado indicam que a SEMIL apresenta elevados índices de satisfação no atendimento aos pedidos de informação, além de baixo volume de recursos administrativos contra negativas. As instituições ambientais, caracterizadas pela SEMIL e suas vinculadas, registraram média de 9 em uma escala de 0 a 10, patamar classificado como muito alto pela Ouvidoria Geral do Estado.

No campo da transparência e do acesso à informação, a SEMIL ampliou o acesso digital a serviços ambientais, com disponibilização de dezenas de procedimentos no Portal de Serviços do Governo de São Paulo, abrangendo áreas como licenciamento ambiental, fiscalização e educação ambiental. Foram também disponibilizados dados e informações em plataformas temáticas da Secretaria e de suas entidades vinculadas,

incluindo a Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – DataGEO ([datageo.ambiente.sp.gov.br](http://datageo.ambiente.sp.gov.br)); painéis geoestatísticos, como o de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação ([semil.sp.gov.br/sma/sp-sem-fogo](http://semil.sp.gov.br/sma/sp-sem-fogo)) e o Painel Verde SP ([semil.sp.gov.br/painelverde](http://semil.sp.gov.br/painelverde)); mapas temáticos, como o Mapa da Qualidade das Praias Litorâneas ([cetesb.sp.gov.br/praias/#](http://cetesb.sp.gov.br/praias/#)); boletins produzidos e publicados pela Sala de Situação São Paulo ([salasituacaosp.spaguas.sp.gov.br](http://salasituacaosp.spaguas.sp.gov.br)); além do Portal de Educação Ambiental ([semil.sp.gov.br/educacaoambiental](http://semil.sp.gov.br/educacaoambiental)) e de outros conteúdos setoriais disponíveis nos portais das subsecretarias e entidades vinculadas.

O fortalecimento institucional permitiu avanços relevantes na transparência pública. Neste sentido, a SEMIL mantém a disponibilização de informações sobre as ações, políticas e programas da Pasta, bem como sobre decisões, aplicação e uso dos recursos públicos. Em consonância com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e com o Decreto Estadual nº 68.155/2023, a Pasta vem atuando em frentes voltadas ao aprimoramento da transparência ativa, destacando-se a reestruturação e atualização permanente de seu sítio eletrônico ([semil.sp.gov.br](http://semil.sp.gov.br)), a publicação e atualização da Carta de Serviços e a publicação e início da implementação, em 2025, do Plano de Dados Abertos, em conformidade com a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 68.769/2024), com direcionamento de informações ao Portal de Dados Abertos do Governo do Estado de São Paulo ([dadosabertos.sp.gov.br](http://dadosabertos.sp.gov.br)).

OEMIL 14

Melhorar a gestão de recursos humanos e financeiros, com foco na governança, transparência, integridade e planejamento estratégico.

**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2630 - Suporte Administrativo.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Chefia de Gabinete, Unidade de Gestão de Integridade, Ouvidoria, Comissão de Ética, Subsecretaria de Gestão Corporativa.









### **3. ESTRATÉGIA CLIMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**



A Estratégia Climática do Estado de São Paulo está alicerçada na Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), instituída pela Lei Estadual nº 13.798/2009, coordenando esforços em duas principais frentes de atuação: Mitigação e Adaptação.

A estratégia tem como premissa a transversalidade para assegurar que os Planos Setoriais e Programas estruturantes do estado observem as diretrizes relacionadas às questões climáticas e de sustentabilidade, promovendo eficiência e efetividade na resposta aos desafios globais, bem como articulação entre ciência, gestão pública, saberes e ações.

Neste contexto, foram definidas 06 linhas de atuação: (1) Governança, Transparência e Educação Ambiental; (2) Finanças Verdes e Inovação; (3) Justiça Climática; (4) Cidades Adaptadas, Resilientes e Circulares; (5) Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade e Oceano; e (6) Economia de Baixo Carbono e Transição Energética.



Diagrama das Linhas de Atuação da Estratégia Climática

Destacam-se, no âmbito da Estratégia, o fortalecimento da estrutura de Governança da PEMC, a consolidação do Plano de Ação Climática (PAC 2050), publicado em 2022, o lançamento do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC) em junho de 2025, e a instituição do Finaclima-SP, como instrumento de apoio ao financiamento climático.



## 3.1. GOVERNANÇA CLIMÁTICA

Em 2025, o Estado de São Paulo consolidou a estrutura de governança da PEMC, sustentada pelo Comitê Gestor da Política de Mudanças Climáticas (CGPEMC) e pelo Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CEMC), reorganizados por meio do Decreto Estadual nº 68.308/2024 e pelo Decreto Estadual nº 69.320/2025.

O CGPEMC, de caráter executivo, reúne representantes do Governo do Estado com o objetivo de disciplinar a elaboração e a implementação dos planos e programas relacionados com a PEMC. O CGPEMC, em 2025, realizou sete Plenárias, quatro Reuniões Ordinárias e três Reuniões Extraordinárias. Dentre as ações e deliberações do ano, ressaltam-se a apreciação das ações e subações do primeiro ciclo de implementação do PEARC, a análise da proposta metodológica de revisão do PAC 2050 e a Deliberação CGPEMC nº 02/2025, que estabelece acompanhamento específico e o monitoramento do regime de prevenção e contingência para o abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, instituído pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), por meio da Deliberação ARSESP nº 1.704/2025.

O CEMC, com composição tripartite, tem atribuição de acompanhar a implementação da PEMC e expedir recomendações. Em 2025 aprovou seu Regimento Interno e realizou sete Plenárias, quatro Reuniões Ordinárias e três Reuniões Extraordinárias, debatendo temas como: o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, as estratégias de mitigação de emissões, a gestão de recursos hídricos e de resíduos sólidos, e cidades resilientes.

### 3.1.1. Agenda Climática

Em 2025, a SEMIL atuou de forma ativa em articulações nacionais e internacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e às mudanças climáticas, consolidando iniciativas que integraram a agenda climática paulista, entre as quais:

- **Summit Agenda SP + Verde:** realizado em 4 e 5 de novembro pela SEMIL, o evento pré-COP 30, reuniu cerca de 500 palestrantes, 6 mil participantes e movimentou mais de R\$ 21 milhões em negócios verdes. Ocasão em que o Estado de São Paulo divulgou Carta de Compromissos, organizada em seis linhas estruturantes de atuação da Estratégia Climática paulista. O encontro foi uma parceria entre a SEMIL, Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo (SECLIMA), Universidade de São Paulo (USP) e a SP Negócios; e com apoio de diversas empresas privadas e instituições da sociedade civil.



AGENDA **SP**  
**+verde**



- **Carta de Compromissos SP + Verde:** [smastr16.blob.core.windows.net/home/2025/11/Carta-de-Compromisso-SPVerde.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2025/11/Carta-de-Compromisso-SPVerde.pdf).



Palestra no Palco Cosan, no evento Agenda SP+Verde

- **Conferência Estadual de Meio Ambiente** realizada em 12 de março em parceria SEMIL e Universidade de São Paulo (USP). O evento teve como tema: “Emergência Climática: os Desafios da Transformação Ecológica”. A Conferência consolidou um amplo processo participativo e o resultado convergiu na seleção de 20 propostas prioritárias encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para a etapa nacional em Brasília, além da eleição de 70 delegados que representaram São Paulo na Conferência Nacional.
- Participação da SEMIL nos maiores eventos da agenda climática global, nacionais e internacionais, como a *London Climate Action Week 2025*, a *New York Climate Week 2025* e a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém-PA.
- Memorando de Entendimento (MoU) entre o Governo do Estado e a *World Biogas Association (WBA)* – associação global dos setores de biogás e digestão anaeróbica – com foco no fortalecimento da indústria de biogás no Estado. O acordo prevê a definição e implementação de políticas, regulamentações e padrões para ampliar o uso de energias renováveis, reduzir emissões de GEE e estimular a produção de biogás e biometano.
- Parceria entre a SEMIL e a InvestSP destinada ao assessoramento técnico e ao fortalecimento do posicionamento estratégico do Estado nas agendas climática nacional e internacional.

## 3.2. PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA (PAC 2050)

O Plano de Ação Climática (PAC 2050), lançado em 2022, tem como missão orientar a economia paulista rumo à descarbonização e à neutralidade climática até 2050, promovendo sinergia, investimentos e ações de mitigação entre diferentes políticas setoriais, buscando transformar a infraestrutura de produção e serviços do estado, bem como contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais.



O PAC 2050 é o principal instrumento do Estado de São Paulo para alcançar a neutralidade climática. Está alinhado aos compromissos internacionais assumidos no Acordo de Paris e à campanha *Race to Zero*, da ONU.

Em 2025, foi iniciado o processo para a revisão do PAC 2050 e para a implementação do componente de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV), com objetivo de garantir a efetividade das ações de mitigação às mudanças climáticas, promover a transparência e garantir a prestação de contas das ações e metas previstas no Plano.

Em relação às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a SEMIL firmou acordo de cooperação técnica para adoção oficial e uso da Plataforma do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), disponível no endereço eletrônico: [seeg.eco.br](https://seeg.eco.br). Em junho de 2025, a CETESB lançou também a nova versão do Relatório Dinâmico de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), contendo informações dos inventários de diferentes setores econômicos de São Paulo, licenciados pelo órgão. O relatório está disponível no endereço: [cetesb.sp.gov.br/inventario-gee-empresendimentos/relatorio-dinamico-de-emissoes-de-gee](https://cetesb.sp.gov.br/inventario-gee-empresendimentos/relatorio-dinamico-de-emissoes-de-gee).

### 3.2.1. SP Carbono Zero

O Compromisso SP Carbono Zero, lançado em 2023, é direcionado a fomentar a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em organizações públicas e privadas. O Compromisso incentiva a apresentação de inventários de emissões diretas de gases de efeito estufa e a definição de trajetórias de descarbonização até 2050. As organizações realizam a adesão de forma voluntária. Em 2025, o programa contabilizou 58 organizações membros com reconhecimento aplicado, considerando os aderentes provenientes das duas fases e as novas adesões realizadas no segundo semestre de 2025, o que representa um crescimento de cerca de 50% em relação ao ano anterior (2024).



No Ciclo 2025-2026 do Compromisso SP Carbono Zero foi promovido o Prêmio SP Carbono Zero - Edição 2025 (Resolução SEMIL nº 035/2025). O prêmio foi organizado em quatro categorias setoriais (Transição Energética, Restauração Ecológica, Circularidade



e Mobilidade Sustentável) e duas categorias especiais (Finanças Verdes e Melhor Iniciativa SP Carbono Zero). Ao todo, 116 projetos e iniciativas foram habilitados e premiados os finalistas de cada categoria. Ao final, os quatro primeiros colocados de cada categoria seguiram para a etapa de votação popular, realizada durante todo o mês de outubro de 2025, resultando na eleição da “Melhor Iniciativa SP Carbono Zero”. O projeto de restauração ecológica “Corredores de Vida” do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) em consórcio foi reconhecido como o vencedor. A empresa Motiva foi premiada como maior doadora do Finaclima-SP.

### 3.3. PLANO ESTADUAL DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA (PEARC)

Lançado em junho de 2025, o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC) visa estruturar, coordenar e articular a atuação do estado de São Paulo no enfrentamento dos impactos negativos advindos das mudanças climáticas, atuais e futuros, fortalecendo a capacidade adaptativa, a resiliência e promovendo a justiça climática.



A elaboração do Plano foi um processo colaborativo, envolvendo mais de 76 encontros e reuniões para mobilização e articulação somente entre os anos de 2024 e 2025. Teve apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), e envolvimento de órgãos públicos, técnicos e servidores estaduais de diferentes áreas, além de pesquisadores e especialistas. Ao longo desse percurso, foram criados espaços de formação e letramento, fundamentais para embasar diretrizes voltadas à Justiça Climática.

Para ampliar ainda mais a participação social, o plano contou com processo de Consulta Pública, que abriu caminho para contribuições da sociedade e maior transparência. Foram recebidas 634 contribuições ao longo da consulta, das quais 73% foram incorporadas ao Plano, sendo 45% aceitas integralmente ou com ajustes, e 28% das contribuições registradas para serem analisadas por ocasião da implementação do Plano. Todo processo e resultados da consulta foram publicados no Relatório da Consulta Pública, disponibilizado no endereço eletrônico: [semil.sp.gov.br/mudancas-climaticas-e-sustentabilidade/plano-estadual-de-adaptacao-e-resiliencia-climatica-pearc/#1749147456026-66064bde-aa41](https://semil.sp.gov.br/mudancas-climaticas-e-sustentabilidade/plano-estadual-de-adaptacao-e-resiliencia-climatica-pearc/#1749147456026-66064bde-aa41).

Com horizonte de 10 anos, a implementação do PEARC será realizada em ciclos, permitindo ajustes e revisões ao longo do tempo. O primeiro ciclo, iniciado em 2025, foca em 46 Ações e 101 Subações, organizadas em Ações Gerais e distribuídas em cinco Eixos Temáticos – Biodiversidade, Saúde Única, Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Hídrica e Zona Costeira – e dois Eixos Transversais e Estruturantes – Infraestrutura e Justiça Climática.



Diagrama dos Eixos do PEARC

Juntamente com a publicação do Plano, foram disponibilizadas informações integradas e georreferenciadas do estado de São Paulo a partir de indicadores e dados associados aos temas de cada um dos Eixos do Plano. Estas informações foram reunidas no Núcleo Temático do PEARC na Rede ZEE, disponível no endereço eletrônico: [redezee.datageo.ambiente.sp.gov.br/zee/#/viewer/openlayers/9804](https://redezee.datageo.ambiente.sp.gov.br/zee/#/viewer/openlayers/9804).

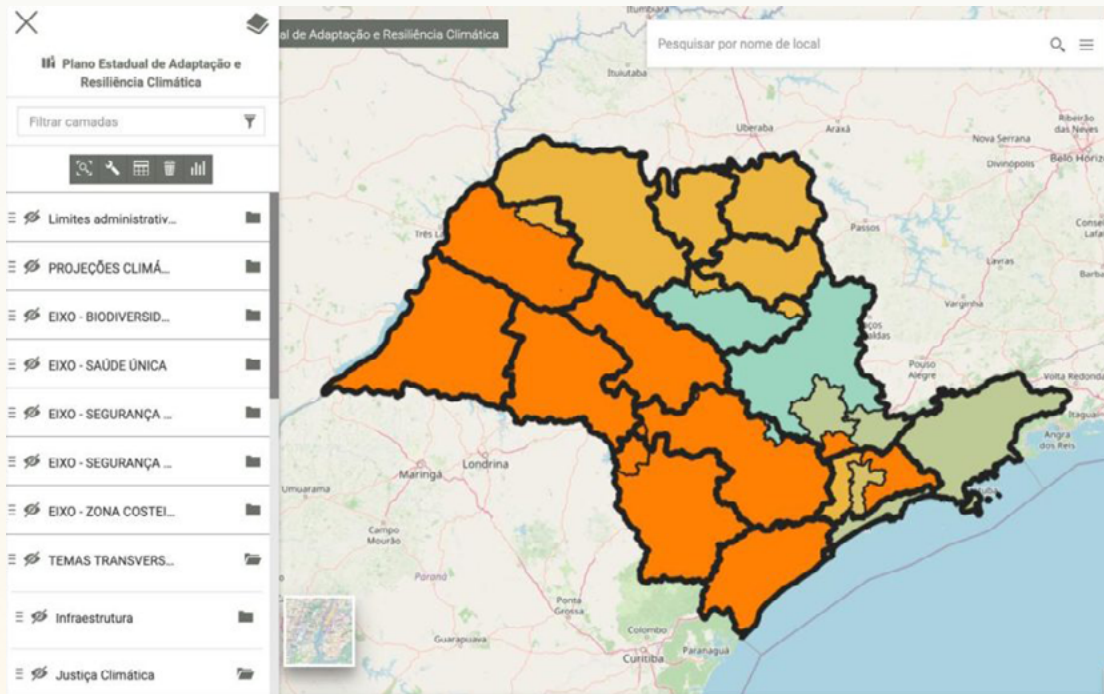


Imagem do Núcleo Temático do PEARC na Rede ZEE



O monitoramento da implementação começou no segundo semestre de 2025, em parceria com a Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ) e participação de técnicos de diversos órgãos que compõem a SEMIL, concentrando-se nas Ações e Subações do Eixo de Justiça Climática.

Alinhado ao PEARC, foi elaborado o Plano de Adaptação Climática da CETESB, estabelecendo diretrizes e medidas voltadas à preparação institucional frente aos riscos climáticos.

### 3.4. FINACLIMA-SP

Ainda no contexto de fortalecimento do Estado de São Paulo no enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças climáticas, o Finaclima-SP (Decreto Estadual nº 68.577/2024, alterado pelo Decreto Estadual nº 68.899/2024) figura como instrumento para ampliar recursos financeiros destinados a projetos estruturados que contribuam para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, adaptação e resiliência, alinhados às diretrizes da PEMC.



O ano de 2025 marca a fase de implementação do mecanismo, com a assinatura de Acordo de Cooperação com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), entidade selecionada para gerir os recursos e projetos; e a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento dos projetos de restauração de paisagens, sendo mais de 10 mil hectares disponíveis em Áreas de Preservação Permanente (APP) nos assentamentos rurais sob responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) no Pontal do Paranapanema, e na Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira.

Até o final de 2025, R\$ 10 milhões foram mobilizados para projetos de restauração via Finaclima-SP, que incluem aportes relacionados a formação de banco de área para compensação ambiental e decorrentes de conversão de multas ambientais da SEMIL.



**R\$ 10 MILHÕES**  
DESTINADOS A PROJETOS DE  
RESTAURAÇÃO VIA FINACLIMA-SP

|          |                                                                                                                                                              |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 1  | Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.                                            |
| OEMIL 2  | Promover a disseminação da educação ambiental e da pesquisa científica, estimulando a gestão do conhecimento e inovação tecnológica.                         |
| OEMIL 3  | Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.                                                                      |
| OEMIL 7  | Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.                                                                                       |
| OEMIL 10 | Promover a transição energética e a mineração sustentável no Estado.                                                                                         |
| OEMIL 11 | Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade. |

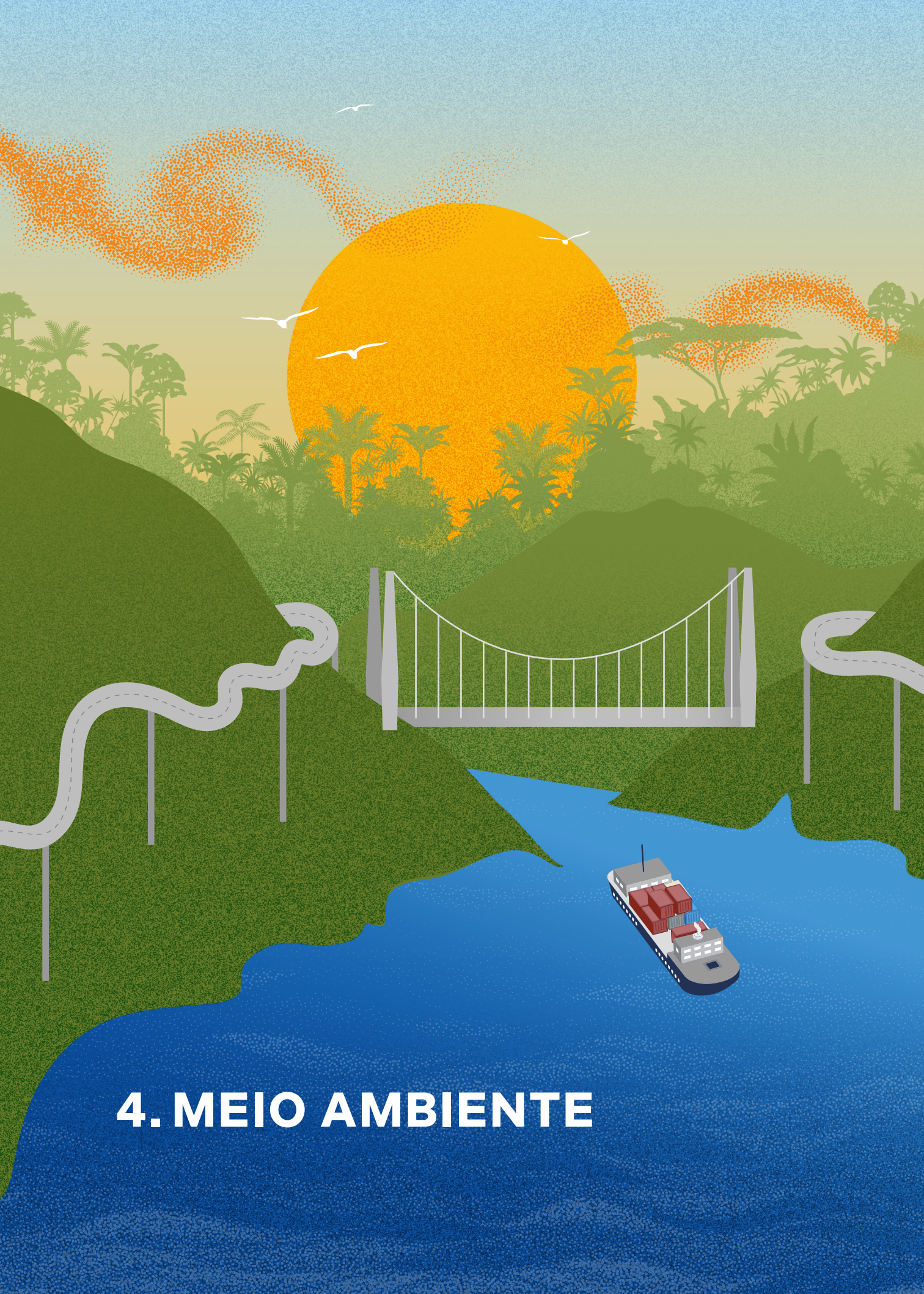
**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2604 - Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado, Programa 2617 - Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento, Programa 2618 - Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade, Programa 2619 - Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática, Programa 2621 - Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos, Programa 2622 - Segurança Hídrica, Programa 2623 - Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico, Programa 2625 - Desenvolvimento e Implementação da Política de Recursos Hídricos, Programa 2626 - Transição Energética e Mineração Sustentável, Programa 2629 - Planejamento de Logística e Transportes.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Assessoria de Colegiados, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Subsecretaria de Energia e Mineração, Subsecretaria de Logística e Transportes, Agência de Águas do Estado de São Paulo, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal.









## 4. MEIO AMBIENTE



O Plano Estadual do Meio Ambiente, lançado em junho de 2023, congrega os esforços de atuação da SEMIL sob 6 (seis) eixos: (1) Biodiversidade; (2) Bioeconomia e Finanças Verdes; (3) Parques Estaduais; (4) Educação e Conscientização ambiental; (5) Fortalecimento Institucional; e (6) Resiliência e Adaptação Climática.

Os temas vinculados ao Plano são tratados de forma transversal a partir das áreas de atuação da SEMIL, considerando sua sinergia especialmente com a Estratégia Climática, a Segurança Hídrica e o Saneamento.



## 4.1. BIODIVERSIDADE

O tema da biodiversidade abrange as ações destinadas à proteção, conservação, restauração e uso sustentável, de forma a garantir a manutenção da rica biodiversidade de fauna e flora do estado, garantir a sua preservação para presentes e futuras gerações.

O empenho para Conservação, Restauração e Uso Sustentável de Paisagens e Ecossistemas no estado e as parcerias com a sociedade civil contribuíram, entre 2023 e 2025, com 38 mil hectares em restauração de paisagens e ecossistemas no território paulista. O montante representa o cumprimento de 101% da meta do Plano Estadual de Meio Ambiente (37.500 hectares até 2026) e contribui para o Plano de Ação Climática 2050 (1,5 milhão de hectares até 2050). Até dezembro de 2025 registrou-se um total de mais de 17,1 mil hectares em projetos de restauração ecológica, reparação de danos, conservação e manejo florestal.



**38 MIL HECTARES**  
EM ÁREAS DE RESTAURAÇÃO



**101% DA META** DO PLANO  
ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE CUMPRIDA

Estas iniciativas envolvem projetos vinculados ao Programa Refloresta-SP, além de compensações do licenciamento ambiental, reparação de danos, conversão de multas em serviços ambientais e projetos voluntários.

### 4.1.1. Refloresta-SP

O Programa Refloresta-SP (Decreto Estadual nº 66.550/2022) visa promover mudanças no uso do solo, contribuindo para maior geração de valor ao produtor rural e para o aumento da provisão de serviços ecossistêmicos, criando condições favoráveis à restauração de paisagens e ecossistemas no Estado.

Os investimentos no Refloresta-SP somam R\$ 34 milhões, dos quais cerca de R\$ 8 milhões foram executados em 2025, e direcionados a estratégias para:



**INVESTIMENTO DE  
R\$ 34 MILHÕES  
EM ESTRATÉGIAS DO REFLORESTA-SP**

- Implementação de Unidades Demonstrativas, com previsão de aporte de R\$ 1,7 milhões dos quais R\$ 918 mil de recursos públicos foram executados, sendo em 2025 R\$ 442 mil;
- Iniciativas locais e incentivos econômicos, como agroflorestas, florestas multifuncionais e pagamento por serviços ambientais (PSA): R\$ 12,9 milhões em investimentos, dos quais R\$ 6,37 milhões já foram executados, sendo R\$ 989 mil em 2025 (9 municípios contemplados: Tarumã, Socorro, Salesópolis, Queluz, Mendonça, Jacareí, Cruzeiro, São Bernardo do Campo e Bragança Paulista; e projeto no Parque Estadual do Rio do Peixe);
- Projeto PSA Refloresta-SP - Vale+Verde: executado pelo Consórcio Intermunicipal 3 Rios, em continuidade ao legado do Projeto Conexão Mata Atlântica (encerrado em 2024), com investimento total de R\$ 11,5 milhões, dos quais R\$ 2,9 milhões já foram executados, sendo R\$ 2,2 milhões em 2025.
- Ação de Fomento de Projetos Municipais para Proteção e Conservação da Vegetação Nativa (2023): contou com aporte de R\$ 2,9 milhões de recursos do FECOP para execução de 6 contratos para a instalação de unidades de saneamento individual em parceria com municípios (Itaoca; Iguape; Ribeirão Grande; Bom Sucesso de Itararé; Sete Barras e São Bento do Sapucaí). Foram instaladas



70 unidades de saneamento individual, correspondentes a 21% da meta, com execução de financeira de R\$742.231,00 (31% da meta), dos quais R\$658.747, foram executados em 2025.

- Projeto Piloto para Conservação de Mananciais com Soluções Baseadas na Natureza (SbN): iniciativa da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) em parceria com a SEMIL, tem como objetivo gerar subsídios para o desenvolvimento de ações estratégicas e permanentes voltadas à preservação e à recuperação das áreas de mananciais. Do total de R\$ 5 milhões previstos, já foram repassados, em 2025, R\$ 4,49 milhões aos parceiros implementadores, as prefeituras de Piracaia e Joanópolis e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Merecem destaque, em 2025, no âmbito do ReflorestaSP: (i) Projeto RedeFloresta, destinado à elaboração de uma ferramenta WebGIS para apoio ao planejamento estratégico - parceria Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP (ESALQ/USP)/FAPESP; (ii) realização de 16 workshops para subsidiar a elaboração de 5 guias voltados à apoiar projetos em temáticas de restauração ecológica, reparação de danos ambientais, sistemas agroflorestais e uso sustentável de nativas; (iii) promoção de 27 workshops e cursos envolvendo mais de 650 participantes e abordando temas como Restauração, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Sistemas Agroflorestais.



Refloresta-SP em São Luiz do Paraitinga



### 4.1.2. Programa Nascentes

O Programa Nascentes foi reorganizado pelo Decreto Estadual nº 66.550/2022, passando a ser executado no âmbito do Programa Refloresta-SP. Por meio de seus bancos de área, o Nascentes disponibiliza áreas para restauração, registrando atualmente: 763 hectares em 35 Unidades de Conservação (UCs) - banco de áreas de UCs da Fundação Florestal; além de 12.586 mil ha em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal de 70 assentamentos rurais - banco de áreas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Há, ainda, destaque para o banco de áreas da bacia hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), gerido pela Agência das Bacias PCJ, ampliando a oferta de áreas nesse local - banco Agência PCJ.

No exercício de 2025, foram aprovados 8 novos projetos de restauração ecológica que passaram a compor a Prateleira de Projetos do Programa Nascentes, disponibilizando cerca de 195 hectares para financiamento da restauração por interessados voluntários e empreendedores com obrigações advindas do licenciamento ambiental.



**195 HECTARES**  
**DE NOVOS PROJETOS**  
**NA PRATELEIRA**  
**DE PROJETOS**

### 4.1.3. Outras iniciativas para conservação, restauração e uso sustentável

Evidenciam-se outras iniciativas da Pasta atreladas à restauração de ecossistemas e paisagens e uso sustentável, em 2025:

- Análise de projetos cadastrados no Sistema de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), contabilizando 833 projetos em execução no ano;
- Ações de fomento à agrobiodiversidade e exploração sustentável de vegetação nativa, com registro de atividades de exploração sustentável de espécies nativas (Resolução SMA nº 189/2018), entre as quais 67 comunicações de Roças Tradicionais de Coivara por Comunidades Tradicionais, totalizando cerca de 50,46 hectares (Resolução SIMA nº 98/2022), 7 comunicações de uso eventual e 1 de coleta de nativas, além de publicação, elaboração e distribuição de materiais para incentivo à implementação de Sistemas Agroflorestais no Estado;



- Fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) decorrentes das obrigações do licenciamento, vinculados ao projeto “De olho na Recuperação” da CETESB, com verificação de 797 TCRAs em 2025.
- Restauração de áreas em Unidades de Conservação, com projetos para o manejo de espécie exótica *Pinus sp* em áreas inseridas no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM);
- Recuperação da vegetação em São Sebastião, tendo investimento de R\$ 908 mil desde 2023 para recuperar as áreas afetadas por deslizamento de terra, envolvendo mais de 1.500 kg de semente e implementação de técnicas e estratégias que garantam alcance de áreas de difícil acesso e tecnologia para monitoramento sistemático por sensoriamento remoto e ortofotos.

Em 2025, foram realizados igualmente esforços para a recuperação de ecossistemas degradados e mitigação de impactos físicos, dentre os quais: implantação de contenção na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Barra do Una (sendo a SP-Águas executora das obras); busca por soluções baseadas na natureza em UCs como Parque Estadual Ilha do Cardoso; e restauração de 8.958 m<sup>2</sup> de ecossistemas de Restinga no PE Xixová-Japui, com retirada de espécies exóticas e plantio de nativas.



Parque Estadual Ilha do Cardoso

## 4.1.4. Monitoramento e Conservação da Biodiversidade

### 4.1.4.1. Programa MonitoraBioSP

Em 2025, o Programa MonitoraBioSP, coordenado pela Fundação Florestal registrou o monitoramento da biodiversidade em 906.560 hectares de Unidades de Conservação (UCs) de São Paulo, e obteve um aporte de R\$ 903 mil, dos quais



R\$ 760 mil já foram aplicados. O programa engloba cinco subprogramas específicos: (1) Monitoramento de Mamíferos Terrestres de Médio e Grande Porte; (2) Primatas; (3) Borboletas Frugívoras (47 UCs); e, em fase piloto, (4) Aves e Manguezais. No ano, ainda foram captados R\$ 1,5 milhão para iniciativas complementares de conservação.



## 906.560 HECTARES MONITORADOS: MAMÍFEROS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, PRIMATAS, BORBOLETAS FRUGÍVORAS, AVES E MAGUEZAIS

Destacam-se investimentos em projetos específicos, como o manejo reprodutivo de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e o manejo reprodutivo do sagui-de-tufo-preto (*Callithrix penicillata*), no Parque Estadual Ilha Anchieta. O Programa de Conservação do Mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), focado no Parque Estadual (PE) Lagamar de Cananéia, e o Monitoramento Populacional e Reprodutivo de Papagaios (*Amazona brasiliensis* e *Amazona vinacea*) em 13 UCs. Além disso, o Programa de Abelhas Nativas (PAN) conta com 30 meliponários implantados em diferentes regiões do estado, tendo registradas 32 espécies de abelhas nativas sem ferrão e 33 espécies de abelhas nativas solitárias.



Sagui-de-tufo-preto (*Callithrix penicillata*)



O MonitoraBioSP também avançou na fase de implementação de estratégias para controle e manejo de espécies invasoras, como Javalis (*Sus scrofa*) em 5 UCs; e continuidade às ações de tratamento de lobo-guará na Estação Ecológica de Itirapina.

Além de iniciativas para o mapeamento de habitats marinhos, como: Programa de Mapeamento das Áreas Marinhas Protegidas (PROMAP); Programa de Gestão Integrada de Manguezais (PGIM); e outras ações que incluem o ordenamento da fiscalização de avistamento de baleias, a remoção de 1,5 tonelada de petrechos de pesca (“pesca fantasma”) do PE Ilha Anchieta e PE Marinho Laje de Santos e a identificação de áreas de importância para Raias e Tubarões (ISRAS) ao longo do litoral paulista.

#### 4.1.4.2. Projeto Pró-Espécies

Registra-se, ainda na Conservação da Biodiversidade, as ações do Projeto Pró-Espécies, que por intermédio da atuação da Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia (DBB) coordena dois Planos de Ação Territoriais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PATs):

- PAT Cinturão Verde de São Paulo, que abrange um território de 2.742.169,37 hectares sobreposto, em grande parte, à Macrometrópole Paulista e à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo; e
- PAT Caminho das Tropas Paraná-São Paulo, que contempla um território de 12.474.067 hectares que se estende do Sudoeste Paulista à Região Metropolitana de Curitiba.

Ambos são executados em parceria com as Diretorias de Educação Ambiental (DEA) e de Planejamento Ambiental (DPLA) e Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) vinculados à Subsecretaria de Meio Ambiente (SMA) da SEMIL, e conjuntamente com a Fundação Florestal e a CETESB. Dentre as ações dos PAT, ganha ênfase o empenho para identificação das espécies ameaças de extinção da fauna e flora no Estado de São Paulo e apoio na organização e aporte de temáticas nos Encontros Paulistas de Biodiversidade (edição 2024 e 2025).

#### 4.1.4.3. Monitoramento ambiental na área do Porto de São Sebastião

Na área de atuação da Companhia Docas de São Sebastião registra-se reforço nas atividades ambientais de monitoramento do meio físico e biótico, que buscam avaliar a qualidade do meio onde o Porto de São Sebastião está inserido, bem como monitorar a biodiversidade da área do entorno do empreendimento. Esta ação está incorporada ao Plano de Gestão Ambiental (PGA) e envolveu, em 2025, investimentos que somam cerca de R\$ 2.940.000,00.

### 4.1.5. Programa Estadual de Fauna Silvestre

No contexto da Conservação da Biodiversidade, o Programa Estadual de Fauna Silvestre abrange ações de educação e conscientização ambiental, gestão integrada da fauna silvestre, conservação e manejo de espécies ameaçadas, contando ainda com a manutenção de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestre (CETRAS) e de outras iniciativas, incluindo o projeto RefaunaSP. Em 2025, destacam-se:

- Realização de cursos de Educação à Distância (EaD): “Inserções à Coexistência Humano-Fauna”, com a participação de 443 técnicos; “Uma Só Saúde/Saúde Única”, com 445 técnicos; e “Coexistência - com Primatas Não Humanos (PNH)”, com 131 técnicos, contemplando, ao todo, 286 municípios paulistas.
- Publicação de normas visando disciplinar e orientar as atividades relacionadas à conservação integrada da fauna, entre as quais: Resolução SEMIL nº 09/2025, que trata de autorizações para uso e manejo da fauna silvestre e da fauna exótica sob cuidados humanos e procedimentos para a autorização dos empreendimentos de fauna do Estado de São Paulo, e Portaria SMA nº 66/2025, que estabelece o protocolo sanitário para aves continentais com o objetivo de destinação para soltura, a ser realizado pelos empreendimentos de fauna.
- Reprodução e conservação de espécies ameaçadas: registro da reprodução de arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), com o envio de mais uma ave para soltura no Boqueirão da Onça, área onde é desenvolvido o programa de reforço populacional da espécie na Caatinga Baiana; transferência de primatas ameaçados (mico-leão-preto e sagui-da-serra-escuro) para outras instituições brasileiras parceiras dos programas nacionais e internacionais de manejo populacional; e, ainda, no âmbito da reprodução sob cuidados humanos para fins de conservação e pesquisa, a perereca-pintada-do-Rio-Pomba (*Nyctimantis pomba*), classificada como criticamente ameaçada de extinção, registrou mais um ano de sucesso reprodutivo no Centro de Conservação da Fauna Silvestre do Estado (CECFAU), possibilitando avanços em pesquisas científicas e no planejamento de ações de conservação.
- Ampliação de unidades de atendimento do Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SISPASS): em 2025, houve abertura de três novos postos nos municípios de Santos, São José do Rio Preto e Sorocaba, totalizando 13 unidades de atendimento presencial. Nessas unidades, foram realizados 2.209 serviços e contabilizadas 3.224 homologações ao longo do ano.



Arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*)



- No que se refere às atividades de conservação ex situ, a SEMIL, por intermédio da Coordenadoria de Gestão da Fauna Silvestre (CGFAU), registrou 3.738 empreendimentos de fauna ex situ em funcionamento, sendo responsável pela autorização de empreendimentos para o manejo de fauna silvestre e/ou exótica in situ e ex situ. Em 2025, foram emitidas 1.864 autorizações. A CETESB registrou no ano, a emissão de 158 autorizações.

Em 2025, a SEMIL manteve a operação de dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS), localizados nos municípios de São Paulo e Registro. No período de janeiro a dezembro, o CETRAS São Paulo registrou o ingresso de 9.487 animais silvestres, representando um aumento de 10,74% em relação ao mesmo período de 2024 (8.567 animais). No mesmo período, o CETRAS Registro realizou o atendimento 998 animais silvestres.



**9.487 ANIMAIS SILVESTRES  
RECEBIDOS PELO CETRAS-SP  
E 998 ANIMAIS SILVESTRES  
ATENDIDOS NO CETRAS REGISTRO**

O aumento observado reflete o aprimoramento das ações de fiscalização ambiental, aliado à ampliação dos esforços de resgate, especialmente no enfrentamento ao tráfico de fauna silvestre. Merece destaque, ainda, a abrangência territorial do atendimento, uma vez que, em conjunto, os CETRAS São Paulo e Registro receberam animais provenientes de 134 municípios do Estado de São Paulo, evidenciando o caráter estratégico dessas unidades na rede estadual de gestão da fauna.

A elevação no número de ingressos evidencia, igualmente, a intensificação das interações entre a fauna silvestre e os ambientes antrópicos, demandando a adoção de diretrizes estruturadas voltadas à promoção da coexistência e à mitigação de conflitos socioambientais.

As parcerias previstas pela SEMIL para 2026, em articulação com universidades, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e prefeituras, preveem a implantação de cinco novos CETRAS, ampliando a rede de atendimento à fauna silvestre, especialmente em regiões do território paulista que até então não dispõem desse serviço.

#### 4.1.5.1. Programa Refauna-SP

Com o objetivo de ampliar as ações de conservação da fauna silvestre, da manutenção das interações ecológicas e ecossistemas funcionais, em 2025, foi instituído o Programa RefaunaSP (Resolução SEMIL nº 022/2025). O programa foi criado para restaurar a biodiversidade nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, por meio da reintrodução, translocação e reforço populacional de espécies nativas que desapareceram localmente ou estão muito reduzidas.

O RefaunaSP parte do reconhecimento da importância da fauna na manutenção dos processos ecológicos e na oferta de serviços ambientais, como polinização, controle de pragas e dispersão de sementes – essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas. Assim, fundamentado em princípios legais e científicos, o programa busca recompor processos ecológicos essenciais, fortalecer a funcionalidade dos ecossistemas e assegurar a conservação da fauna, estabelecendo uma política pública permanente orientada por critérios técnicos.

#### 4.1.6. Bem-Estar Animal

A SEMIL atua na promoção do bem-estar animal e da convivência harmoniosa entre a população humana e a fauna doméstica, implementando iniciativas que buscam alcançar todas as regiões do Estado. Entre as principais ações estão o Programa Meu Pet e o Programa de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos.

##### 4.1.6.1. Programa Meu Pet

O Programa Meu Pet promove a construção de clínicas e consultórios veterinários públicos e gratuitos, destinados ao atendimento de animais domésticos. No modelo adotado, o Estado subsidia a construção das unidades, bem como a instalação dos equipamentos e mobiliários necessários, enquanto a contratação de recursos humanos e o custeio dos serviços é de responsabilidade das prefeituras participantes. Em 2025, foram concluídas a construção e a equipagem das clínicas veterinárias nos municípios de Ribeirão Preto e Sorocaba, bem como a construção da clínica veterinária de São José do Rio Preto, cuja instalação dos equipamentos encontra-se em fase final. As três unidades somam investimentos de cerca de R\$ 27 milhões. Adicionalmente, foram entregues 32 consultórios veterinários (PET Contêiner), com investimento total de R\$ 8,1 milhões, nos municípios de Aguaí, Agudos, Aparecida, Araçoiaba da Serra, Barrinha, Bebedouro, Brotas, Capão Bonito, Cerqueira César, Cravinhos, Dobrada, Divinolândia, Elisiário, Engenheiro Coelho, Fernando Prestes, Guariba, Iracemápolis, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Pontal, Santa Ernestina, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro,



# MEU PET



Santa Rosa de Viterbo, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Sete Barras, Tabatinga, Tambaú, Torrinha, Vargem Grande do Sul e Viradouro.



Meu Pet Contêiner em Holambra

**3 CLÍNICAS VETERINÁRIAS E  
32 CONSULTÓRIOS**



INVESTIMENTOS DE  
**R\$ 35,1 MILHÕES**

#### *4.1.6.2. Programa de Manejo Populacional*

O Programa de Manejo Populacional implementa estratégias voltadas para controlar a população de cães e gatos, prevenir o abandono e promover a guarda responsável, com benefícios diretos para a comunidade e para o bem-estar humano e animal, além de contribuir para o equilíbrio ambiental. Em 2025, o programa passou a ser executado em duas frentes complementares: a primeira consiste na formalização de convênios de repasse de recursos provenientes de



emendas parlamentares, destinados a apoiar ações estruturadas nos municípios a serem executadas por prefeituras e/ou organizações da sociedade civil; a segunda envolve a realização de mutirões de castração promovidos diretamente pela SEMIL, fortalecendo a capacidade do Estado de ampliar o acesso à esterilização cirúrgica e acelerar os resultados no controle populacional.

Em 2025, foram firmados 108 convênios que totalizaram R\$ 20,9 milhões, sendo 21 convênios com prefeituras, no valor de R\$ 3,7 milhões, e 87 convênios com entidades, no valor de R\$ 17,1 milhões, viabilizando o atendimento de aproximadamente 91.977 animais e ampliando a cobertura das ações de manejo populacional no Estado de São Paulo.

Na frente de ações voltada à realização dos mutirões de castração, consolidou-se o Programa PRO PET SP, por meio do qual foi realizado o Chamamento Público DBEA nº 01/2025. O processo resultou na habilitação de 501 municípios, dos quais os 256 melhores classificados deverão ser contemplados no 1º ciclo do programa, previsto para o período de dezembro de 2025 a julho de 2026, com a previsão de atendimento de 52.850 animais e investimentos totais da ordem de R\$ 10,5 milhões.

## 256 MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS NO 1º CICLO DO PRO PET SP

No intuito de aprimorar as políticas públicas para animais domésticos no estado, foi atualizada a Pesquisa de Bem-Estar Animal nos Municípios (PBEAM) em 2025, contando com a participação de 304 municípios, um aumento de 101% em relação à edição do ano anterior.



Ônibus do Pro Pet



## 4.2. PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

### 4.2.1. Operação São Paulo Sem Fogo

No exercício da coordenação do Comitê Executivo da Operação São Paulo Sem Fogo (Operação SP Sem Fogo), a SEMIL conduziu a produção e validação do Plano Anual de Trabalho 2025 e o Protocolo de Governança da Operação, além de congregiar esforços para a elaboração de minutas de Decreto da Política Estadual de Manejo Integrado do Fogo e das resoluções de medidas preventivas aos incêndios florestais em propriedades rurais e em rodovias.

Foram registradas iniciativas, em 2025, para fortalecer a prevenção, o monitoramento, controle e combate aos incêndios florestais, destacando-se:

**Ações de Treinamento e Educação:** (i) 15 Oficinas de Preparação da Operação SP Sem Fogo, coordenadas pela Defesa Civil e distribuídas pelo território paulista, que atingiram 537 municípios e 3.692 agentes; (ii) 46 treinamentos presenciais de brigadistas realizados pela Fundação Florestal, com participação de diversas prefeituras, ONGs, produtores rurais, entre outros, alcançando 1.286 pessoas; (iii) dois treinamentos, sendo um sobre o Sistema de Comando em Operações de Emergência (SICOE) com participação de 50 servidores, e outro para novos brigadistas do litoral e Vale do Ribeira, com 21 participantes; (iv) 66 ações de educação ambiental realizadas no âmbito da atuação das Unidades de Conservação e entornos, com 6.733 pessoas alcançadas; (v) produção e distribuição de materiais de divulgação e conscientização sobre a temática dos incêndios, sendo 50 faixas, 40 mil folhetos e guia com informações mais detalhadas sobre a temática, com 2.500 cópias impressas para utilização em ações de fiscalização preventiva; e (vi) curso na modalidade EaD, composto de 11 aulas, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Educação Ambiental (DEA) para promover o conhecimento sobre prevenção e combate a incêndios florestais e outras ações sobre a matéria, totalizando 17 conteúdos divulgados no Portal de Educação Ambiental.



Ação da SP Sem Fogo





Capacitação da SP Sem Fogo

**Ações de Prevenção e Monitoramento:** (i) confecção de aceiros e manutenção de estradas nas UC, inclusive por parceiros, totalizando 1.900 quilômetros; (ii) ações de queima prescrita, para diminuição do combustível composto pela vegetação, nas áreas das Estações Ecológicas de Assis, Itirapina, Jataí, Santa Bárbara e Santa Maria; Estações Experimentais de Araraquara e São Simão; Florestas de Batatais e Bebedouro; Floresta Estadual Noroeste Paulista; e Parque Estadual Furnas do Bom Jesus; (iii) apoio em ações de fiscalização, vistorias e monitoramento em áreas mais críticas para adoção de medidas preventivas, incluindo realização de vistorias técnicas a propriedades rurais, notificação a concessionárias de rodovias e transmissão de energia, bem como oficinas para a sensibilização das comunidades de seus entornos; além de constituição de equipes para atuação na Fase Vermelha, especialmente para identificação precoce de focos de incêndios.

**Investimentos para a Prevenção e Combate:** (i) aquisição de 21 kits para caminhonetes, compostos por motobomba e tanque rígido, totalizando investimento na ordem de R\$ 588 mil; (ii) Contratação de serviços de 57 postos com 114 bombeiros civis para prevenção e combate a incêndios florestais, no período de estiagem atendendo a todas as unidades da Operação SP Sem Fogo, num valor investido de R\$ 8,3 milhões; (iii) contratação de empresa de aviação para monitoramento e combate, no sistema de Ata de Registro de Preços, sendo realizados acionamentos: pela SEMIL, por intermédio da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental (DPFA) de 47 horas de ação de combate, totalizando 38 lançamentos, 57 mil litros de água, ao custo de R\$ 903 mil reais; e pela Fundação



Florestal foram utilizadas 17,5 horas/voo, num total de R\$ 345 mil; (iv) além disso, diante da demanda de apoio adicional em algumas ocorrências, foram contratadas aeronaves de asa rotativa, sendo utilizadas 35,8 horas/voo no total de R\$ 663 mil, em complementação ao apoio do Comando de Aviação da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Aviação de combate da SP Sem Fogo



**15** OFICINAS DE PREPARAÇÃO,  
**537** MUNICÍPIOS E **3.692** AGENTES



**1.900 KM** DE ACEIROS E  
MANUTENÇÃO DE ESTRADAS EM UCS



**57** POSTOS COM **114** BOMBEIROS CIVIS,  
NUM TOTAL DE **R\$ 8,3 MILHÕES**

Às ações e investimentos realizados pela SEMIL e vinculadas, somam-se especialmente aquelas realizadas pela Defesa Civil com reforço em tecnologia, monitoramento em tempo real de dados meteorológicos, mapas de risco e inteligência geoespacial, capacitações e distribuição de EPIs.

Em 2025, houve registro de 138 ocorrências de incêndios florestais em Unidades de Conservação e áreas adjacentes, sendo atingidos 675 hectares no interior das unidades e 3.014 hectares nas áreas do seu entorno. Isso evidencia uma redução de 89% no total da área atingida por fogo em Unidades de Conservação e entorno em comparação ao ano anterior. A Operação SP Sem Fogo tem se mostrado altamente efetiva no que se refere às ações preventivas e de resposta rápida a incêndios florestais, minimizando os possíveis impactos.

### 4.2.2. Prevenção e Fiscalização Ambiental

A atuação da SEMIL na prevenção e fiscalização ambiental conta com a parceria da Polícia Militar Ambiental, tendo sido renovado o Termo de Cooperação com o órgão para a realização de ações integradas de proteção, fiscalização e monitoramento ambiental.

Em 2025, a SEMIL contou com a realização de mais de 98.859 ações por meio do policiamento preventivo e ostensivo, em todo o território do Estado, abrangendo diversas linhas temáticas, como flora, fauna, combate ao uso irregular do fogo, pesca e produtos florestais. Neste contexto, foram registradas: 16.450 infrações administrativas ambientais, iniciadas a partir da aplicação dos Autos de Infração Ambiental (AIAs); realização de 17.036 atendimentos ambientais para andamento das infrações na esfera administrativa, sendo 47,7% (8.134) na categoria flora, 24,3% (4.132) na categoria fauna, 12,2% (2.073) na categoria pesca e 15,8% (2.693) em demais classes infracionais; e julgamento de 7.588 contestações à primeira e segunda instâncias recursais.

No ano de 2025, foram celebrados 4.302 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), que envolveram a reparação de áreas degradadas (64,9%), a regularização de atividades objeto de autuação (33,1%) ou demais medidas preventivas (2%). Além da realização de 4.183 vistorias para verificação da reparação de dano pelas Divisões Técnicas Regionais (DvTRs) da DPFA, incluindo vistorias realizadas in loco (2.544) e por via remota (1.639).



**4.302 TERMOS  
FIRMADOS PARA  
RECUPERAÇÃO  
AMBIENTAL**



**4.183 VISTORIAS DA  
REPARAÇÃO DE DANOS**



No âmbito das iniciativas do Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites (MAIS), voltado à identificação de alterações na vegetação nativa do Estado, foi realizado o monitoramento ambiental de 4.437.230 km<sup>2</sup>. Esse volume de análise corresponde a uma cobertura equivalente a aproximadamente 18 vezes a área do território estadual ao longo do referido ano.



**4.437.230 KM<sup>2</sup>**  
MONITORADOS =  
**18X** O TERRITÓRIO DO ESTADO

Dentre as demais ações realizadas em 2025, destaca-se o lançamento do “**Acordo SP+Verde**”, organizado conjuntamente com a Procuradoria Geral do Estado, e com a participação do Poder Judiciário. A iniciativa é direcionada à resolução célere de litígios e promoção do cumprimento efetivo das obrigações ambientais, especialmente para recuperação de áreas degradadas. A primeira iniciativa resultou no compromisso para a reparação de 1.802,87 hectares de áreas degradadas e aplicação de R\$4.387.118,20 milhões em multas ambientais.



COMPROMISSOS PARA PAGAMENTO  
DE **R\$ 4,3 MILHÕES** EM  
MULTAS E REPARAÇÃO DE **1.802**  
HECTARES DE ÁREAS DEGRADADAS

#### 4.2.2.1. Fiscalização em Unidades de Conservação

Em 2025, as equipes de proteção das Unidades de Conservação e outras áreas protegidas administradas pela Fundação Florestal registraram cerca de 12 mil Relatórios de Vistoria Ambiental (RVA), correspondentes a ações de fiscalização em campo. No mesmo período, foram contabilizadas 872 ocorrências, formalizadas por meio de Autos de Constatação de Infração Ambiental (ACIA) e Autos de Infração Ambiental (AIA),

estes lavrados pela Polícia Militar Ambiental em operações integradas. Do total de ocorrências, 804 foram de natureza ambiental e 68 de natureza não ambiental.

No âmbito da atuação da Fundação Florestal, ressaltam-se em 2025: a realização do Encontro Estadual de Proteção e Fiscalização Ambiental, realizado em maio, como marco do fortalecimento do compromisso e da atuação conjunta entre os diversos órgãos na proteção das Unidades de Conservação; e o empenho de esforços e recursos para aquisição de drones com sensores RGB, térmicos, multiespectrais e lidar, com vistas a reposição e modernização de frota, bem como a expansão do trabalho realizado e internalização de novas tecnologias.

#### 4.2.2.2. Grupos de Fiscalização Integrada (GFI)

A Fiscalização integrada em áreas sensíveis, como as regiões de interesse ambiental (área de influência do rio Tietê) e de mananciais da Bacia do Alto Tietê (Alto Tietê Cabeceiras, Billings, Guarapiranga Sudoeste e Alto Juquery), é realizada por meio dos Grupos de Fiscalização Integrada (GFIs):

Os GFIs das áreas de mananciais da Bacia do Alto Tietê contaram com a celebração do aditamento dos 25 (vinte e cinco) convênios firmados com municípios integrantes dos GFIs, visando a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses e realização de 259 atividades de articulação e operacionalização, entre as quais: reuniões, oficinas, treinamentos e ações de fiscalização integrada em áreas de mananciais.



Grupo de Fiscalização Integrada (GFI)



**495** NOVAS AUTUAÇÕES DA  
POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL E  
**76** PENALIDADES COM  
**R\$ 9,4 MILHÕES** EM  
MULTAS APLICADAS PELA CETESB



No âmbito do GFI do Rio Tietê foram realizadas 298 vistorias pela DPFA, para verificação de cumprimento de obrigações de reparação de danos (formalizadas em TCRAs) no curso principal e nos afluentes do rio Tietê; processamento de 558 AIAs com TCRAs vistoriados, com emissão de notificação aos compromissários e demais providências para cobrança da reparação dos danos; processamento de 495 novos AIAs lavrados por ocasião da Operação Algae – Fases 1, 2 e 3, realizada conjuntamente com a Polícia Militar Ambiental. No contexto do GFI, em 2025, a CETESB intensificou as fiscalizações em fontes licenciadas e Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), incluindo inspeções técnicas, coleta e análise laboratorial de aproximadamente 600 amostras, consolidação dos resultados e aplicação de 76 penalidades, totalizando cerca de R\$ 9,4 milhões em multas.



Grupo de Fiscalização Integrada (GFI)

#### 4.2.2.3. Programa Madeira Legal

Em atuação à proteção da cadeia legal de produtos florestais madeireiros, houve atendimento a 2.729 solicitações diversas recebidas via Sistema Madeira, sendo 1.533 solicitações deferidas e 436 indeferidas. Entre as principais solicitações, destaque para 1.024 análises para homologação de pátios, 113 análises para cadastramento de licença, 1.165 análises para liberação de pátios suspensos e 229 análises para cancelamento de Documento de Origem Florestal (DOF). Os demais serviços totalizaram 198 análises.



## 4.3. BIOECONOMIA E FINANÇAS VERDES

A Estratégia Estadual de Bioeconomia de São Paulo segue em desenvolvimento. O processo tem sido conduzido de forma colaborativa, envolvendo órgãos públicos e parceiros estratégicos que vem contribuindo tecnicamente para a construção de diretrizes fortes e alinhadas às melhores práticas internacionais. Como parte desse esforço, foi realizada mesa durante a COP30, apresentando os primeiros elementos da Estratégia e promovendo diálogo com iniciativas nacionais e regionais de bioeconomia.

### 4.3.1. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

No âmbito da atuação do Estado, a Fundação Florestal tem promovido iniciativas de PSA, das quais são enfatizadas:

**Juçara:** integra o Pró Juçara e registrou na primeira edição, que completou três anos em 2025, mais de 260 hectares plantados com benefício a 96 famílias de comunidades tradicionais em cinco UCs do Vale do Ribeira. Dos R\$ 3,6 milhões previstos no projeto para remuneração dos provedores, foram liquidados cerca de R\$ 2,2 milhões, sendo R\$ 335 mil apenas em 2025. A segunda edição, ampliou o projeto para 200 vagas em 15 UCs, prevendo até 600 hectares e plantio de 360 palmeiras, estando em fase de elaboração de planos e assinatura de contratos.

**Mar Sem Lixo:** atua para prevenir e combater o descarte de resíduos no oceano, conservar ambientes marinhos e contribuir para a mudança de comportamento da sociedade, por meio de PSA e de ações educativas. Envolveu seis municípios (Cananeia, Itanhaém, Guarujá, Bertioga, São Sebastião e Ubatuba) e 318 pescadores e removeu, em 2025, 81 toneladas de lixo, com investimento de R\$ 900 mil, sendo R\$ 510 mil destinados ao PSA para os pescadores, R\$ 225 mil para operacionalização dos pontos de entrega de resíduos, e R\$ 175 mil para as auditorias, garantindo sua confiabilidade.

**Guardiões das Florestas:** remunera serviços ambientais promovidos por povos indígenas em UCs e zonas de amortecimento. Na segunda fase (maio/2025-abril/2026), conta com R\$ 2,4 milhões destinados a 14 Terras Indígenas, sendo já pagos R\$ 1,3 milhões em PSA e agentes de projetos. Até 2025 já beneficiou 307 agentes ambientais indígenas, percorreu 951 km, restaurou 10 ha, produziu mais de 5 mil mudas e plantou mais de 4 mil, além de ações de monitoramento e limpeza.



Programa Mar Sem Lixo



**Crédito Ambiental Paulista para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CAP/RPPN):** remunera serviços ambientais para conservação e restauração em reservas privadas, com ações como controle de espécies invasoras, monitoramento e manejo. Desde sua criação em 2013 até 2025, três editais contrataram respectivamente 11, 5 e 11 RPPNs, somando mais de 3.200 hectares. Em novembro de 2025, foi aberta consulta pública para sugestões à proposta de PSA para criação de RPPNs.

**552 FAMÍLIAS ATENDIDAS POR PSA, INCLUINDO POVOS INDÍGENAS, PESCADORES E DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**



### 4.3.2. Incentivos e Finanças Verdes

No tocante aos Incentivos Verdes, registram-se as iniciativas para:

**Repovoamento da Palmeira-Juçara:** atua na compra de sementes despulpadas de juçara de pequenos produtores para repovoar as UCs de Proteção Integral. Até 2025 abrangeu 18 UCs, com resultados de aproximadamente 17 toneladas de sementes compradas no ano e repovoamento de 350 hectares. Em 2025, foi lançado o Selo do Pró Juçara para diferenciar os produtos que seguem os critérios do programa.

**Coleta de Sementes:** em 2025, foi lançado o Chamamento Público para credenciamento de interessados na coleta remunerada de sementes, com 20 credenciados e 10 projetos submetidos, os quais até o encerramento do ano se encontravam na fase final da análise técnica para autorização conforme critérios da Portaria FF nº 01/2025.

**Plataforma de Restauração:** organiza dados estratégicos para orientar projetos de restauração em UCs do Estado de São Paulo, integrando mais de 90 camadas de informação e 50 mil ha identificados como aptos. Disponível em três idiomas, oferece filtros e relatórios e integração com informações de áreas já delimitadas ou com projetos de



Palmeira juçara (*Euterpe edulis*)

restauração, apoiando subsidiando políticas climáticas e ambientais. A plataforma foi utilizada no Edital de Chamamento Público para identificação e indicação de áreas para o desenvolvimento de projetos de crédito de carbono e de biodiversidade no âmbito da política estadual de PSA, com possibilidade de consulta a todos os interessados.

### 4.3.3. ICMS Ambiental

O ICMS Ambiental aplica critérios ambientais para calcular parte do repasse do ICMS aos municípios paulistas, incentivando a conservação e gestão sustentável. A apuração dos critérios possibilita a identificação dos municípios aptos ao recebimento do percentual correspondente a cada um dos índices: Índice de Reservatório de Água (IRA) a 0,5%; Índice de Áreas Especialmente Protegidas (IAP) corresponde a 1%; Índice de Vegetação Nativa (IVEG) a 1%; e Índice de Gestão de Resíduos Sólidos (IRS) a 0,5%.

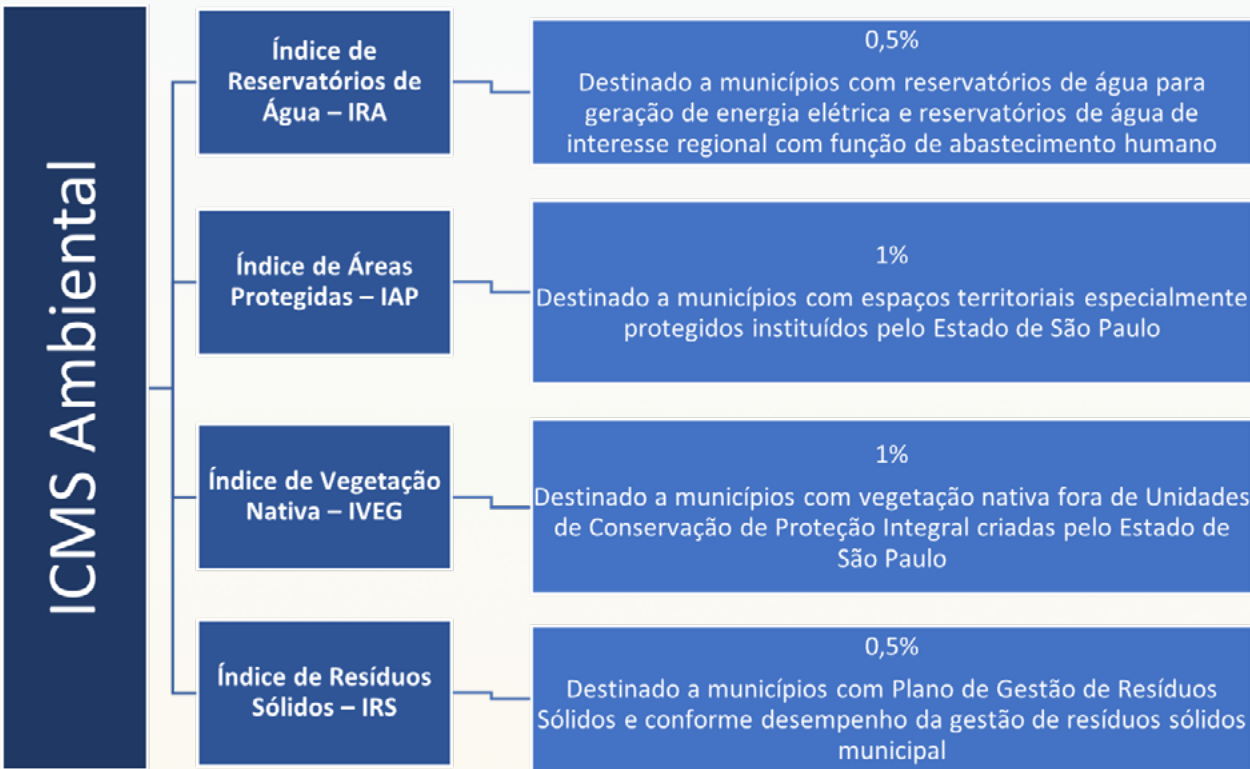


Diagrama dos índices que compõem o ICMS Ambiental

Em 2025, de acordo com a Declaração para o Índice de Participação dos Municípios, publicada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento ([www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamFiltroConsultaIndice.aspx](http://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamFiltroConsultaIndice.aspx)) foram apurados dados referentes ao ano-base 2024, sendo 205 municípios contemplados no IRA; 199 no IAP; 174 com percentuais relativos ao IVEG e 576 municípios abrangidos no IRS.



## 4.4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PARQUES URBANOS

### 4.4.1. Proteção, Manutenção e Revitalização de Unidades de Conservação

Em 2025, destacam-se os avanços com: a criação do Parque Estadual do Morro Grande, com 10.870,08 hectares de área com elevado grau de conservação e papel essencial na manutenção da qualidade e da regulação dos fluxos hídricos do Sistema Produtor Cotia; ampliação de 727,21 hectares em Unidades de Conservação do Estado - Parque Estadual Restinga de Bertiooga (400 ha), Parque Estadual Serra do Mar (10,3 ha), Floresta Estadual de Assis (121 ha), Estação Ecológica de Assis (195,91 ha); e recategorização de 514 hectares no PESM - Núcleo Picinguaba, em tramitação para criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombo da Fazenda.



**CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL  
DO MORRO GRANDE, COM  
10.870,08 HECTARES  
E + 727,21 HECTARES  
COM A AMPLIAÇÃO DE  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

No âmbito das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no ano de 2025, foram reconhecidas cinco novas RPPNs, totalizando 1.439,1247 hectares; e formalizados 4 pedidos para criação de novas Reservas privadas, além de 23 processos em andamento.

Nas ações de gestão das unidades, registram-se: (i) consolidação de 68 Planos de Manejo aprovados e 34 Planos de Manejo em andamento em colaboração com o Comitê de Integração dos Planos de Manejo, no período de 2024 a 2025; (ii) 96,70% dos conselhos das unidades instituídos, sendo 77,24% formalizados, 22,76% em processo de renovação, e cinco unidades com instrução processual para a instituição dos conselhos gestores; (iii) no que se refere aos esforços para oferta de atividades de visitação, serviços, geração de emprego e renda e protagonismo das comunidades locais, em 2025 foram formalizados 17 Termos de Autorização de Uso (TAUs), com participação ativa das

comunidades locais além de outros parceiros, garantindo a ampliação do uso público de forma segura e alinhada às diretrizes de manejo.

Em relação aos investimentos de proteção, manutenção e revitalização de Unidades de Conservação registram-se cerca de R\$ 17 milhões, destinados a:

- Projeto de Revitalização e Sinalização de Trilhas: R\$ 675,3 mil, contemplando 150 km de trilhas em 24 Unidades;
- Serviços de georeferenciamento e retificação imobiliária de 21 UC no contexto da regularização fundiária: até 2025, 9 contratos concluídos totalizando R\$ 2.864.095,33. Além disso, o Núcleo de Regularização Fundiária analisou, em 2025, 199 propostas de alienação de áreas de UCs via compensação ambiental, resultando em 10 (dez) processos finalizados com a aquisição de 4.326,2401 hectares e aproximadamente 1.800 hectares em fase final de alienação.
- Adequações nas estruturas, infraestruturas e recuperação de fundações do Casarão da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA: total de R\$ 6 milhões, dos quais R\$ 4,9 já foram executados;
- Execução de obra de contenção, conservação e restauro das ruínas do antigo presídio no Parque Estadual Ilha Anchieta: R\$ 6,5 milhões dos quais R\$ 5,2 milhões já foram liquidados, com previsão de conclusão em 2026.
- Manutenções preventivas e corretivas, somando R\$ 1.587.000,00 nas unidades: PE Ilha do Cardoso (R\$ 285 mil); PE Itinguçu (R\$ 207 mil); EE Jureia (R\$ 309 mil); Marina Saco da Ribeira (R\$ 300 mil); PE Aguapeí (R\$ 361 mil); e PE Ilhabela (R\$ 125 mil).



Parque Estadual do Morro Grande



## 4.4.2. Comunidades Tradicionais e Povos Originários

A Fundação Florestal vem ampliando os projetos junto as comunidades tradicionais e povos originários do entorno das Unidades de Conservação, com algumas iniciativas que envolvem convênios e acordos:

- a) Convênio AMOIP no Parque Estadual Ilha do Cardoso, com criação de 8 novos roteiros culturais, cardápio diversificado com opções de gastronomia caíçara e materiais de comunicação (site e redes sociais);
- b) Acordo com a Terra indígena Jaraguá, que contempla plano de gestão territorial com medidas como livre circulação, manejo sustentável, proibição da caça, recuperação de nascentes, capacitação de monitores e brigadistas, e regras para novas aldeias, promovendo diálogo e sustentabilidade;
- c) Acordo Quilombo da Fazenda, que envolveu em 2025 oficinas de elaboração do Plano de Uso Quilombola e para discutir a recategorização do território quilombola no interior do PESH-Núcleo Picinguaba, como Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS);
- d) Implantação do Acesso a Comunidade de Bombas, com obra emergencial, com execução pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para implantação do acesso à comunidade iniciada em agosto de 2025;
- e) Articulação institucional junto à SEMIL e SP-Águas (executora da obra) para a construção de enrocamento na RDS Barra do Una, protegendo a comunidade e os manguezais da região, contra o rompimento do cordão arenoso.



**ACESSO E PROTEÇÃO  
DAS COMUNIDADES:**  
ACESSO À COMUNIDADE DE BOMBAS E  
ENROCAMENTO CONTRA ROMPIMENTO DE  
CORDÃO ARENOSO NA RDS BARRA DO UNA

## 4.4.3. Manutenção e Revitalização dos Parques Urbanos Estaduais

Os parques administrados pela Diretoria de Parques Urbanos (DPU) da SEMIL registraram, em 2025, um total de 17.622.651 de visitantes, evidenciando sua expressiva relevância como espaços de lazer, esporte, cultura, convivência e contato com a natureza.

Visando avaliar a percepção dos frequentadores quanto à qualidade dos serviços e das estruturas oferecidas, foi realizada pesquisa de satisfação com o público, totalizando 7.497 questionários aplicados. Os resultados apontaram que 94,32% dos usuários

consideram satisfatórias as ações desenvolvidas, bem como as condições dos equipamentos e espaços das unidades sob gestão da Pasta, o que reflete diretamente os efeitos positivos dos investimentos realizados e das ações contínuas de manutenção, conservação e qualificação dos parques.



**17.622.651** VISITANTES EM 2025



**R\$ 98,4 MILHÕES** INVESTIDOS

Os investimentos nos Parques Urbanos, no exercício de 2025, somam R\$ 98.488.625,54, dos quais R\$ 74.036.968,44 são direcionados a contratos contínuos para manutenção e execução de serviços essenciais, como limpeza, conservação de áreas verdes, manutenção civil, monitoria em educação ambiental, vigilância e portaria, assegurando o bom funcionamento e a segurança dos espaços; além de recursos específicos para a realização de manutenções na infraestrutura dos parques urbanos, por meio de atas de reforma, no valor total de 24 milhões, contemplando melhorias estruturais e adequações necessárias para o uso qualificado dos equipamentos e áreas públicas em 7 Parques: (1) Parque Gabriel Chucre; (2) Parque Nascentes do Tietê; (3) Parque do Belém Manoel Pitta; (4) Parque Jequitibá; (5) Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns; (6) Parque Ecológico da Várzea do Embu-Guaçu Professor Aziz Ab'Saber; (7) Parque Ecológico do Guarapiranga.



Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns



Adicionalmente, destacam-se nos Parques Urbanos: (i) Acordo de Cooperação e Doações que permitem a formalização de parcerias entre o poder público e diferentes instituições, como organizações da sociedade civil, universidades, empresas e coletivos, para a realização de atividades dentro dos parques urbanos; (ii) Fortalecimento Institucional dos Parques Urbanos com a publicação de 6 (seis) Planos Diretores; (iii) Portaria de Voluntariado, com a finalidade de mobilizar cidadãos interessados em colaborar, de forma não remunerada e sem vínculo de subordinação, com ações e projetos sociais, filantrópicos e emergenciais promovidos pela Diretoria; (iv) Portaria de eventos Climáticos, que estabelece procedimentos e medidas preventivas para atuação frente a eventos climáticos extremos nos Parques Urbanos Estaduais, definindo critérios para fechamento das unidades e protocolos de segurança para orientação e retirada dos visitantes; (v) Portaria de Pesquisa Científica, com a finalidade de organizar, padronizar e dar segurança jurídica ao processo de autorização de pesquisas científicas nos Parques Urbanos.

A exploração ordenada de atividades comerciais nos parques urbanos tem como finalidade ampliar e qualificar a oferta de serviços à população, ao mesmo tempo em que promove a ocupação adequada dos espaços públicos. Para viabilizar esse objetivo, são utilizadas as Autorizações e Termos de Permissão de Uso, que regulamentam a atuação de atividades comerciais nas unidades. Em 2025, foram firmadas 08 (oito) permissões de uso destinadas a lanchonetes, recreação e estacionamento. Considerando essas permissões e aquelas concedidas em anos anteriores, a arrecadação no período totalizou R\$ 825.935,66. Complementarmente, a promoção de eventos nos parques contribui para ampliar o acesso da população a atividades culturais, educativas e de lazer, além de estimular a ocupação qualificada dos espaços públicos. No ano de 2025, foram realizados 71 eventos de caráter ambiental, desportivo, cívico, educacional, cultural e artístico, que resultaram em uma arrecadação de R\$ 376.252,14, destinada a melhorias na infraestrutura e na gestão das unidades.

A SEMIL, enquanto órgão setorial, atuou em 2025 na estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPP) para 6 (seis) parques urbanos, em conjunto com a Secretaria de Parcerias e Inovação (SPI). O processo de implantação das PPPs visa à melhoria da oferta de serviços nas unidades, à ampliação da infraestrutura disponível ao público, à qualificação dos espaços e ao reforço da manutenção e conservação das áreas, garantindo maior eficiência operacional e sustentabilidade de longo prazo. A previsão para conclusão do processo, com assinatura do contrato é segundo semestre de 2026.

Destaca-se ainda, em 2025, a condução de projeto para Permissão de Uso Qualificada e Remunerada no Parque Bruno Covas – Novo Rio Pinheiros, abrangendo cerca de 8,2 km da margem oeste do Rio Pinheiros (Trecho 1, entre a Ponte Cidade Jardim e o Pomar Urbano). A iniciativa visa viabilizar serviços de apoio ao uso público e fortalecer a vocação do parque como espaço de lazer, esporte e convivência, com assinatura prevista para o primeiro semestre de 2026.

## 4.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

#### 4.5.1. Ações de Difusão, Formação, Qualificação e Monitoramento da Educação Ambiental

As ações de Educação Ambiental desenvolvidas no âmbito da SEMIL estruturaram-se nos eixos de Produção e Difusão, Capacitação e Formação, Qualificação e Orientação e Monitoramento da Educação Ambiental, contando com a atuação da Diretoria de Educação Ambiental (DEA).

No eixo de Produção e Difusão, destaca-se o Portal de Educação Ambiental ([educacaoambiental.sp.gov.br](http://educacaoambiental.sp.gov.br)), plataforma destinada à ampliação do conhecimento e da conscientização socioambiental, com vistas à promoção e fortalecimento do engajamento cidadão. O portal disponibiliza um acervo diversificado, que inclui formações na modalidade EaD, publicações de textos, dicionário ambiental, calendário ambiental e variados conteúdos audiovisuais. Em 2025, os investimentos destinados à manutenção do portal totalizaram R\$ 52.237,12, aplicados na produção de textos, vídeos, infográficos, banco de imagens, entre outros materiais. No mesmo período, foram produzidos 374 conteúdos, registrados 1.478.742 acessos e 945.567 usuários únicos (IP).

## 374 CONTEÚDOS PUBLICADOS



# 1.478.742 ACESSOS AO PORTAL

Complementarmente à difusão digital, foram desenvolvidas ações de produção e distribuição de materiais impressos, com investimento aproximado de R\$ 25.400,00 em 2025, destinados à impressão de cadernos temáticos sobre resíduos sólidos e consumo sustentável. Nesse contexto, foram distribuídos 1.891 exemplares de publicações diversas, beneficiando diretamente 368 atores. Ainda no campo do monitoramento, a SEMIL mantém a Plataforma de Monitoramento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo, que registrou 1.543 acessos ao longo do ano.

Dentre as principais iniciativas de educação ambiental realizadas em 2025, destacam-se:

- a) Programa Participe! Bate Papo Ambiental Online, com a realização de 12 lives e o registro de 5.028 visualizações de conteúdos;



- b) Programa Alfabetização Ambiental (Resolução Conjunta SIMA-SEDUC 01/2019), voltado ao fortalecimento da perspectiva socioambiental na educação formal da rede pública de ensino no Estado, que contabilizou, em 2025, a realização de 09 diálogos formativos, com 2.746 visualizações;
- c) Projeto Verão no Clima (Resolução SIMA nº 104/2021), cujo objetivo é promover a conscientização ambiental no litoral paulista, tendo a edição de 2024/2025 contemplado 4 municípios e alcançando 3.785 participantes, e a edição 2025/2026 iniciado suas atividades em dezembro, com atuação em 1 município;
- d) Cursos AutoInstrucionais EaD, com temática alinhada às políticas públicas da SEMIL, que contaram com investimento de R\$ 10.196,02 para manutenção de plataforma de ensino E-Learning e registraram 958 inscritos no ano;
- e) Demais ações formativas e de capacitação, que totalizaram 69 capacitações, com participação de 14.586 pessoas.



**69 AÇÕES FORMATIVAS  
E CAPACITAÇÕES COM  
14.586  
PARTICIPANTES**

### 4.5.2. Projeto Escolas nos Parques

A SEMIL, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e a Fundação Florestal, desenvolve o Projeto Escolas nos Parques, iniciativa que visa incentivar a visita de instituições de ensino aos parques urbanos, parques estaduais e demais áreas protegidas do Estado. O projeto possibilita o uso desses espaços educadores, contribuindo para a promoção da educação ambiental e da conscientização ambiental dos estudantes da rede de ensino.

Em 2025, foram elaborados 36 Roteiros Pedagógicos personalizados, com participação conjunta das Diretorias de Educação Ambiental (DEA) e Parques Urbanos (DPU), contemplando os 12 parques urbanos administrados pelo estado. No mesmo período, o projeto registrou a participação de 29.823 pessoas, sendo 27.441 estudantes atendidos em Unidades de Conservação e 2.382 visitantes nos parques urbanos, no intervalo de junho a dezembro de 2025, estimulando a relação entre a comunidade escolar e as áreas protegidas.



**36 ROTEIROS PEDAGÓGICOS E  
29.823 PESSOAS ATENDIDAS**

Além do Projeto Escolas nos Parques, os parques urbanos estaduais mantêm o programa de visitas escolares, voltado ao contínuo fortalecimento das ações de educação ambiental nas unidades. De janeiro a dezembro de 2025, o programa recebeu 130.941 estudantes e demais visitantes vinculados a instituições de ensino. No mesmo contexto, foi desenvolvido o Projeto de Avistamento de Fauna no Parque Ecológico do Tietê – Núcleo Engenheiro Goulart, no Parque Nascentes do Tietê e no Parque Jequitibá, que contou com a participação de 571 pessoas ao longo de 2025.

### 4.5.3. Educatrilha na Escola

No âmbito do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) são promovidas atividades de educação ambiental conectadas a saúde e inovação, com destaque para o Projeto premiado “Educatrilha na Escola”. Em 2025, na 5ª edição do projeto, foram atendidas um total de 15.324 pessoas, entre professores, gestores escolares, alunos e pessoas que vivem nas proximidades das instituições de ensino.



Educatrilha na Escola



EDUCATRILHA NA ESCOLA É **VENCEDOR**  
DO 9º PRÊMIO AÇÃO PELA ÁGUA



#### 4.5.4. Educação Ambiental nas Unidades de Conservação

A promoção da educação ambiental no âmbito das Unidades de Conservação tem sido realizada em articulação com importantes Projetos, Programas e Fóruns, dentre os quais: (i) Projeto Pró-Espécies, o Programa Abelhas Nativas, realizando eventos e incursões para educação ambiental sobre a temática e difusão de informações relacionadas ao cadastro de meliponários; (ii) Programa Estadual de Educação Ambiental, conduzido pela Comissão Interinstitucional de EA (CIEA/SP); (iii) Programa de Formação de Monitores Ambientais Autônomos, com mais de 600 novos monitores ambientais cadastrados, e requalificação dos que já atuam nas Unidades de Conservação; (iv) nas áreas com ambientes costeiros e marinhos, o Programa Cananéia Tem Parque (CTP) no PE Ilha do Cardoso, o Projeto Ecossistemas da Baixada Santista e as Unidades de Conservação do Estado de São Paulo no PE Marinho Laje de Santos, o Projeto Um Mangue no meu Quintal, articulado pela APA Marinha Litoral Centro, o Projeto Onda Sustentável, idealizado pelo PE da Ilha Anchieta; (v) Projeto Toninha à Vista, que mobiliza a comunidade náutica para mapear a ocorrência de espécie criticamente ameaçada por meio de um aplicativo de registro de avistagens; (vi) Projeto “Viu raia?”, que convida mergulhadores e fotógrafos subaquáticos a registrar avistamentos de raias.



**600 NOVOS MONITORES CADASTRADOS  
NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO**

#### 4.5.5. Educação Ambiental na Companhia Docas de São Sebastião

A educação ambiental também se insere de forma transversal nas ações da área de logística do Estado. Nesse contexto, a Companhia Docas de São Sebastião desenvolve um Programa de Educação Ambiental voltado à implementação de processos de ensino-aprendizagem junto aos seus diversos públicos, com o objetivo de sensibilizar os atores envolvidos quanto à sua relação com o território. A iniciativa enfatiza as questões socio-ambientais, contribuindo para o fortalecimento da gestão ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentável da região e o estímulo à participação social nos espaços de controle e diálogo público.

Em 2025, destacou-se o programa “Visite o Porto”, que recebeu estudantes e professores de escolas da região para a apresentação das operações portuárias, bem como das ações de monitoramento ambiental realizadas com vistas à conservação da biodiversidade local. No período, o programa contabilizou a participação de mais de 300 visitantes, abrangendo instituições de ensino dos municípios do Litoral Norte e do Vale do Paraíba, contribuindo para ampliar a visibilidade do Porto de São Sebastião e reforçar o compromisso com a sustentabilidade de suas operações.

#### 4.5.6. Educação Ambiental na SP-Águas

No âmbito da educação ambiental, a SP-Águas, através da Escola das Águas, desenvolveu atividades de educação ambiental incluindo visitas técnicas na Sala de Situação da Agência, ações em campo e plantio de mudas, com foco na conscientização sobre gestão hídrica, riscos socioambientais e preservação do Rio Tietê.

Complementando essas iniciativas, em 2025, houve a produção de materiais pedagógicos, como gibi e folder educativo sobre o Rio Tietê, além de artigos sobre datas ambientais. Esses materiais, elaborados em linguagem acessível, apoiaram ações educativas e ampliaram o alcance da comunicação institucional.

#### 4.5.7. Ações Educativas no DER

De forma transversal e integrada às temáticas de meio ambiente e logística, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) desenvolveu, ao longo de 2025, um conjunto de ações educativas inovadoras voltadas à promoção da segurança viária, da cidadania e da sustentabilidade.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Jovens Motociclistas, lançado em 2025 e implementado em diversos municípios da região próxima à capital e no interior do Estado de São Paulo. A iniciativa está apoiada em uma abordagem focada na conscientização de motociclistas e motofretistas quanto à adoção de boas condutas no trânsito e ao cumprimento das normas. Até o momento, o programa realizou 3.912 atendimentos, incentivando comportamentos mais seguros e responsáveis no trânsito e nas vias.

Em 2025, as ações “Consciência x Culpa” e “Curta o Circuito” foram realizadas de maneira integrada, alcançando o atendimento de 5.977 motoristas e pedestres. A ação “Consciência x Culpa” consistiu na aplicação de questionário com um conjunto estruturado de perguntas voltadas à identificação do perfil comportamental dos participantes. A partir do cruzamento das respostas, foi gerada uma avaliação personalizada, destacando os riscos associados a atitudes imprudentes, sendo que, ao final do processo, cada participante recebeu um vídeo com orientações específicas. A ação “Curta o Circuito” proporcionou uma experiência prática e educativa por meio da simulação dos efeitos do sono e do consumo de bebidas alcoólicas no trânsito, evidenciando padrões de risco associados à condução de veículos.





## 10.000 MOTORISTAS, MOTOCICLISTAS, MOTOFRETISTAS E PEDESTRES ATENDIDOS NAS AÇÕES EDUCATIVAS



Ação Curta o Circuito

No âmbito do projeto Educação para o Trânsito - “DER na Escola”, foi incorporada a temática ambiental como elemento fundamental da formação cidadã, reforçando a importância da preservação do meio ambiente para a segurança viária e para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável. Desde 2023, a iniciativa atendeu 21.218 alunos do 1º ao 6º ano do ensino fundamental, incentivando o cuidado com a comunidade e o compromisso com o futuro do planeta.

Além das ações educativas realizadas nos municípios, o DER promoveu atividades inseridas nas Operações Especiais, com foco na segurança viária, na melhoria da fluidez do tráfego e no conforto dos usuários das rodovias estaduais. Essas ações foram realizadas em aproximadamente 150 eventos com fluxo de médio a grande porte, que impactaram direta ou indiretamente a malha rodoviária estadual, incluindo: Operação Verão Integrada, Operação Inverno, Festa do Peão de Barretos, Expoflora (Holambra), Operação Padroeira (Aparecida), Academia da Força Aérea (Pirassununga) e a Volta Ciclística Internacional de São Paulo.

## 4.6. PESQUISAS AMBIENTAIS, PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS

Na área de pesquisas ambientais, produção e difusão de conhecimentos a Secretaria conta, principalmente, com a atuação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), órgão vinculado à Subsecretaria de Meio Ambiente, e com iniciativas de áreas específicas, como Fauna Silvestre e Biodiversidade. Além da atuação das unidades vinculadas, por meio da Escola das Águas mantida pela SP-Águas e da Escola Superior da CETESB. Neste contexto, destacam-se as parcerias com Instituições de Ensino Superior e a coordenação conjunta do Projeto Biota-Síntese.

### 4.6.1. Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA)

O IPA reúne experiência acumulada de atuação interdisciplinar na área ambiental, contando com uma estrutura que envolve Conselho Científico e Comissão de Ensino e Extensão.

O Conselho Científico desempenha papel crucial na análise e julgamento de projetos de pesquisa, tendo trabalhado, em 2025, em uma nova composição e na atualização de seu Regimento Interno. Realizou 9 reuniões ordinárias e 1 extraordinária, que resultaram em 153 deliberações. No ano, o conselho aprovou 149 projetos de pesquisa do IPA e de outras instituições nas UCs do Estado, registrando 355 projetos em execução. Dos projetos em execução, 106 (30%) são coordenados por pesquisadores do próprio IPA, 31 (9%) são desenvolvidos em parceria do IPA com profissionais de outras instituições, e 218 (61%) são coordenados por outras instituições de pesquisa.



**355** PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA EM EXECUÇÃO, SENDO **149** NOVOS PROJETOS

As pesquisas desenvolvidas pelo IPA estão concentradas principalmente nas áreas de Botânica, Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Geociências e Ecologia. Em relação às pesquisas desenvolvidas em parceria do IPA com outras instituições, cerca de 78% são com pesquisadores vinculados à: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



O registro das pesquisas é realizado por meio do Cadastro de Gestão de Pesquisas (CadGP). Os dados dos mais de 800 projetos cadastrados na plataforma estão disponíveis no Painel de Pesquisas do IPA, dando transparência e possibilitando acesso à informação integrada, bem como apoiando análises estratégicas para a pesquisa ambiental.

O IPA também vem atuando na formação de recursos humanos por meio de seu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e de cursos de capacitação, contribuindo para o fortalecimento da educação científica, ambiental e da qualificação técnica setorial e da comunidade. O Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente (Nível 5 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES) contou, no ano, com 65 alunos matriculados, sendo 22 em nível de mestrado e 43 doutorandos. Em 2025, 10 alunos alcançaram o título de Mestre e 17 de Doutor, e foram realizadas 11 bancas de qualificação (2 de doutorado e 9 de mestrado), além de oferecidas 45 disciplinas, abrangendo temas essenciais na área de conservação ambiental.

A formação de recursos humanos também ocorreu em nível de Iniciação Científica (IC), por meio da captação de recursos na forma de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mediante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Em 2025, foram concluídos 26 projetos de IC. No período de 2024-2025, o número de bolsas concedidos pelo CNPq foi de 26 bolsas, sendo 11 Bolsas do PIBIC - Ensino Superior; 4 Bolsas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), cuja finalidade visa estimular estudantes do ensino superior com desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação; e 11 Bolsas PIBIC - Ensino Médio, cujos projetos visam desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.

No contexto da produção científica do IPA, foram publicados 373 trabalhos científicos, um aumento de 28% em relação ao ano anterior, sendo: 123 artigos em periódicos internacionais; 77 artigos em periódicos nacionais; 60 resumos publicados em eventos científicos; 44 notas científicas; 36 livros; 20 capítulos de livros; e 13 manuais e boletins. O IPA registrou 159 participações do corpo técnico em periódicos nacionais e 52 participações como membro de corpo editorial em periódicos internacionais, totalizando 211 participações, e um aumento 5 vezes maior em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 72 revisões de artigos para periódicos internacionais e 36 para periódicos nacionais.



**373 TRABALHOS  
PUBLICADOS, 28%  
A MAIS EM RELAÇÃO  
AO ANO ANTERIOR**

Ainda em 2025 foram conduzidas 177 orientações de alunos (em iniciação científica, mestrado e doutorado) e 13 supervisões de pós-doutorado, além de 73 participações em bancas examinadoras (doutorado, mestrado, qualificações, trabalhos de Conclusão de Curso e de concursos públicos).

O corpo técnico do IPA ministrou 109 disciplinas, palestras e cursos. Também participou de 54 eventos científicos (internacionais, nacionais e regionais) com apresentação de trabalhos e 89 participações em eventos científicos sem apresentação de trabalhos, além de 31 participações na organização de eventos científicos.

Adicionalmente, o IPA participou de representações em colegiados diversos, em Planos de Manejo de UCs e elaborou mais de 540 pareceres e laudos técnicos para agências de fomento à pesquisa, órgãos públicos dentre outros.

#### 4.6.1.1. *Herbários*

O IPA mantém uma coleção de amostras representativa da flora de todos os estados e ecossistemas brasileiros e de outros 99 países, concentradas no Herbário São Paulo Serviço Florestal - Dom Bento José Pickel (SPSF) e no Herbário do Estado - Maria Eneyda Pacheco Kauffmann Fidalgo (SP). Estas coleções contribuem significativamente para a pesquisa científica e a conservação da flora brasileira, e estão disponíveis por meio de consulta on-line em plataformas nacional e mundial.

De acordo com o Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA), os registros do Herbário SPSF tiveram 320.076.322 acessos e uso de 98.641 imagens da coleção, e os registros do Herbário SP tiveram 1.879.852.826 acessos, na rede speciesLink no período do relatório.

**2.199.929.148** ACESSOS ÀS  
COLEÇÕES DOS HERBÁRIOS SPSF E SP



#### 4.6.1.2. *Divulgação Científica do IPA*

No último ano o IPA atuou na organização de diversos eventos e na divulgação de informação científica por meio da produção de conteúdo para mídias sociais e publicações como informativos e revistas.

A série PODCAST – CONEXÃO PESQUISA AMBIENTAL (disponível no Youtube e Spotify) contou com a participação de pesquisadores científicos e convidados como o Subsecretário de Meio Ambiente, Jônatas Souza da Trindade. A série de 10 episódios trouxe como tema os resultados das pesquisas científicas realizadas pelo IPA e



seu impacto na sociedade, desenvolvidas nas áreas de conservação da biodiversidade, restauração ecológica, geociências e uso sustentável de recursos naturais.

Os principais eventos do IPA no ano foram: Mulheres na Ciência: O futuro da sustentabilidade ambiental (26 de março de 2025), Apresentação da plataforma atualizada do mapa de viveiros, desenvolvida no âmbito do projeto “Diagnóstico da produção de mudas de espécies florestais nativas do Estado de São Paulo” (02 de julho de 2025); 4º Simpósio IPA - Mudanças Climáticas, Desastres Naturais, Meio Ambiente e Sociedade (30 de setembro a 02 de outubro de 2025) e Seminário interno de Iniciação Científica e projetos desenvolvidos no IPA; Evento de premiação do programa "Educatrilha na Escola" 2025 (06 de novembro de 2025).

#### 4.6.2. Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT)

No contexto da pesquisa e inovação, a SEMIL conta com Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) do IPA, da Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia (DBB) e da CETESB.

Na atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IPA, destacam-se, no ano de 2025, o andamento dos acordos:

- Acordo de cooperação celebrado entre IPA e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (FUNDEPAG), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para desenvolvimento do Projeto “Desenvolvimento de um Sistema Integrado para Gestão de Riscos e Desastres no Litoral Norte (SIGRD-LN)”, com vigência de 24/10/2024 a 23/10/2026.
- Acordo de cooperação celebrado entre o IPA e a Casa Militar, com a interveniência da FUNDEPAG, objetivando a cooperação institucional para a prestação de serviço técnico especializado de elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR) e do mapeamento de áreas de risco de escorregamento e inundação de 22 municípios do Estado de São Paulo, com vigência de 07/02/2025 a 06/02/2027.
- Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, celebrado entre o IPA e Helmut Schuckar, com a interveniência da FUNDEPAG para o desenvolvimento do projeto Melhoramento e conservação de germoplasma arbóreo de rápido crescimento (AP nº 003/2022), com vigência de 03/2022 a 03/2027.
- Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, celebrado entre o IPA e Sylvamo do Brasil Ltda, com a interveniência da FUNDEPAG, para o desenvolvimento do projeto “Pesquisas Integradas visando a conservação e restauração ecológica em ecossistemas florestais: modulo de parcelas permanentes” (AP nº 004/2022), com vigência de 15/07/2022 a 14/07/2027.

Ainda no contexto da inovação, a Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia, conta com o Departamento de Inovação Tecnológica (DIT) (Resolução nº 017/2025), no qual permanecem os seguintes acordos:

- Acordo de Parceria com a Universidade Federal de São Carlos, com a interveniência da FUNDEPAG para execução das atividades do Programa de Pós-Graduação de

- Conservação da Fauna (PPGCFau), o que possibilitou o pagamento de 8 bolsas de estudos durante 12 meses.
- Acordo de Parceria entre a DBB e a FUNDEPAG para Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação de “Levantamento de espécies ameaçadas de extinção do estado de São Paulo, para atualização e revisão da Lista Oficial de Espécies da Fauna Silvestre Ameaçada de Extinção do Estado de São Paulo”, permitindo a seleção de empresa apropriada para tal execução e o pagamento de tal serviço de forma transparente.
  - Acordo de Parceria entre a DBB e a FUNDEPAG para Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação de Desenvolvimento de Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica para a conservação de espécies de abelhas da tribo Meliponini no estado de São Paulo, permitindo o estabelecimento dos meliponários da DBB, localizados em Araçoiaba da Serra (CECFAU) e São Paulo (Unidade Cursino da DBB). Ainda, neste âmbito, o DIT tem participado das reuniões com pesquisadores da UNIFESP juntamente com a Equipe DPAFS para o estabelecimento de pesquisas no que diz respeito à ecologia, bioprospecção de produtos e desenvolvimento tecnológico frente a estas colônias.
  - Acordo de Prestação de Serviço com a Reserva Paulista S/A, o Serviço de Produção de Compostos Orgânicos (SPCO) do DPAFS, com interveniência da FUNDEPAG, para recebimento dos resíduos orgânicos produzidos no Zoológico de São Paulo, Simba Safari e Jardim Botânico, e processamento destes com produção de composto orgânico.

O Departamento de Pesquisas Aplicadas à Fauna Silvestre mantém o laboratório de análises clínicas, que efetuou 97 análises laboratoriais com finalidade diagnóstica em 2025. No que tange à gestão do diagnóstico clínico, ressalta-se que em 2025 iniciou-se a expansão de padronização de sexagem aviária, para aplicação em novas espécies. Ademais, a equipe técnica também participou de ação conjunta com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para investigação e monitoramento em campo de febre amarela a partir da captura de quatis, gambás e primatas não-humanos para coleta de amostras biológicas e diagnóstico.

No que concerne as atividades dos laboratórios de microbiologia e biologia molecular, foram efetuadas 90 análises com finalidade diagnóstica e/ou de expansão dos biobancos. Neste escopo de atuação, registrou-se o crescimento da coleção biológica, com aumento do número de amostras depositadas. Em 2025, foram contabilizadas 22.097 amostras depositadas no Biobanco e na Coleção Microbiológica e Genética de Biomas Brasileiros. O material é distribuído em amostras de sangue e soro (10.748), isolados bacterianos criopreservados (10.574), endo e ectoparasitas (694), amostras de DNA (454) e banco de germoplasma (125).

**22.097 AMOSTRAS****NO BIOBANCO E NA  
COLEÇÃO MICROBIOLÓGICA  
E GENÉTICA DE BIOMAS  
BRASILEIROS**



No âmbito da CETESB, esta foi reconhecida, em 2024, como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo (ICTESP), com a criação do Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT), que estrutura a agenda de inovação aplicada, desenvolvimento tecnológico e difusão do conhecimento produzido. Em 2025, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SCTI) credenciou a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (FUNDAG) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (FUNDEPAG) para atuarem no apoio às atividades da CETESB. Desde então, o NIT/CETESB aprovou os primeiros projetos de inovação. Neste contexto, cabe ressaltar parceria com o Institut Pasteur; e participação no Projeto: C-Adapte – *Center for Adaptation to Planetary Emergencies*, projeto em fase de elaboração conjunta com diversas entidades de pesquisas, capitaneadas pelo Instituto de Biociências da USP, a ser financiado pela FAPESP.

### 4.6.3. Biota-Síntese - Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza (SbN)

No contexto do empenho da SEMIL e vinculadas para o fortalecimento do desenvolvimento de políticas públicas com forte associação à ciência, está o Biota Síntese ([biotasintese.iea.usp.br/pt](http://biotasintese.iea.usp.br/pt)). O projeto atua na coprodução de ciência e política pública, com o objetivo de fomentar pesquisas voltadas para a síntese de conhecimentos relacionados a Soluções baseadas na Natureza (SbN), bem como apoiar o Estado de São Paulo no desenvolvimento de políticas socioambientais. O Biota Síntese é coordenado conjuntamente pela USP e pela SEMIL, contando com a colaboração de mais de 100 pessoas de mais de 30 instituições. Foi formalmente constituído como um Centro de Ciência para o Desenvolvimento (CCD) financiado pela FAPESP, por meio de um convênio entre USP, SEMIL, SOS Mata Atlântica, FAPESP e FUSP, com vigência para o período de 2022 a 2027.

As soluções baseadas na natureza propostas no âmbito do Biota Síntese visam ao estabelecimento de paisagens sustentáveis. tanto no meio rural quanto no meio urbano, que possam contribuir para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, está organizado em cinco desafios: (i) serviços e produtividade agrícola; (ii) restauração e economia de base florestal; (iii) regulação de doenças zoonóticas; (iv) prevenção de doenças em áreas urbanas; e (v) coprodução de Políticas Públicas.

O projeto teve dois grandes destaques em 2025: (1) Premiação da Nota Técnico-Científica n.5 Potencial do serviço ecossistêmico de polinização no estado de São Paulo, da Série Biota Síntese, com a primeira colocação na categoria principal do Prêmio MapBiomias 2025; (2) Lançamento da Nota Técnico-Científica n.6 Ondas de Calor e Soluções Baseadas na Natureza, da Série Biota Síntese, realizada em coprodução entre pesquisadores da USP, UNICAMP, Universidade Federal do Ceará (UFC), C-Adapt, Prefeitura Municipal de São Paulo, Prefeitura Municipal de Campinas, e profissionais de diversas áreas da SEMIL, incluindo IPA e Fundação Florestal.



## VENCEDOR DO PRÊMIO MAPBIOMAS 2025 COM PUBLICAÇÃO SOBRE O POTENCIAL DO SERVIÇO ECOSSISTÊMICO DE POLINIZAÇÃO DE SÃO PAULO

O principal impacto do projeto em políticas públicas lançadas em 2025 foi no Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC), para o qual o projeto contribuiu diretamente com embasamento e apoio técnico-científico aos eixos de Biodiversidade, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde Única e Justiça Climática. Disponibilizado para consulta pública em dezembro de 2024, e publicado em junho de 2025, o PEARC contempla ações e subações especificamente propostas pela equipe do Biota Síntese ou referendadas nos estudos realizados no âmbito do projeto, incluindo o trabalho que trata da polinização, mencionado acima.

Em 2025, o Biota Síntese além dos apontamentos para subsídio à elaboração do PEARC, seguiu atuando em diversas sínteses que deverão contribuir para as estratégias de financiamento climático, adaptação climática, PSA, promoção de serviços ecossistêmicos (p.ex. polinização), saúde única, carbono, créditos de biodiversidade e restauração ecológica do estado de São Paulo.

### 4.6.4. Escola Superior da CETESB

A Escola Superior da CETESB (ESC) foi criada em 2013 com a finalidade de propiciar a construção e a transferência dos conhecimentos desenvolvidos e consolidados no âmbito das suas competências e exercício das suas atividades, visando ao fortalecimento da atuação profissional na área de meio ambiente.

Em 2015, a ESC foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), no sistema de ensino do estado de São Paulo, como instituição destinada ao aperfeiçoamento profissional de pessoal graduado em nível superior e autorizada a ministrar Curso de Pós-Graduação “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”. Em 2025, a Escola obteve seu credenciamento do CEE para atuar nos próximos 5 anos.

Em 2025, a ESC proporcionou 5.220 participações individuais em cursos, dos quais 81% foram para servidores públicos tanto no âmbito estadual e nacional, reforçando assim o caráter de Escola de Governo. Realizou 195 cursos e treinamentos, incluindo público externo e interno. Desse total, 385 participações foram de servidores da SEMIL. Nesse



mesmo período também foram capacitados aproximadamente 160 servidores municipais de 34 municípios no âmbito do Projeto Institucional Licencia Mais – Município Legal.

 **195 CURSOS E TREINAMENTOS  
REALIZADOS PELA ESC COM  
5.220 PARTICIPAÇÕES**

#### 4.6.5. Pesquisa e Inovação na SP-ÁGUAS

Em 2025, a SP-Águas formalizou sua atuação no campo da inovação, da pesquisa aplicada e da resiliência hídrica ao integrar dois grandes projetos estruturantes do Centro de Ciência para o Desenvolvimento (CCD): Saneamento e Resiliência Climática (SANEACLIMA) com a Universidade de São Paulo (USP) e Cidades Resilientes a Inundações com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), cujo projetos fazem parte da chamada FAPESP CCD - 2024/2025, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

No âmbito do CCD Cidades Resilientes a Inundações, liderado pelo IPT, a SP-Águas atua no desenvolvimento de soluções voltadas à mitigação de eventos hidrológicos extremos, contribuindo para a construção de base analítica sobre vulnerabilidades e riscos na Região Metropolitana de São Paulo, além do fornecimento de dados de monitoramento pluviométrico.

No CCD Saneaclima, coordenado pela USP, as ações concentram-se no saneamento como instrumento de adaptação às mudanças climáticas, com ênfase na identificação de lacunas em planos municipais e no apoio à elaboração de planos de segurança hídrica, incluindo a aplicação de gêmeos digitais e sistemas de suporte à decisão.

Ambos têm como missão enfrentar desafios críticos relacionados às mudanças climáticas, à desigualdade no acesso ao saneamento e à intensificação de eventos extremos, contribuindo para políticas públicas baseadas em evidências e para o fortalecimento da gestão hídrica no Estado de São Paulo.

### 4.7. PLANEJAMENTO AMBIENTAL

#### 4.7.1. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-SP)

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 67.430/2022) é um instrumento de planejamento ambiental e territorial orientado por cinco diretrizes estratégicas: Resiliência às Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica,

Salvaguarda da Biodiversidade, Economia Competitiva e Sustentável e Redução das Desigualdades Regionais. Com base em diagnóstico e prognóstico de aspectos ambientais, sociais e econômicos do estado, o ZEE-SP identifica potencialidades e vulnerabilidades nas nove zonas ecológico-econômicas que subdividem o território do estado. Para cada uma dessas zonas são endereçadas diretrizes aplicáveis, ou seja, recomendações para políticas públicas e investimentos públicos e privados para o alcance das diretrizes estratégicas.

A implementação do ZEE-SP é orientada por um Plano de Implementação e pela constituição da Comissão Estadual do ZEE-SP - CEZEE-SP (Decretos Estaduais nº 64.526/2019 e 68.418/2024), formada por 15 Secretarias de Estado, com responsabilidade pela formulação, revisão e implementação do zoneamento.

O Plano de Implementação tem por objetivo ampliar a disseminação e a apropriação dos produtos e das ferramentas ZEE-SP entre os diversos atores sociais e favorecer sua integração em políticas públicas e investimentos públicos e privados. O Plano é composto por ações específicas segundo as seguintes frentes:

**Plano de Ação com Municípios:** lançado em 2023, contou com um total de 15 oficinas (12 presenciais e 3 virtuais) até 2025, abrangendo as nove Zonas Ecológico-Econômicas e as nove Regiões Metropolitanas do estado, promovendo a apropriação do instrumento por agentes públicos municipais. Em 2025, foram 3 oficinas com participação de 96 técnicos e 56 municípios.

**Plano de Ação com a CEZEE-SP:** em 2025, foram realizadas duas reuniões ordinárias, além de 9 reuniões multilaterais voltadas à apresentação do ZEE-SP, identificação de políticas setoriais e discussão de usos e contribuições. Os resultados serão sistematizados em relatório anual da Comissão, buscando evidenciar a incorporação do ZEE-SP nas políticas das quinze secretarias participantes.

**Plano de Ação com a SEMIL:** ocorreram diversas reuniões de articulação com o objetivo de disseminar o ZEE-SP e estimular a sua apropriação pelos diferentes órgãos e políticas públicas. Só em 2025 foram realizadas oito reuniões de articulação.

**Plano de Ação com Universidades e Institutos de Pesquisa:** envolve participação em eventos acadêmicos, publicação de artigos científicos e realização de rodas de conversa. Em 2025, houve participação em 3 eventos com apresentação de artigos e foram realizadas 4 rodas de conversa com a academia.

**Plano de ação com outros segmentos:** ocorreram, no ano, seis reuniões de articulação com outros segmentos, como prefeituras, secretarias de estado, órgãos



**3 OFICINAS COM  
PARTICIPAÇÃO DE  
96 TÉCNICOS DE  
56 MUNICÍPIOS**



federais, cooperativas de crédito, institutos de pesquisa, entre outros, com o intuito de disseminar o ZEE-SP e estimular a sua apropriação.

#### 4.7.2. Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo (GERCO)

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual nº 10.019/1998) objetiva o ordenamento territorial sustentável da zona costeira, com melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros. Está estruturado nos instrumentos: Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), Plano de Ação e Gestão (PA&G), Sistema de Informações, Controle e Monitoramento. Em 2025, foram registradas 72 atividades e 5 publicações no âmbito do GERCO, destacando-se:

a) No setor costeiro da **Baixada Santista**:

- Esforços para a revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), com a realização de 11 reuniões plenárias do Grupo Setorial e 17 encontros bilaterais, incluindo reuniões específicas com as 9 prefeituras envolvidas;

b) No setor costeiro do **Litoral Norte**:

- Avanço das agendas das três Comissões Temáticas, tendo como eixo central o desenvolvimento metodológico e a elaboração do conteúdo do Plano de Ação e Gestão (PA&G), com realização de 4 reuniões plenárias do Grupo Setorial e 14 reuniões de Comissões Temáticas de Mudanças Climáticas (5), Assuntos Estratégicos (5) e Monitoramento Territorial e Marinho (4);
- Realização de 9 Mesas de Diálogo abordando temas para subsidiar a construção do Plano de Ação e Gestão do Litoral Norte (Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento, Outros Mecanismos de Conservação Ambiental (OMECs), Saneamento no Litoral Norte, Ordenamento Espacial Marinho, Agroecologia, Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas);
- Organização do Fórum do Setor Econômico do Litoral Norte com representantes sub-setoriais de Turismo, Construção Civil, Petróleo e Gás.



**72** ATIVIDADES DO GERCO ENTRE REUNIÕES, ENCONTROS, MESAS DE DIÁLOGOS ETC.

### 4.7.3. Programa Município VerdeAzul (PMVA)

O Programa Município VerdeAzul tem por objetivo principal auxiliar os municípios paulistas na elaboração de suas agendas ambientais, a partir da definição de ações a serem desenvolvidas pelas prefeituras em dez temas ambientais estratégicos, chamados de Diretivas, em cada ciclo do programa. Em 2025, o PMVA completou **18 anos de existência** e houve a implementação das diretrizes atualizadas do programa segundo a Resolução SEMIL nº 36/2024, e seu Manual de Orientações.

O programa está alinhado com a estratégia climática do Estado de São Paulo, ao promover uma governança interfederativa entre Estado e municípios, para a maior qualidade de vida e do ambiente, em atenção às necessidades de adaptação e resiliência às mudanças do clima.

No ciclo 2024/2025, as atividades do primeiro semestre foram direcionadas para preparar os municípios a atenderem as novas regras através da realização de 22 encontros de orientação e esclarecimento de dúvidas, sendo 2 presenciais e os demais online. Em seu pilar de formação e capacitação, o PMVA disponibilizou, na série de Educação à Distância, o curso “Formação PMVA: Promovendo o Desenvolvimento Sustentável”, abordando as Diretivas de Educação Ambiental e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Em 2025, foram analisados mais de 20.000 documentos provenientes de 347 municípios que aderiram ao programa. Como resultado do processo de análise e avaliação, 98 municípios obtiveram certificação do programa, ao alcançarem pontuação igual ou superior a 75 pontos, enquanto 92 municípios foram qualificados, com pontuação situada entre 50 e 74,99 pontos, conforme os critérios estabelecidos.



**município**  
**verdeazul**

MEIO AMBIENTE



Prêmio PMVA



**98 MUNICÍPIOS CERTIFICADOS PELO PMVA**



## 4.8. LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

### 4.8.1. Licenciamento Ambiental

#### 4.8.1.1. *Licenciamento Ambiental de Empreendimentos e Atividades Considerados como Fontes de Poluição*

Na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo para coordenar e realizar os trabalhos técnicos de licenciamento e fiscalização, associados ao controle ambiental de empreendimentos e proteção dos recursos naturais e de mananciais, a CETESB, em 2025, emitiu:

- 20.153 licenças ambientais;
- 3.377 autorizações, incluindo supressão de vegetação, corte de árvore nativa isolada, intervenção em APP, queima de culturas agrícolas, manejo florestal; e
- 482 Pareceres Técnicos GRAPROHAB.

Com a adoção do licenciamento ambiental simplificado e automatizado, por meio do Via Rápida Ambiental (VRA), foram concluídos 4.191 processos e 17.165 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento (DAIL).

**20.153 LICENÇAS AMBIENTAIS  
EMITIDAS PARA EMPREENDIMENTOS**



#### 4.8.1.2. *Licenciamento Ambiental – com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)*

Em 2025, foram emitidas 145 licenças ambientais, sendo 61 para empreendimentos de transportes, 60 para empreendimentos de energia e saneamento e 24 para empreendimentos urbanísticos, minerários e de aterros sanitários.

O licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) aplica-se a empreendimentos de maior porte e complexidade técnica, com potencial significativo de alteração ambiental. São destaques o Túnel Santos–Guarujá, o Trem Intercidades, as expansões do Metrô na capital paulista, linhas de transmissão, aterros, minerações e obras de segurança hídrica, como o Sistema de Águas da Bacia do Rio Itapanhaú, que reforçará o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.



## 145 LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS, COMO O TÚNEL SANTOS- GUARUJÁ E TREM INTERCIDADES

### 4.8.1.3. *Licenciamento Ambiental e Soluções baseadas na Natureza (SbN)*

A CETESB iniciou, em 2025, os trabalhos para “Estruturar e Ampliar a Aplicação de Soluções baseadas na Natureza – SbN” no Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) no âmbito do Plano de Negócios da empresa. As ações desenvolvidas envolveram: (i) diagnóstico da compreensão da temática pelas equipes técnicas; (ii) diagnóstico da aplicação de SbN em nível local, estadual e nacional; (iii) participação em evento sobre SbN, com a colaboração na coordenação técnica do Encontro Paulista da Biodiversidade - EPBio 2025, e participação no painel “Estado como indutor das Soluções Baseadas na Natureza” da Casa da Biodiversidade da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (ABEMA) durante a COP30; e (iv) Capacitação das equipes técnicas.

### 4.8.1.4. *Compensação Ambiental*

No contexto do licenciamento com Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) tramitados na CETESB, registrou-se aproximadamente R\$ 54 milhões provenientes da Compensação Ambiental, instituída pela Lei Federal nº 9.985/2000 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002.



**R\$ 54 MILHÕES**  
PROVENIENTES DA  
COMPENSAÇÃO  
AMBIENTAL

A aplicação dos recursos está em conformidade com as prioridades estabelecidas na legislação e seguem a ordem: (i) regularização fundiária e demarcação de terras; (ii) elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; (iii) aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção de unidade, compreendendo sua área de amortecimento; (iv) desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e (v) desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo de unidade de conservação e área de amortecimento.



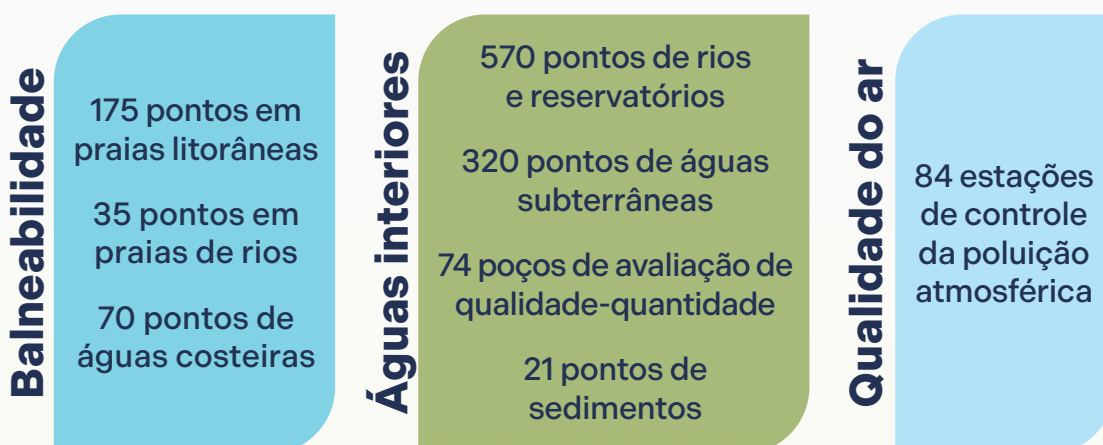
## 4.8.2. Monitoramento Ambiental

A CETESB manteve em 2025 uma rotina intensa de avaliação de balneabilidade em 175 pontos em praias litorâneas, 35 pontos de balneabilidade em praias de rios e reservatórios e o monitoramento de 70 pontos de águas costeiras.

No âmbito das águas interiores, o trabalho abrangeu o monitoramento da qualidade em 570 pontos de rios e reservatórios de água doce, além da avaliação da qualidade em 320 pontos da rede de qualidade de águas subterrâneas e 74 poços da rede de avaliação de qualidade-quantidade. Foi realizado o monitoramento em sedimentos de rios e reservatórios em 21 pontos.

O esforço logístico resultou na coleta de cerca de 20.000 amostras ambientais, gerando mais de 400.000 dados analíticos que subsidiam as rotinas de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental do Estado.

Em relação ao monitoramento da qualidade do ar, foram 84 estações em operação, com 2,4 milhões de dados válidos gerados e modernização de três unidades, assegurando base técnica robusta para subsidiar políticas públicas de controle da poluição atmosférica.



Os resultados possibilitaram a publicação de 5 Relatórios de Qualidade Ambiental ([cetesb.sp.gov.br/publicacoes-relatorios](https://cetesb.sp.gov.br/publicacoes-relatorios)). Para a manutenção e disponibilização de todo o acervo técnico, estão sendo permanentemente investidos recursos em infraestruturas e plataformas tecnológicas para acesso público e irrestrito, assim fomentando a transparência ativa de dados ambientais na página eletrônica da CETESB ([cetesb.sp.gov.br](https://cetesb.sp.gov.br)).

### 4.8.2.1. Investimentos, Eficiência e Tecnologia

Em 2025, a CETESB deu continuidade na implementação de ações para fortalecer e aprimorar seus recursos tecnológicos, com objetivo de elevar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados pela instituição. Destacam-se no ano: (i) lançamento do Relatório Dinâmico que aborda a Qualidade das Praias; (ii) investimento nas redes automáticas de qualidade das águas e de qualidade do ar; (iii) modernização de três estações da rede automática de qualidade do ar em Cubatão (Centro e Vila Parisi) e

Paulínia, sendo que a rede conta com 62 estações automáticas e 22 estações manuais; (iv) implantação de 2 novas Estações Automáticas de Monitoramento da Qualidade das Águas, em Barra Bonita e Promissão, totalizando 22 estações.

Destacam-se ainda: investimento de R\$ 5 milhões para atualização tecnológica do Laboratório de Emissões Veiculares; destinação de R\$ 25 milhões de seu orçamento de 2025 para ações em 2026, visando a ampliação do monitoramento automático de material particulado fino na atmosfera, a implantação de uma nova estação de medição da qualidade do ar na Zona Leste de São Paulo e a instalação de duas estações de monitoramento automático de qualidade das águas, além da aquisição de equipamentos analíticos de alta resolução e realizada a atualização de softwares e hardwares para a gestão e divulgação de dados.

#### *4.8.2.2. Fiscalização de emissões veiculares, empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais*

Em 2025 a CETESB, intensificou a fiscalização de emissões veiculares de rotina e realizou Mega Comandos, que são operações ambientais de larga escala que contam com a participação de efetivos da própria Companhia e das Polícias Ambiental e Rodoviária em pontos estratégicos de avenidas e rodovias. Esta ação integrada resultou na fiscalização de mais de 114.000 veículos a diesel em todo o estado. No ano, essas ações resultaram em 7.176 veículos autuados por emissão de poluentes atmosféricos acima dos limites legais estabelecidos.



Operação Fumaça Preta

Além disso, a CETESB realiza ações de fiscalização dos empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Foram realizadas 33.658 inspeções técnicas e emitidas 2.195 multas, 3.742 advertências, 119 embargos e 2 interdições.



### 4.8.2.3. Emergências Químicas

O setor de Atendimento a Emergências da CETESB é especializado na resposta a acidentes com produtos químicos e outros eventos críticos. Durante o ano de 2025, a equipe foi mobilizada para atuar em 299 ocorrências, desempenhando um importante papel nas ações imediatas de mitigação dos impactos ambientais locais e fornecendo orientação técnica para as etapas subsequentes de remediação.

### 4.8.2.4. Áreas Contaminadas

Em 2025, o Departamento de Áreas Contaminadas realizou ações estratégicas voltadas à capacitação, publicações técnicas, gestão de riscos, revisão normativa, melhorias de sistemas e otimização operacional. Dentre as iniciativas desenvolvidas no ano, destacam-se: (i) participação na revisão da Resolução CONAMA nº 420/2009, que estabelece diretrizes para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas em nível federal, (ii) participação na revisão da Resolução Conjunta SMA/SERH/SES nº 03/2006, visando maior integração entre órgãos ambientais, de saúde e recursos hídricos para evitar consumo humano de água contaminada; (iii) promoção de novos cursos com alta procura, abordando “Reutilização de Áreas Contaminadas” e “Gerenciamento de Áreas Contaminadas”; (iv) publicação da 3ª edição editada, revisada e ampliada do Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas; (v) entre os projetos e estudos realizados, a publicação de relatório da prova de conceito da ferramenta de Inteligência Artificial NEXIA, desenvolvido para avaliar a viabilidade na obtenção de dados de processos administrativos e conclusão de levantamento inicial das áreas com potencial de contaminação nas quatro regiões prioritárias previstas na Resolução SMA nº 11/2017.

## 4.9. INFORMAÇÕES E DADOS AMBIENTAIS

### 4.9.1. Relatório de Qualidade Ambiental (RQA)

O Relatório de Qualidade Ambiental (RQA) é produzido pela SEMIL, por meio da Diretoria de Planejamento Ambiental (DPLA), e sua elaboração conta com a participação e apoio de diversas áreas e instituições vinculadas à Pasta e de outras Secretarias do Estado.

A publicação anual do Relatório de Qualidade Ambiental foi prevista pela Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 9.509/1997) e tem como objetivos:

- Acompanhar a evolução da qualidade ambiental do estado;
- Fornecer subsídios para a tomada de decisão e elaboração de políticas públicas;
- Dar transparência às informações disponibilizadas pelos órgãos da administração pública.

As edições do relatório incluem séries históricas e, nas versões mais recentes consolidam cerca de 160 indicadores ambientais e socioeconômicos, além de informações sobre, aproximadamente, 70 ações ambientais implementadas pelo Estado.

Parte dos dados espaciais apresentados nos capítulos 2 e 3 do RQA estão disponíveis na Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - DataGEO.

Para ampliar o acesso e a utilização dos dados, foi disponibilizado o RQA Painel, um conjunto de dashboards que possibilita acessar de forma interativa alguns dos indicadores que compõem a publicação completa.

Os relatórios e o RQA Painel podem ser acessados pelo endereço eletrônico: [semil.sp.gov.br/relatorios](http://semil.sp.gov.br/relatorios).

**160 INDICADORES  
AMBIENTAIS E  
SOCIOECONÔMICOS  
PUBLICADOS NO RQA**



#### 4.9.2. Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - DataGEO

O DataGEO é a infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado de São Paulo e tem como objetivo a disponibilização de dados ambientais territoriais de maneira organizada e padronizada a todos os cidadãos. Permite a organização, catalogação, conversão, padronização e disponibilização de informações ambientais espacializadas, via Portal WEB. Link: [datageo.ambiente.sp.gov.br](http://datageo.ambiente.sp.gov.br).

No ano de 2025 o DataGEO superou 1 milhão de acessos únicos diários, atingindo o número de 1.064.000 acessos. Um recorde da plataforma! Está em andamento o Projeto de Evolução e Modernização Tecnológica do DataGEO, com o objetivo de garantir que a plataforma permaneça atualizada, robusta e preparada para atender à crescente demanda de forma eficiente.



**1.064.000**  
**ACESSOS AO DATAGEO**

Registrou-se, no ano, publicação de 81 novas informações ambientais, das quais 48 camadas são atualizações referentes a dados recorrentes e 33 camadas são de informações inéditas, entre as quais o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Taquari, o Fotoíndice do Aerolevantamento USAF/AST-10 1964 – 1967 (MPSP/IPT) e os Zoneamentos Minerários da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema.



|         |                                                                                                                                                                         |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 1 | Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.                                                       |
| OEMIL 2 | Promover a disseminação da educação ambiental e da pesquisa científica, estimulando a gestão do conhecimento e inovação tecnológica.                                    |
| OEMIL 3 | Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.                                                                                 |
| OEMIL 4 | Fortalecer as unidades de conservação, áreas protegidas e parques urbanos estaduais, protegendo sua biodiversidade e melhorando a eficiência da prestação dos serviços. |
| OEMIL 5 | Otimizar os processos a cargo da CETESB, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.                                                                     |

**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2604 - Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado, Programa 2617 - Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento, Programa 2618 - Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade, Programa 2619 - Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática, Programa 2621 - Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Assessoria de Colegiados, Subsecretaria de Meio Ambiente, Agência de Águas do Estado de São Paulo, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal, Departamento de Estradas e Rodagem, Companhia Docas de São Sebastião.





## 5. INTEGRATIE



O Programa IntegraTietê configura-se como iniciativa estruturante e transversal do Governo do Estado, articulando políticas públicas de saneamento, recursos hídricos, meio ambiente, drenagem, logística e desenvolvimento regional, com o objetivo de promover a recuperação ambiental do rio Tietê, ampliar a resiliência hídrica e melhorar a qualidade de vida da população.

# INTEGRA TIETÊ

Lançado em março de 2023, o programa tem o objetivo de integrar as ações de revitalização do Rio Tietê, abrangendo medidas de recuperação de diversos trechos comprometidos pela poluição, melhoria da vazão e do escoamento das águas e, principalmente, resgatando a boa convivência dos cidadãos com o maior e principal rio paulista.



Mapa da Área de Abrangência do IntegraTietê

O IntegraTietê conta com cinco pilares de atuação: (i) Saúde e Qualidade de Vida; (ii) Controle de Cheias; (iii) Turismo, Lazer e Integração; (iv) Eficiência Logística; e (v) Governança.

No portal do Programa ([semil.sp.gov.br/integratiete](https://semil.sp.gov.br/integratiete)) foi disponibilizado sistema de monitoramento e transparência dos resultados, em três frentes:

- a) Desassoreamento: apresenta o volume de remoção de sedimentos do leito dos córregos e rios, os quais podem ter como causa ações humanas ou carreamento de terra decorrentes de fenômenos naturais, como chuva e enchentes;
- b) Incremento do número de domicílios com os esgotos encaminhados para tratamento: conexões às redes coletoras para encaminhamento dos esgotos às Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs;
- c) Qualidade das águas do Tietê e de seus afluentes: desde 2023, a medição vem ocorrendo em duas frentes, (i) quantidade de carga orgânica gerada na bacia do Tietê, medida no ponto de saída (Reservatório Edgard Souza) da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e (ii) concentração média de matéria orgânica medida pelo Carbono Orgânico Total (COT) em 30 afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê.

Nessa direção, destaca-se a instalação do Lixômetro no Rio Pinheiros. Buscando estimular as pessoas a se preocuparem com o lixo que descartam de forma incorreta e que acabam chegando ao Tietê, a SEMIL em parceria com a EMAE, instalou, em setembro de 2024, nas margens do rio Pinheiros, um Lixômetro que mostra o total de lixo superficial retirado do rio desde 2023 e o valor gasto com esse serviço. No total, mais de 115,5 mil toneladas de resíduos foram retiradas do Pinheiros, o que representa um gasto total de montante superior a R\$ 188 milhões.

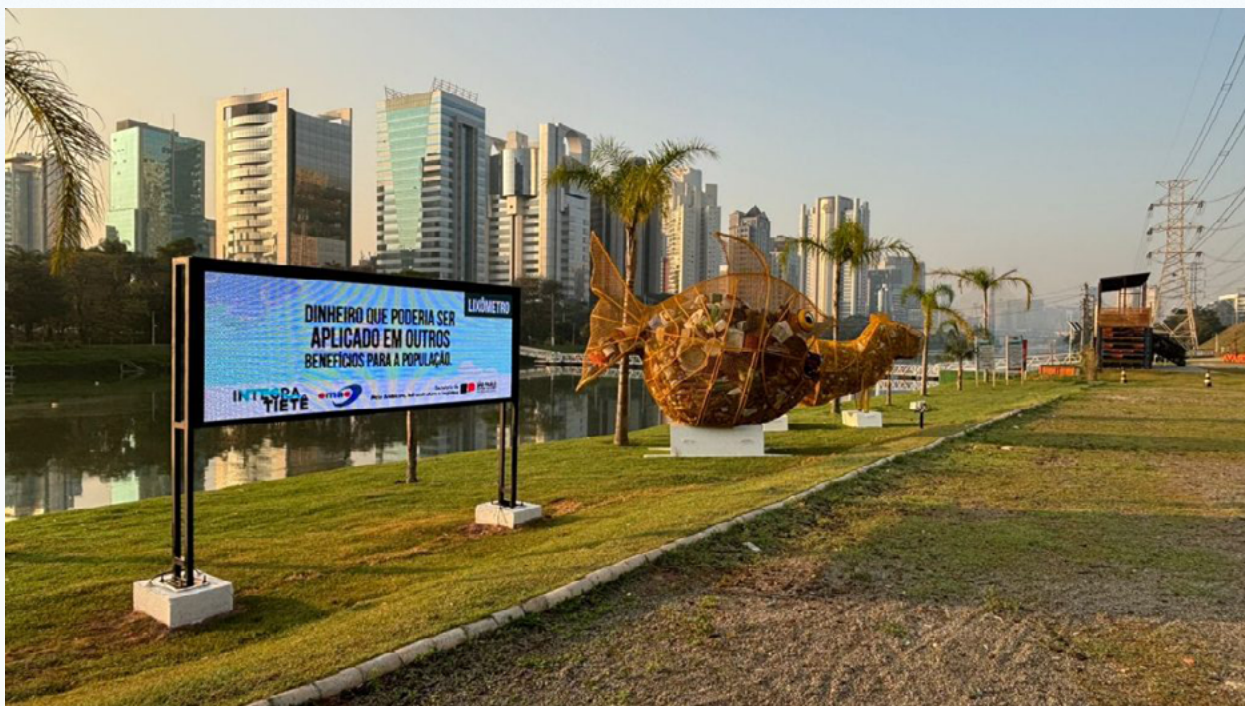
**115,5 MIL TONELADAS DE RESÍDUOS  
RETIRADAS DO RIO PINHEIROS**



**R\$ 188 MILHÕES  
EM INVESTIMENTOS**

Considerando os pilares do IntegraTietê, o relatório apresenta as ações executadas e aquelas em andamento.





Lixômetro às margens do Rio Pinheiros

## 5.1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O avanço na conexão de domicílios às redes coletoras de esgoto insere-se na estratégia integrada de universalização dos serviços de saneamento, constituindo vetor estruturante para a melhoria da qualidade das águas e para o alcance dos objetivos do Programa IntegraTietê, em articulação com as políticas de recursos hídricos e meio ambiente.

No ano de 2025, mais 673.445 domicílios foram conectados às redes coletoras, totalizando 4.826.269 domicílios com tratamento de esgoto, superando em cerca de 14% a meta desse ano no acumulado (meta 4.225.413).



**+ 673.445 DOMICÍLIOS**  
**CONECTADOS À REDE DE ESGOTO,**  
**TOTALIZANDO 4.826.269**

Em relação às atividades de monitoramento da qualidade da água, por parte da CETESB, estão em andamento: (i) elaboração em conjunto com o SP-Águas de boletins

integrados de qualidade e quantidade das águas superficiais; (ii) manutenção da medição de 30 afluentes, incorporando-os a sua rede de monitoramento e a quantificação de carga orgânica gerada na bacia do Tietê, permitindo emitir boletins trimestrais para acompanhar as metas de qualidade ambiental do Programa IntegraTietê.

**30 PONTOS NA  
BACIA DO TIETÊ PARA  
MONITORAMENTO  
DA QUALIDADE**



INTEGRATIETÊ

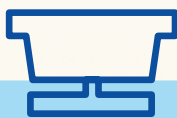
## 5.2. CONTROLE DE CHEIAS

O controle de cheias conta com serviços executados no Rio Tietê e seus afluentes pela SP-Águas, incluindo estudos, projetos, serviços e obras de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento, objetivando manter as melhores condições de escoamento. O órgão realiza intervenção ao longo de 165 km do Tietê: da barragem Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba, até a barragem de Ponte Nova, em Salesópolis. Executa ainda a retirada de sedimentos ao longo dos 25 km de extensão do Pinheiros, desde o canal da represa Guarapiranga até o encontro com o rio Tietê.



**2.308.883 M<sup>3</sup> DE  
SEDIMENTOS REMOVIDOS,  
R\$ 365,1 MILHÕES  
INVESTIDOS**

Foram removidos 2.308.883 m<sup>3</sup> de sedimentos da calha do Rio Tietê e do canal do Rio Pinheiros em 2025, com R\$ 365,1 milhões já investidos no período.



**R\$ 55,6 MILHÕES INVESTIDOS  
NA MANUTENÇÃO DE 27 PISCINÕES**



Ainda nesse contexto, a SP-Águas realizou manutenções preventivas e corretivas nos 27 piscinões em operação na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que juntos possuem capacidade de armazenamento de até 4,7 milhões de m<sup>3</sup>. Durante todo o período de chuvas, esses reservatórios permaneceram em plena operação, contribuindo para a redução dos impactos das inundações à população. O investimento destinado, em 2025, à manutenção e limpeza dos piscinões foi de R\$ 55,6 milhões.

### 5.2.1. Projetos e obras relacionados à mitigação de cheias

No âmbito do IntegraTietê, a SP-Águas ainda é responsável pela gestão de pôlderes, que permitiram que as 12 estruturas existentes ao longo da marginal Tietê operassem normalmente na atual temporada de chuvas. Essas estruturas entram em operação durante os temporais para evitar alagamentos nos dois sentidos da marginal. Em 2025, foram aplicados R\$ 5,9 milhões nesta ação.

Além dos serviços de desassoreamento, manutenção e limpeza, destaca-se ainda o avanço em quatro obras de contenção de cheias, totalizando R\$ 273,3 milhões investidos no ano, sendo: (1) em Franco da Rocha, concluído em abril de 2025, o Piscinão EU-08, localizado no Ribeirão Euzébio, que complementa o Piscinão EU-09, finalizado anteriormente em agosto de 2024, reforçando a proteção contra alagamentos no município e na região; (2) na RMSP, foi finalizado em dezembro o Reservatório RM-19 (Jaboticabal), situado na divisa entre São Paulo, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, com capacidade para 900 milhões de m<sup>3</sup>, sendo o maior piscinão do Brasil; (3) na capital, está em execução o Piscinão RA-01 (Córrego Antonico), que atenderá os bairros do Morumbi, Paraisópolis e áreas próximas, com entrega prevista para agosto de 2026; e (4) o Piscinão TG-09, no Córrego Tapera Grande, entre Franco da Rocha e Francisco Morato, que segue em obras desde março de 2024, com conclusão para março de 2026.



**R\$ 273,3  
MILHÕES  
EM OBRAS PARA  
CONTENÇÃO DE  
CHEIAS NA RMSP**



Obras do piscinão do Córrego Antonico

Encontra-se em andamento, conduzido pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, com a SEMIL atuando como órgão setorial, a estruturação da parceria público-privada voltada ao desassoreamento, que tem como objetivo promover resiliência climática e reduzir os riscos de enchentes, mantendo continuamente a capacidade de escoamento e armazenamento dos rios Tietê - no trecho entre a Barragem de Ponte Nova e a Barragem de Pirapora - e Pinheiros, entre a restituição da Barragem de Pedreira e sua foz no Rio Tietê, incluindo o Canal Guarapiranga. Além do desassoreamento, a PPP inclui serviços de limpeza do espelho d'água - com remoção de resíduos sólidos urbanos e vegetação aquática flutuante - conservação das margens, manutenção e operação das Barragens Móvel e da Penha, dos Polders da Marginal Tietê e manutenção do paisagismo nas margens do Rio Tietê.

## 5.3. TURISMO, LAZER E INTEGRAÇÃO

No eixo turismo, lazer e integração, a SP-Águas atua por meio do Programa Renasce Tietê, que conta com investimento de mais de R\$ 500 milhões. É focado na preservação das várzeas, a fim de garantir que o rio continue com sua área alagável protegida, uma vez que, com as chuvas fortes, as águas ocupam as margens em um processo natural.

O objetivo do Programa é contribuir à recuperação e preservação do Rio Tietê. Os objetivos específicos são: (i) recuperação e preservação das várzeas do Rio; (ii) melhoria da qualidade de água do Rio; (iii) fortalecimento da gestão da informação climática da SP-Águas e da gestão dos núcleos do Projeto com participação social.



Em 2025, a SP-Águas realizou licitação internacional para implantação dos núcleos de lazer em Salesópolis, que beneficiará diretamente toda a população local, cerca de 16.000 habitantes. Indiretamente, e por se caracterizar como um parque de abrangência regional, englobando, inclusive, o Parque Nascentes do Tietê, estes núcleos beneficiarão toda a população da RMSP, e das regiões próximas, ou seja, mais de 22 milhões de pessoas.

Dentre outras ações previstas no Programa, destacam-se o plantio e manutenção de aproximadamente 74.930 mudas em área de 60,92 hectares, no prazo de 42 meses, iniciado em setembro de 2025. O plantio abrange áreas degradadas nos municípios de Salesópolis e Guarulhos e o contrato para execução do projeto foi assinado com um investimento total de R\$ 5.112.159,78, sendo R\$ 4.084.086,92 provenientes do Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

## 5.4. EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

A principal obra em andamento no âmbito do eixo de Eficiência Logística é a ampliação do canal de navegação a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, voltada à otimização das condições de navegação na Hidrovia Tietê-Paraná. A intervenção contempla a execução de derrocamento de forma a permitir a navegação sem restrições de calado, abrangendo trechos localizados nos municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama, com investimento de R\$ 299,5 milhões diretamente na execução da obra, e previsão de conclusão em 2026.

Com a execução dessas intervenções, o Programa IntegraTietê avança na superação de gargalos da hidrovia, promovendo maior eficiência logística e reforçando a conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação do rio Tietê como ativo estratégico do Estado.



Hidrovia Tietê-Paraná em Nova Avanhandava

## 5.5. GOVERNANÇA

O IntegraTietê trouxe inovações na gestão por resultados, na incorporação de tecnologias e soluções não convencionais para instalação de redes e coletores e na melhoria da governança.

Nesse pilar, foram estruturadas ações para mecanismos de transparência no acompanhamento do programa, que envolvem especialmente a criação do Fórum Integrado das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR Tietê).

Instituído pela Resolução SEMIL nº 5/2023, o FIAR-Tietê realizou, em 2025, cinco reuniões, com trabalhos voltados, sobretudo, para o planejamento das principais ações e obras, com respectivos investimentos, definição dos indicadores e metas da primeira etapa (2026) e da segunda etapa (2029), melhoria da transparência e da divulgação de informações e monitoramento dos resultados alcançados.

Adicionalmente, visando a intensificação da fiscalização, em 2025, foi criado o Grupo de Fiscalização Integrada das Águas do Rio Tietê (GFI-Tietê), por meio de Resolução Conjunta SEMIL/SAA nº 1/2025. O GFI-Tietê é composto por membros da SEMIL, CETESB, SP-Águas, Fundação Florestal, Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo (PAMB), Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), Comitês de Bacias e prefeituras das respectivas sub-bacias, por adesão.

A área de atuação do Grupo de Fiscalização Integrada (GFI-Tietê) abrange as seis Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs): UGRHI 6 – Alto Tietê; UGRHI 5 – Piracicaba-Capivari-Jundiaí; UGRHI 10 – Sorocaba/Médio Tietê; UGRHI 13 – Tietê/Jacaré; UGRHI 16 – Tietê/Batalha; UGRHI 19 – Baixo Tietê.

**GFI-TIETÊ** INSTITUÍDO  
PARA INTENSIFICAR A PROTEÇÃO  
E FISCALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO



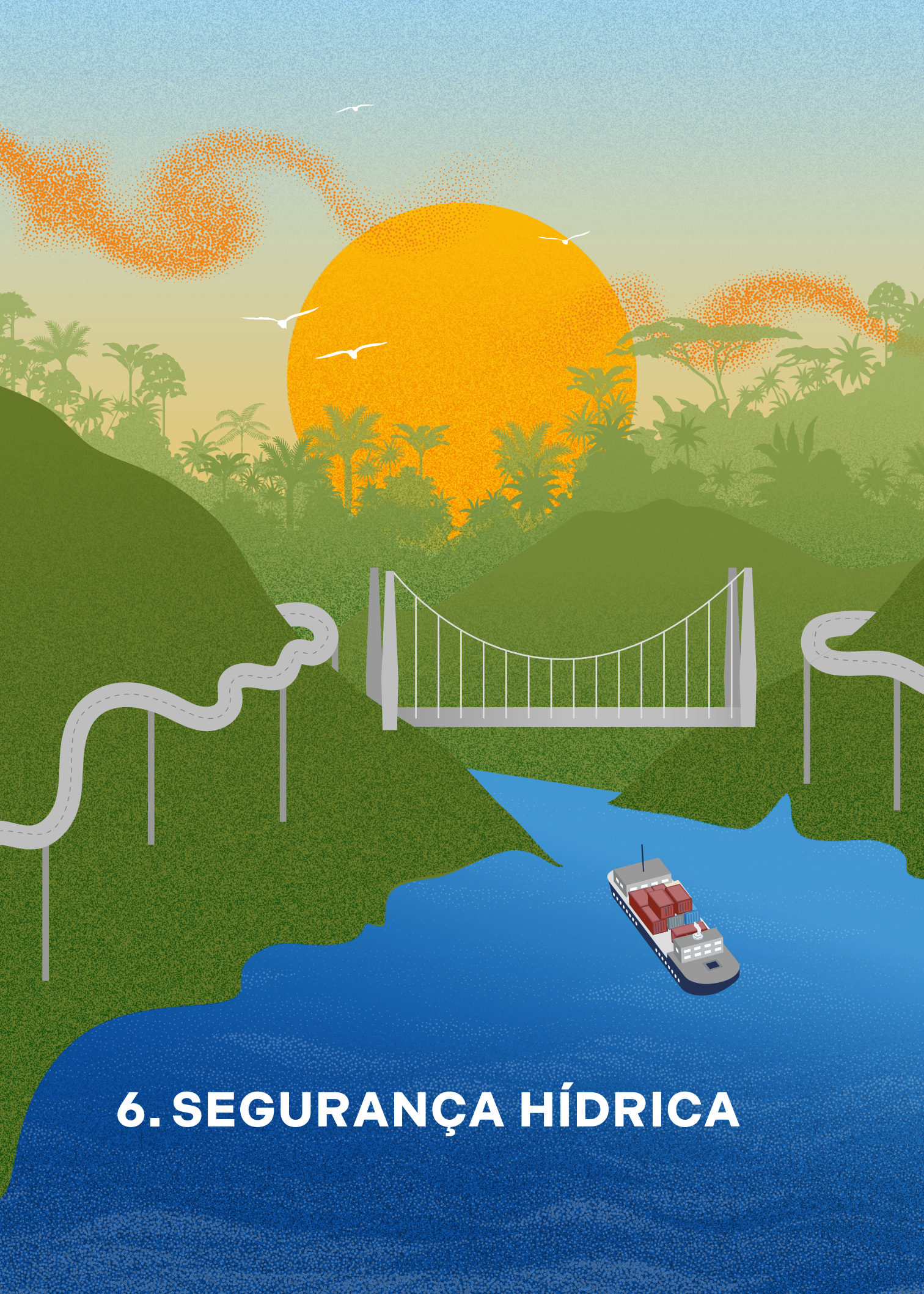


|          |                                                                                                                                                                          |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 1  | Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.                                                        |
| OEMIL 3  | Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.                                                                                  |
| OEMIL 5  | Otimizar os processos a cargo da CETESB, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.                                                                      |
| OEMIL 6  | Desenvolver e implementar os instrumentos previstos nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, primando pelo aprimoramento da regulação do setor no Estado. |
| OEMIL 7  | Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.                                                                                                   |
| OEMIL 8  | Buscar a antecipação da universalização do saneamento no Estado.                                                                                                         |
| OEMIL 11 | Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade.             |
| OEMIL 12 | Ampliar e modernizar a infraestrutura de transporte, bem como apoiar os Municípios em obras conveniadas.                                                                 |

**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2604 - Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado; Programa 2618 - Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade; Programa 2619 - Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática; Programa 2621 - Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos; Programa 2622 - Segurança Hídrica; Programa 2623 - Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico; Programa 2625 - Desenvolvimento e Implementação da Política de Recursos Hídricos; Programa 2627 - Melhorias na Infraestrutura de Transporte Estadual; Programa 2629 - Planejamento de Logística e Transportes.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Assessoria de Colegiados, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Subsecretaria de Logística e Transportes, Agência de Águas do Estado de São Paulo, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal.





## 6. SEGURANÇA HÍDRICA



A Segurança Hídrica está diretamente articulada à Estratégia Climática do Estado de São Paulo, com especial ênfase nas ações voltadas à adaptação e à resiliência frente às mudanças climáticas. Esse eixo integra-se ainda ao Plano de Meio Ambiente, ao planejamento de recursos hídricos - incluindo a proteção de mananciais - e ao planejamento do saneamento básico, compondo uma abordagem sistêmica e intersetorial.

As ações nesse campo envolvem políticas, programas e iniciativas vinculadas ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, à Agenda Regulatória e a programas estruturantes, além dos investimentos viabilizados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Esses investimentos são vinculados aos Programas de Duração Continuada (PDCs), que orientam a indicação e a execução de empreendimentos com foco na garantia da disponibilidade hídrica, considerando os usos múltiplos da água. Destacam-se, nesse contexto, as iniciativas voltadas à recuperação e à melhoria da qualidade dos cursos d'água, implantação de infraestrutura para os serviços de saneamento básico, incluindo coleta e tratamento de esgoto, bem como sistemas de drenagem.

## 6.1. PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PERH)

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) é um instrumento instituído pela Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 7.663/1991, alterada pela Lei Estadual nº 16.1337/2016), o qual estabelece diretrizes para o gerenciamento, recuperação, proteção e uso racional de recursos hídricos no estado de São Paulo. A fase 1 do ciclo 2024-2027 do PERH foi aprovada na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em abril de 2024, por meio da Deliberação CRH nº 283/2024; e seu plano de ação e programa de investimentos foram aprovados por meio da Deliberação CRH nº 298/2025, trazendo capítulo específico sobre prevenção à escassez hídrica, baseado em estudo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Após aprovação no plenário do CRH, foi enviado projeto de lei do PERH para discussão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), sob o nº 1.046/2025, a qual foi objeto de audiência pública em 29 de outubro de 2025 e atualmente está em discussão nas comissões específicas. O acompanhamento do PERH tem sido realizado por meio dos Relatórios de Situação de Recursos Hídricos.

No ano de 2025, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou oito deliberações, destacando-se os seguintes temas: (i) Execução do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO) e do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês), junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); (ii) Plano de Ação e Programa de Investimentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PAPI-PERH) para o período 2024-2027; (iii) Planos de Trabalho das

Câmaras Técnicas do CRH 2026-2027; (iv) Aprovação do Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos (“IntegraBacias”) e (v) Programação de capacitações a serem realizadas em 2026 no âmbito do programa Capacita-SIGRH. Com relação a este último, em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa, foram viabilizados nove cursos que contemplaram 141 capacitados, além do custeio da participação em cinco eventos que atenderam 39 membros. Dessa forma, as 14 ações de capacitação somaram 186 registros de formação, abrangendo membros que, em alguns casos, realizaram mais de uma atividade.

Ainda em 2025 foram iniciadas as tratativas para atualização do Portal SigRH ([sigrh.sp.gov.br](http://sigrh.sp.gov.br)) com o objetivo de modernizá-lo e garantir a disponibilidade lógica do sistema. Para manter a interação dos agentes do Sistema Integrado de Recursos Hídricos, estão sendo trabalhadas ações para a migração do site para uma plataforma mais moderna e adequada às diretrizes de governo eletrônico do Estado de São Paulo.

### 6.1.1. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)

O FEHIDRO é o mecanismo financeiro do Estado de São Paulo vinculado ao PERH, atuando como a instância econômico-financeira do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). O Fundo financia empreendimentos que contribuem para as ações de segurança hídrica do Estado, por meio dos Programas de Duração Continuada (PDCs), como por exemplo: PDC 3 – Qualidade das águas (inclui esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos); PDC 5 – Gestão da demanda; PDC 6 – Abastecimento e segurança hídrica; PDC 7 – Drenagem e eventos hidrológicos extremos.

Em 2025, após análise técnica e financeira dos 414 empreendimentos indicados pelos Colegiados, foram emitidos 394 contratos com valor de R\$ 480,3 milhões para municípios, Estado e sociedade civil.



**394 NOVOS CONTRATOS COM RECURSOS**  
**DE R\$ 480,3 MILHÕES DO FEHIDRO**

Do valor contratado, destacam-se: 21% ou R\$ 99 milhões destinados ao planejamento e gestão de recursos hídricos; 19% ou R\$ 90,4 milhões para esgotamento sanitário; R\$ 18% ou R\$ 87,2 milhões para ações estruturais de drenagem; 12% ou R\$ 59,6 milhões para controle de perdas em sistemas de abastecimento; e 7% ou R\$ 34,6 milhões para controle de processos erosivos.



Ao todo, 336 contratos foram assinados com o segmento Município com valor de R\$ 403,7 milhões, atendendo 213 prefeituras paulistas. As principais linhas de financiamento dos municípios foram: esgotamento sanitário, com R\$ 90,4 milhões; ações estruturais de drenagem, com R\$ 87 milhões; e planejamento e gestão de recursos hídricos, com R\$ 69,5 milhões.

Em 2025, o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) indicou a destinação de R\$ 20,8 milhões para o 'Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos (IntegraBacias)'. A proposta, aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 18 de dezembro, visa à contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração e atualização dos Planos de Bacias Hidrográficas (PBHs) das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), bem como ao fornecimento de subsídios técnicos e metodológicos para a revisão do próximo ciclo do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).

Ainda, no período do exercício:

- Foram concluídas 213 obras com valor total de R\$ 183,2 milhões, beneficiando 130 municípios. Deste recurso, 34% (R\$ 62,5 milhões) foram direcionados a obras de drenagem e 23% (R\$ 41,9 milhões) a obras de esgotamento sanitário;
- Há 445 obras com contrato ativo com recursos do FEHIDRO, sendo que 97% são realizadas pelos municípios. Estas obras totalizam R\$ 662,4 milhões e estão direcionadas principalmente a: drenagem (R\$ 190,5 milhões, 29%); esgotamento sanitário (R\$ 184,6 milhões, 28%); controle de perdas em sistemas de abastecimento (R\$ 75 milhões, 11%); qualidade dos recursos hídricos (R\$ 69,8 milhões, 11%); controle de erosão (R\$ 49,2 milhões, 7%).

**213 OBRAS CONCLUÍDAS**



**TOTAL DE R\$ 183,2 MILHÕES**

**BENEFICIANDO 130 MUNICÍPIOS**

No âmbito da gestão do Fundo, em 2025, foram implementadas iniciativas para:

- Negociação entre a SEMIL e a Desenvolve SP para renovação do contrato para atuação como Agente Financeiro do FEHIDRO com avanço nas cláusulas contratuais visando

- a melhoria dos serviços e economia. O contrato foi assinado em agosto de 2025 com vigência de cinco anos e valor previsto de R\$ 94 milhões;
- Aprimorar o acompanhamento pós-conclusão dos empreendimentos FEHIDRO: o acompanhamento visa fornecer subsídios na avaliação da eficácia do empreendimento e de sua sustentabilidade, permitindo propor eventuais recomendações ao Tomador, e aperfeiçoar procedimentos das fases anteriores do processo FEHIDRO. Nesta primeira etapa foram selecionados 32 empreendimentos;
  - Migração dos empreendimentos para o Agente Técnico privado: foi finalizada a migração dos contratos financiados pelo FEHIDRO que se encontravam em andamento com os Agentes Técnicos públicos para o Agente Técnico contratado (Consórcio LBR-COBRAPE-MMP), totalizando 477 empreendimentos migrados, com finalização em novembro de 2025;
  - Aprovação do Documento Referencial de Custeio no COFEHIDRO (Anexo à Deliberação COFEHIDRO nº 280/2025) que atualizou os procedimentos para utilização do recurso de custeio do FEHIDRO pelos órgãos e entidades do SIGRH;
  - Conclusão do “Programa de Fiscalização Continuado - PROFISC-SP Águas Fase 1” e aprovação do “PROFISC-SP Águas Fase 2” que visa utilizar o recurso das multas de outorga em ações de fortalecimento da fiscalização dos usos de recursos hídricos no Estado.

## 6.2. REGULAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

### 6.2.1. Agenda Regulatória da SP-ÁGUAS

A Agenda Regulatória 2025–2026 constitui instrumento de planejamento da atividade normativa da SP-ÁGUAS, destinado à definição dos temas prioritários da atuação regulatória ao longo de seu ciclo de vigência. Sua função institucional é conferir maior transparência, previsibilidade, racionalidade e alinhamento da produção normativa às diretrizes estratégicas da Agência. A proposta foi elaborada com base nas contribuições das Superintendências e áreas técnicas, consideradas, ainda, as ações remanescentes do ciclo anterior e o processo de transformação institucional do antigo DAEE em SP-ÁGUAS, tendo sido submetida à Consulta Pública nº 2/2025 e aprovada pelo Conselho Diretor por meio da Deliberação SP-ÁGUAS nº 08/2025. A Agenda Regulatória da Agência e suas atualizações podem ser consultadas no site [spaguas.sp.gov.br/site/agendaregulatoria](http://spaguas.sp.gov.br/site/agendaregulatoria).

Em sua configuração original, a Agenda Regulatória 2025–2026 foi estruturada em doze ações, distribuídas em seis eixos temáticos. No curso de sua execução, passou a contemplar treze ações monitoradas, em razão do desmembramento da Ação 5.1 – Elaboração de Protocolos Operacionais da SP-ÁGUAS para Eventos Hidrológicos Extremos em duas iniciativas autônomas: Ação 5.1-A – Protocolo de Escassez Hídrica e Ação 5.1-B – Protocolo de Cheias. A alteração, realizada em sua revisão anual ordinária, teve por finalidade conferir maior precisão ao planejamento, ao acompanhamento e à execução das entregas.



No exercício de 2025, das treze ações integrantes da Agenda Regulatória, três foram concluídas: a Ação 1.1, voltada ao desenvolvimento de metodologia e procedimentos para elaboração de Análise de Impacto Regulatório, que resultou na edição da Deliberação SP-ÁGUAS nº 09/2025; a Ação 3.1, relativa ao apoio ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) nas discussões sobre a implementação da cobrança pelo uso rural da água, teve como produto a elaboração e entrega do Relatório “Estudo para subsídio à regulamentação da cobrança pelo uso rural da água”; e, por fim, a Ação 5.1-A, referente à elaboração do Protocolo de Escassez Hídrica no âmbito da ação de desenvolvimento de Protocolos Operacionais da SP-ÁGUAS para Eventos Hidrológicos Extremos. Como resultado, foi editada a Deliberação SP-ÁGUAS nº 10/2025, que estabelece experimento regulatório para implementação do Protocolo de Escassez Hídrica no âmbito das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

**DELIBERAÇÃO SP-ÁGUAS Nº 10/2025:  
ESTABELECE EXPERIMENTO REGULATÓRIO  
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO  
PROTOCOLO DE ESCASSEZ  
HÍDRICA NO ÂMBITO DAS BACIAS  
HIDROGRÁFICAS DO ESTADO**



### 6.2.2. Regulação e Fiscalização de usos e interferências em recursos hídricos

A outorga é um instrumento legal fundamental para implantação de empreendimentos que utilizam ou interferem nos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos. Em 2025, foram expedidas 18.075 Outorgas de Permissão de Uso e Interferência, resultando em uma média mensal de 1.506 atos emitidos no ano.

As ações na área de fiscalização concentraram-se no fortalecimento da governança fiscalizatória e na consolidação de um modelo de atuação orientado por dados. As atividades envolveram a coordenação, o planejamento e a execução das fiscalizações das atividades reguladas, objetivando assegurar o cumprimento das normas, regulamentos e condicionantes previstas nos atos de outorga, além de tratar denúncias, prospectar usos clandestinos, aplicar penalidades, decidir recursos e orientar e capacitar as equipes de fiscalização das unidades descentralizadas. Como resultado direto das

ações fiscalizatórias empreendidas, foram realizadas 9.151 fiscalizações de usos e interferências em recursos hídricos, correspondendo a uma média de 762 ações por mês. Comparativamente ao ano anterior, quando foram realizadas 6.979 fiscalizações, os resultados alcançados no presente ano representaram um acréscimo de 31,1%. O total de multas aplicadas no período foi de R\$ 4.094.486,00.

**18.075 OUTORGAS EXPEDIDAS****9.151 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO,  
31,1% A MAIS EM RELAÇÃO  
AO ANO ANTERIOR**

### 6.2.3. Planejamento e Sustentabilidade de Recursos Hídricos

A SP-Águas exerce a coordenação dos trabalhos do eixo segurança hídrica no âmbito do PEARC, com ênfase na disponibilidade e na qualidade do acesso a água, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo. As ações definidas para o primeiro ciclo do Plano, no eixo de Segurança Hídrica, incluem elaboração de protocolos emergenciais para enfrentamento dos eventos climáticos extremos, disseminação da informação, incentivo ao uso eficiente da água e ampliação da rede de monitoramento de água subterrânea do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, com o intuito de disciplinar a gestão dos recursos hídricos em momentos de seca e restrição hídrica, foi elaborado o Protocolo de Escassez, que disciplina a atuação da Agência no monitoramento, na identificação de riscos e na implementação de medidas preventivas e de contingência, no âmbito das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. O Protocolo, consubstanciado na Deliberação SP-ÁGUAS n° 10/2025, é um Experimento Regulatório que pode ser acompanhado de forma transparente por todos os atores societários, por meio de painel de indicadores e medidas restritivas adotadas ([apps.spaguas.sp.gov.br/protocolo](https://apps.spaguas.sp.gov.br/protocolo)).

Em 2025, houve duas Declarações de Escassez Hídrica quantitativa, conforme Deliberações n.º 11 e n.º 12, nas bacias do Piracicaba e Alto Tietê, com a consequente suspensão de novas outorgas para usos não prioritários.





Represa Billings

#### 6.2.4. Segurança de Barragens

A SP-Águas vem aprimorando, de forma contínua, suas ações de regulação e fiscalização no âmbito da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Com o objetivo de ampliar a capacidade de fiscalização e intensificar as ações de levantamento e regularização desses empreendimentos, a SP-Águas reorganizou o suporte técnico às atividades de inspeção e verificação em campo.

Em 2025, foram vistoriadas 495 barragens, destinadas às atividades de classificação e reclassificação de enquadramento perante a PNSB, e, após a validação técnica das informações coletadas em campo e a análise dos relatórios de inspeção apresentados, 136 barragens foram enquadradas na PNSB e 142 não enquadradas, conforme os critérios estabelecidos pela legislação federal.

Esse conjunto de ações representou o primeiro ciclo sistematizado de validação presencial em larga escala realizado pela SP-Águas. Entre junho e outubro de 2025, foram emitidas 179 notificações para cumprimento de ações previstas na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Como resultado desse esforço, a base estadual passou por significativa consolidação. Em 2024, o Estado de São Paulo contava com 958 barramentos cadastrados no SNISB sob responsabilidade direta da SP-Águas. Em 2025, com a consolidação das informações e continuidade das ações fiscalizatórias, atingiu-se 1205 barramentos cadastrados, dos quais 260 se enquadram na PNSB.





## 1.205 BARRAMENTOS CADASTRADOS E 495 BARRAGENS VISTORIADAS

Nesse mesmo contexto, houve mudanças no processo de emissão de outorgas para barramentos visando avaliar não só a estrutura, mas também os quesitos de segurança. Foi incluída no processo a avaliação da equipe de Segurança de Barragem, garantindo que a outorga seja emitida com condicionantes quando houver necessidade de Plano de Segurança de Barragem (PSB) e Plano de Ação de Emergência (PAE). Em 2025, foram encaminhados 2.086 requerimentos, representando incremento de mais de 54% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Barragem do Valo Grande

### 6.2.5. Monitoramento Hidrológico

A Rede Hidrológica Básica do Estado de São Paulo é operada pela SP-Águas desde 1951. É a maior fonte de dados hidrológicos básicos quantitativos do Estado, a partir de Redes Pluviométrica, Fluviométrica e Piezométrica, contando com postos hidrométricos convencionais manuais, automáticos e telemétricos, em alguns casos com dados em tempo real. Em 2025, foram feitas 409 medições de vazões, mais de 1.353 visitas a postos, e gerados 2.532.219 dados pluviométricos, 2.532.219 dados



fluviométricos, e 481.426 dados piezométricos. Todos esses dados representam, portanto, um rico material de gestão das águas paulistas. A análise criteriosa de todas as informações obtidas tem papel fundamental na tomada rápida e assertiva de decisões.

## 409 MEDIÇÕES DE VAZÕES, MAIS DE 1.353 VISITAS A POSTOS HIDROLÓGICOS



Consolidada na sede da SP-Águas, a Sala de Situação de São Paulo complementa a atuação de outras salas regionais, com o objetivo de coletar dados de chuvas, níveis e de vazão dos principais rios, reservatórios e bacias hidrográficas, sendo importante para tomada de decisão em situação de eventos hidrológicos críticos, especialmente na articulação com a Defesa Civil. Durante 2025 houve aquisições e implantação de infraestrutura técnica para melhorias e ampliação na cobertura, obtenção e disponibilização de dados, bem como monitoramento em tempo real oferecidos pelo Sistema Integrado de Bacias Hidrográficas (SIBH), além disso a Sala de Situação disponibiliza um hub de ferramentas, que podem ser encontradas em [salasituacaosp.spaguas.sp.gov.br](https://salasituacaosp.spaguas.sp.gov.br).

Durante o ano, foram elaborados 365 boletins diários, 18 boletins extraordinários, 12 boletins mensais e 12 relatórios hidrológicos pela equipe de monitoramento da SP-Águas, através dos indicadores resgatados. A agência também disponibilizou, através do SIBH ([apps.spaguas.sp.gov.br/sibh](https://apps.spaguas.sp.gov.br/sibh)), dados de outras entidades estaduais e federais por meio de Acordos de Cooperação Técnica. Além disso, para fortalecer a gestão baseada em dados, destacam-se a implementação das imagens do Radar Meteorológico da SP-Águas na ferramenta “Chuva Agora” ([apps.spaguas.sp.gov.br/sibh/chuva\\_agora](https://apps.spaguas.sp.gov.br/sibh/chuva_agora)) e o fortalecimento do Hidroapp (<https://hidroapp.spaguas.sp.gov.br/>), ferramenta desenvolvida para acompanhamento de indicadores climático visando o auxílio em tomadas de decisões.

Um dos principais resultados dessa análise de dados é o balanço mensal das precipitações no Estado de São Paulo. O relatório traz a avaliação para cada uma das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) paulistas sobre as chuvas, a média histórica, curvas comparativas para o mês anterior, 6 meses e 12 meses. Esse material passou a ser compartilhado na página [salasituacaosp.spaguas.sp.gov.br](https://salasituacaosp.spaguas.sp.gov.br), para disseminação das informações para toda a sociedade, assim como os demais dados levantados pela Sala de Situação.



Hidroapp

## 6.3. RESERVATÓRIOS

Ainda no contexto da segurança hídrica, a SP-Águas segue em 2025 com a implantação das Barragens Duas Pontes e de Pedreira, as obras apresentam progresso físico de 58% (Pedreira) e 74% (Duas Pontes). As intervenções beneficiarão mais de 5,5 milhões de pessoas, em 28 cidades da Região Metropolitana de Campinas, com investimento que ultrapassa 1 bilhão de reais. Os reservatórios possuirão capacidade de armazenamento útil de 85 bilhões de litros de água, sendo 32 bilhões de litros para a Barragem de Pedreira e 53 bilhões de litros para o reservatório de Amparo.



**85 BILHÕES** DE LITROS DE CAPACIDADE  
DE ARMAZENAMENTO COM AS BARRAGENS  
DUAS PONTES E PEDREIRA, BENEFICIANDO  
**5,5 MILHÕES** DE PESSOAS



Para viabilizar a Barragem Duas Pontes, o Governo do Estado também implementa obras complementares focadas na melhoria da qualidade do Rio Camanducaia, incluindo a reestruturação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto de Amparo e Monte Alegre do Sul, acima do futuro barramento, além da criação de um sistema específico para reduzir cargas de fósforo dentro do leito do rio. Essas iniciativas somam um investimento previsto de R\$ 532 milhões destinados à despoluição do rio, gerando benefícios importantes para todos os municípios atendidos pelo projeto.

## 6.4. PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS

No contexto do planejamento ambiental, voltado à proteção dos recursos hídricos em particular quanto às Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs), definidas pela Lei Estadual nº 9.866/1997, a SEMIL conduziu o processo de elaboração de projetos de lei específicas que tratam de:

- APRMs Alto Juquiá São Lourenço e Jaguari, propostas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs Ribeira e Paraíba do Sul;
- APRM Rio Guaió e Cabuçu-Tanque Grande, proposta pelo Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Tietê, aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e pelo CONSEMA.

|         |                                                                                                                                                                          |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 1 | Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.                                                        |
| OEMIL 3 | Proteger a biodiversidade, promovendo a sua conservação, restauração e uso sustentável.                                                                                  |
| OEMIL 6 | Desenvolver e implementar os instrumentos previstos nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, primando pelo aprimoramento da regulação do setor no Estado. |
| OEMIL 7 | Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.                                                                                                   |

**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2618 - Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade, Programa 2619 - Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática, Programa 2621 - Unidades de Conservação, Áreas Protegidas e Parques Urbanos, Programa 2622 - Segurança Hídrica, Programa 2625 - Desenvolvimento e Implementação da Política de Recursos Hídricos.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Assessoria de Colegiados, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Agência de Águas do Estado de São Paulo, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal.





## 7. SANEAMENTO



No contexto do Saneamento estão as iniciativas da SEMIL para garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão adequada e eficiente dos resíduos sólidos urbanos e melhorias dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais. Políticas que contribuem para garantir a resiliência hídrica e a adaptação e resiliência dos municípios no estado de São Paulo.

No âmbito dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a atuação da SEMIL, em 2025, consolidou-se na coordenação da política pública estadual sob a lógica da regionalização e da governança interfederativa, com ênfase na estruturação e no fortalecimento das Unidades Regionais de Saneamento Básico (URAEs). Na temática de resíduos sólidos, as estratégias da Pasta buscaram estimular a adoção de soluções regionais para disposição final e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Na área de drenagem e manejo de águas pluviais, o Estado vem promovendo investimentos em ações estruturantes voltadas ao controle de cheias, por meio do Programa IntegraTietê, e ao desassoreamento e à microdrenagem, em parceria com os municípios, por meio do Programa Rios Vivos.

Nesse contexto, as ações executadas combinam instrumentos de planejamento, apoio técnico e indução de investimentos, com vistas à antecipação das metas de universalização, à melhoria da eficiência operacional e à ampliação do acesso aos serviços, em alinhamento ao arcabouço legal do saneamento básico.

## 7.1. PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PESB-SP)

O Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo (PESB-SP) foi concebido com o propósito de sistematizar e resgatar as ações empreendidas pelo Estado para atender às demandas sanitárias, evidenciar a evolução do desempenho setorial e consolidar os avanços institucionais que culminaram na promulgação do Novo Marco Legal do Saneamento, introduzido pela Lei Federal nº 14.026/2020. Este marco, por sua vez, redefiniu profundamente a governança, a regulação e os instrumentos contratuais do setor, estabelecendo metas obrigatórias de universalização, fortalecendo a atuação regulatória da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), estruturando a prestação regionalizada e harmonizando regras que buscaram assegurar maior eficiência, transparência e competitividade na prestação dos serviços.

Nesse contexto, o PESB-SP, enquanto instrumento orientador da política pública estadual, assume papel estratégico ao traduzir o novo arranjo institucional em diretrizes, objetivos e metas voltados à gestão integrada e ao planejamento de longo prazo. O Plano articula os princípios legais com as necessidades regionais, incorporando as diretrizes de fortalecimento institucional, inovação tecnológica, melhoria regulatória, regionalização e sustentabilidade econômico-financeira, além de abranger os desafios socioambientais contemporâneos, como a

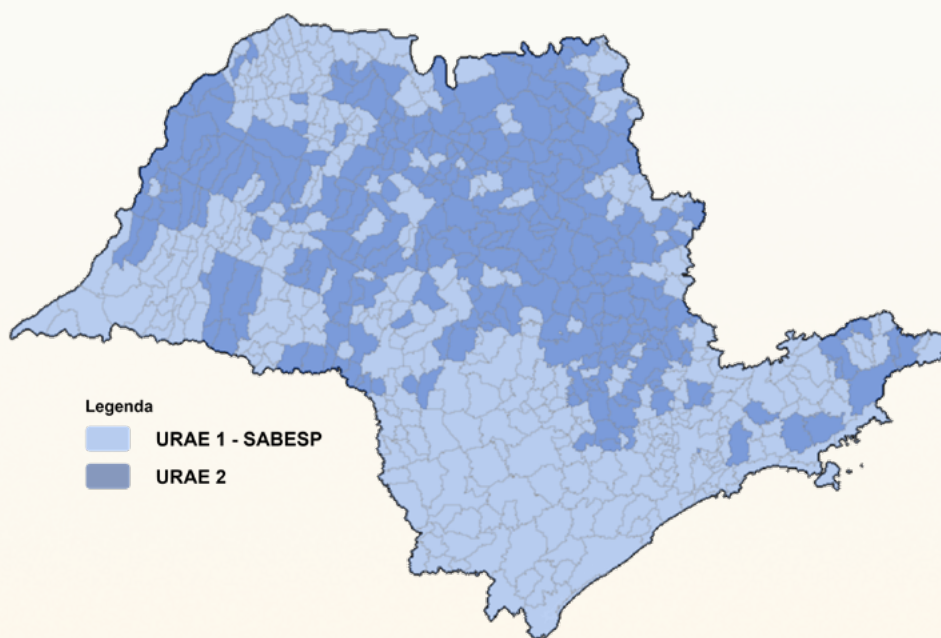
adaptação às mudanças climáticas e a redução das desigualdades no acesso. Finalmente, o plano busca ainda orientar os municípios na formulação de suas políticas públicas, com foco na universalização e na melhoria da gestão e prestação de serviços de saneamento básico.

A audiência pública do PESB-SP foi realizada em fevereiro de 2025, e após concluídas as etapas de catalogação e disponibilização no site, em outubro do mesmo ano, a SEMIL por intermédio de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico (SRHSB) enviou comunicado aos 645 municípios paulistas informando a disponibilização do PESB-SP no site ([semil.sp.gov.br/srhsb/pesb-sp-plano-estadual-de-saneamento-basico-de-sao-paulo](http://semil.sp.gov.br/srhsb/pesb-sp-plano-estadual-de-saneamento-basico-de-sao-paulo)), marcando o início da sua implementação.

## 7.2. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

A política estadual de saneamento básico, conduzida pela SEMIL, está estruturada a partir de uma abordagem integrada e orientada por resultados, que combina planejamento, regulação, governança regional e indução de investimentos, com vistas à antecipação da universalização e à promoção da segurança hídrica e da qualidade ambiental no Estado de São Paulo.

A atual gestão do Governo do Estado tem como um dos seus principais objetivos a antecipação da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, associada à melhoria na qualidade de prestação destes serviços. Para isso, atua em duas frentes principais: (i) o processo de desestatização da Sabesp, concluído em 2024, que antecipa a universalização do saneamento para 2029 no âmbito da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário Sudeste – URAE 1; (ii) Programa UniversalizaSP, iniciativa direcionada ao apoio aos municípios cujos serviços não são prestados pela Sabesp (URAE 2 - reorganização proposta em projeto de Lei Estadual nº 1.083/2025).



MAPA das URAEs



Uma das prioridades da gestão, no que se refere ao saneamento, é a efetivação da regionalização, obrigatoriedade trazida pelo Novo Marco Legal. A regionalização tem por finalidade promover ganhos de escala e escopo, trazendo mais viabilidade econômico-financeira aos projetos e, por conseguinte, investimentos e tarifa módica à sociedade paulista, haja vista, ainda, a existência de infraestruturas compartilhadas entre municípios paulistas e a necessidade de integração dos serviços com a gestão regional eficiente dos recursos hídricos.

### 7.2.1. Universalização com Inclusão Social

Com a desestatização da Sabesp, concluída em 2024, observam-se, a partir de 2025, mudanças relevantes na organização dos serviços, mediante a regionalização e a incorporação de metas contratuais mais ambiciosas, incluindo a antecipação da universalização para 2029 em 371 municípios do Estado de São Paulo, em consonância com as diretrizes do novo marco legal do saneamento. No período subsequente à desestatização, verificou-se a ampliação do atendimento, com a incorporação de 575.466 novas economias urbanas de abastecimento de água, 116.688 mil economias informais e rurais, 632.362 novas economias urbanas de esgotamento sanitário, 170.632 economias residenciais de esgotamento sanitário informal e rural, bem como 1.447.719 economias residenciais encaminhadas para tratamento de esgoto. Tais incrementos evidenciam o ganho de escala, a ampliação da capacidade de investimento em R\$ 15,2 bilhões e a aceleração da expansão dos serviços para atendimento de 1,8 milhões de pessoas com água tratada, 2,1 milhões de pessoas com coleta de esgoto e 3,8 milhões de pessoas com tratamento de esgoto.



**1,8 MILHÕES** DE  
PESSOAS COM ÁGUA TRATADA



**2,1 MILHÕES** DE PESSOAS  
COM COLETA DE ESGOTO



**3,8 MILHÕES** DE PESSOAS  
COM TRATAMENTO DE ESGOTO

Nessa toada, o Programa Pró-Conexão foi fortalecido como instrumento estratégico de inclusão sanitária, tendo viabilizado a execução de mais de 21.460 ligações intradomiciliares de esgoto, com foco na população de baixa renda e priorização de territórios classificados nos setores com alto Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Ressalta-se que o Programa é financiado com recursos do Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (FAUSP), instrumento estadual que viabiliza a alocação de recursos para intervenções de interesse social na superação da pobreza e exclusão social, contribuindo diretamente para a redução de desigualdades no acesso aos serviços e para a efetividade da política de universalização no Estado.

Visando promover acesso aos serviços de saneamento, a política de tarifa social no Estado de São Paulo foi significativamente ampliada como instrumento de inclusão e justiça tarifária, por meio do Programa Tarifa Social Paulista. Nele, a integração de bases como o Cadastro Único (CadÚnico) e o aprimoramento regulatório permitiram identificar um universo potencial de famílias elegíveis à tarifa social e à tarifa vulnerável no Estado. Assim o número de beneficiados dobrou, chegando a 6 milhões de pessoas (2 milhões de famílias atendidas), com expansão contínua a partir de mecanismos de inclusão automática e busca ativa. A política contempla diferentes níveis de subsídio, direcionados principalmente a famílias de baixa renda, beneficiários de programas sociais e populações residentes em áreas de maior vulnerabilidade, incluindo núcleos urbanos informais. Essa iniciativa reforça o compromisso do Estado com a universalização dos serviços até 2029, aliando modicidade tarifária, eficiência regulatória e sustentabilidade econômico-financeira, em consonância com o Contrato nº 01/2024.

**6 MILHÕES** DE PESSOAS  
BENEFICIADAS NO PROGRAMA  
TARIFA SOCIAL PAULISTA



Visando atendimento inclusivo para domicílios rurais, o Programa Brotar constitui o principal instrumento de estruturação da base diagnóstica do saneamento rural no Estado de São Paulo, com Termo de Referência elaborado pela SEMIL e contrato iniciado em abril de 2025. O programa, ligado ao Contrato nº 01/2024, prevê o levantamento de aproximadamente 820 mil domicílios e estruturas rurais em 371 municípios, com execução em campo realizada por cerca de 720 recenseadores, ao longo de 18 meses. Até o momento, já foram atribuídas 483.272 estruturas para levantamento, evidenciando o avanço operacional da iniciativa. O Brotar se destaca pela escala inédita e pela utilização de metodologia própria desenvolvida pelo Rotas Rurais, baseada em entrevistas diretas e coleta de dados territoriais, permitindo a construção de uma base empírica robusta para o acesso a água e esgotamento sanitário em áreas rurais. Seus resultados subsidiam diretamente



a definição das tecnologias a serem implantadas, a priorização de investimentos e a integração com os instrumentos contratuais como elemento central para a universalização do saneamento no Estado.

### 7.2.2. Programa UniversalizaSP

O Programa UniversalizaSP (Decreto Estadual nº 67.814/2023) constitui instrumento estratégico das políticas públicas de saneamento básico, voltado ao apoio técnico e financeiro aos municípios, especialmente aqueles não contemplados por arranjos regionais estruturados ou contratos de concessão, promovendo a ampliação do acesso aos serviços e a redução das desigualdades territoriais.

Sua atuação está orientada à indução de soluções sustentáveis, ao fortalecimento da capacidade institucional local e à convergência com as metas de universalização estabelecidas no marco legal do saneamento.

Nesse contexto, os objetivos do Programa são:

- Viabilizar a universalização do acesso e a efetiva prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo, com foco nos municípios que não possuem contratos de prestação de serviços vigentes;
- Fomentar a regionalização da prestação dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, nos termos do inciso XIV do artigo 2º da Lei Federal nº 11.445/2007;
- Incentivar soluções sustentáveis, sob as perspectivas ambiental, social e econômica, com melhorias de eficiência e governança;
- Promover e fortalecer a segurança hídrica no Estado de São Paulo

Os estudos do UniversalizaSP foram realizados para 149 municípios. Estima-se um investimento total de R\$ 38,5 bilhões em CAPEX dos quais R\$ 18,5 bilhões estão previstos até 2033, ano de referência das metas de universalização, e R\$ 62,8 bilhões em OPEX ao longo do contrato de Concessão Comum Subsidiada. O escopo contratual contempla, ainda, a execução de obras de drenagem em localidades selecionadas e a operação dos respectivos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

No âmbito do Programa, foram desenvolvidos estudos técnicos em realização conjunta com a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), compreendendo: (i) realização de estudos técnicos de modelos societários e contratuais (Concessão e Parcerias Público-Privadas); (ii) avaliação do arcabouço jurídico vigente; (iii) proposição de uma estrutura de governança e gestão; e (iv) mapeamento de custos, receitas e modelos regulatórios. Na sequência, estão

**UniversalizaSP**



**149 MUNICÍPIOS  
ADERIRAM AO  
PROGRAMA**

previstas a abertura de consulta pública e a realização de audiências públicas, com vistas à promoção da transparência e participação social, no âmbito da estruturação da primeira licitação a ser realizada no ano de 2026.



Saneamento básico

### 7.2.2.1. Saneamento e Desenvolve SP

Incorporada no âmbito do Programa UniversalizaSP, por meio de instrumento de fomento operado pela Desenvolve SP, destaca-se a linha de financiamento específica voltada ao apoio a projetos de prevenção e mitigação de riscos hidrológicos e eventos climáticos extremos, com ênfase em intervenções de drenagem urbana, manejo de águas pluviais e infraestrutura resiliente, direcionada aos municípios aderentes à regionalização.

A iniciativa amplia a capacidade de investimento dos municípios paulistas ao oferecer condições diferenciadas de crédito para a execução de obras estruturantes, contribuindo para a redução da vulnerabilidade urbana, o fortalecimento da resiliência climática e a integração entre as políticas de saneamento, recursos hídricos e defesa civil, em consonância com as diretrizes estratégicas do Governo do Estado.

### 7.2.3. Demais Intervenções para Universalização

Adicionalmente às iniciativas apontadas, a SEMIL promoveu ações técnicas e financeiras direcionadas aos municípios, fortalecendo a gestão da política e os serviços de saneamento, e proporcionando melhorias socioambientais e de saúde pública para a população, com investimentos concluídos no ano de 2025, em andamento ou planejados que somam cerca de R\$ 22,8 milhões e beneficiam mais de 278 mil habitantes dos municípios paulistas.



**R\$ 22,8 MILHÕES** EM  
INVESTIMENTOS AOS MUNICÍPIOS

278 MIL HABITANTES  
BENEFICIADOS



Destes investimentos, em 2025:

- Foram concluídas as obras objeto dos convênios celebrados com os municípios de Américo Brasiliense (perfuração de poço tubular profundo) e Leme (substituição de rede de distribuição de água em cimento para PVC), totalizando R\$ 3.347.219, com benefício a uma população de 9.700 habitantes.
- Encontram-se em andamento convênios com 15 municípios, que somam mais de R\$ 10 milhões, beneficiando população de cerca de 209 mil pessoas, em iniciativas direcionadas ao abastecimento de água, tratamento de esgoto, e drenagem nos municípios de: Américo Brasiliense (aquisição e montagem de reservatório metálico apoiado, no bairro Jardim Planalto/ convênio com Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) para realização de projeto de Estação de Tratamento de Esgoto); Birigui (Aquisição de motor de bombeamento); Braúna (construção de estação tratamento de esgoto compacta - ETE); Campina do Monte Alegre (perfuração de poço profundo na comunidade rural); Ipeúna (reforma e ampliação da estação de tratamento de esgotos do Jardim Ipeúna); Macaúbal (revitalização e reforma do sistema d'água); Martinópolis (construção de reservatórios de água e abertura de poços artesianos); Pradópolis (perfuração de um poço tubular profundo); Rincão (aquisição e montagem de reservatório metálico apoiado de capacidade de 100 m, localizado no Distrito de Taquaral); Rio das Pedras (convênio com SAAE para construção de reservatório de água); Sales Oliveira (perfuração de poço tubular profundo); além de execução de serviços, no âmbito do programa ÁGUA É VIDA, para instalação de Unidades Sanitárias Individuais de Esgotos (USI) em áreas rurais e localidades isoladas, com 9 convênios em andamento com os municípios Itapeva, Iporanga, Jacupiranga e Mineiros do Tietê, Borebi, Guaimbê e Murutinga do Sul, totalizando 805 USIs.
- Encontram-se em tratativas a celebração de 5 convênios com 4 municípios, que totalizam investimentos na ordem de R\$ 7,2 milhões e beneficiarão mais de 58 mil habitantes, atendendo: Caconde (Modernização da ETA II); Colina (Reforma dos reservatórios de concreto armado - semi enterrado e elevado); Morro Agudo (perfuração de poço tubular profundo e construção de reservatório); Santo Antônio de Posse (implantação de rede de esgoto no bairro Jardim Córrego Bonito e implantação de nova adutora de água bruta, no córrego Jequitibá/Ressaca).

Em relação às obras e serviços executados pela SP-Águas, que beneficiam melhorias para o saneamento básico, destaque para as intervenções listadas a seguir, com investimento total de R\$ 98,5 milhões no exercício: (i) Ampliação da capacidade de operação da estação de tratamento de esgoto (ETE) em Cravinhos – em andamento; (ii) Implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, em Macaúbal – concluída em março de 2025; (iii) Implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, em São Simão – em andamento; (iv) Implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário urbano, em Jardinópolis – em andamento; (v) Construção do Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto no Município de Monte Alegre do Sul – em andamento; e (vi) Construção do Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto no Município de Amparo – em andamento.



**R\$ 98,5 MILHÕES**  
**INVESTIDOS EM OBRAS DE MELHORIAS**  
**DO SANEAMENTO BÁSICO**

### 7.3. POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Dentre as ações da SEMIL na temática de resíduos sólidos, destacam-se o apoio técnico e financeiro aos municípios na gestão de resíduos, o estímulo à adoção de soluções regionais para a disposição final, bem como a proposição e o acompanhamento de ações e programas estratégicos na área, com incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição ambientalmente adequada de resíduos e rejeitos. Estas iniciativas buscam promover a articulação com instituições municipais, estaduais, federais, sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas para fortalecer a Política Estadual.

Nesse contexto, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo (PERS-SP) é um instrumento de planejamento fundamental para estruturar a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no território paulista. O PERS-SP oferece suporte à elaboração de políticas públicas que promovam a minimização dos resíduos gerados e a destinação final ambientalmente adequada. A revisão do PERS-SP iniciou em 2025, tendo sido realizado o 1º Workshop com o objetivo de discutir o uso de indicadores utilizados para fins de diagnóstico. Espera-se conclusão da revisão do Plano para o início de 2026.





Caminhão FECOP

Neste escopo, inclui-se também o fornecimento de subsídios técnicos ao Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP), especialmente direcionados ao apoio e à promoção da gestão municipal de resíduos sólidos.

Em 2025, a SEMIL realizou chamamento público para a seleção de municípios interessados em receber caminhões coletores e compactadores de resíduos, caminhões ou veículos leves para coleta seletiva e trituradores de galhos, no âmbito do FECOP. O chamamento resultou na habilitação de 530 municípios, sendo que a liberação de recursos deverá observar a classificação dos municípios estabelecida de acordo com os seguintes critérios: participação nos Programas Integra Resíduos e Programa UniversalizaSP, ou que possuam contrato de concessão regional dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário; possuir Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Instituição de Taxa ou tarifa de resíduos; ter coleta seletiva formalizada, para o caso da solicitação deste



**105 MUNICÍPIOS  
BENEFICIADOS**

**INVESTIMENTOS DE  
R\$ 43,7 MILHÕES**

**52 CAMINHÕES  
COMPACTADORES,  
29 VEÍCULOS DE  
COLETA SELETIVA E  
24 TRITURADORES  
DE GALHOS**

tipo de veículo. Em 2025, o primeiro ciclo beneficiou 105 municípios, com investimento de R\$ 43,7 milhões, destinados à aquisição de 52 caminhões compactadores (R\$ 32,5 milhões); 29 veículos de coleta seletiva (R\$ 7,9 milhões); e 24 trituradores de galhos (R\$ 3,3 milhões).

### 7.3.1. Programa Integra Resíduos



**ÍTEGRA RESÍDUOS**

O Programa Integra Resíduos (Decreto Estadual nº 68.578/2024) tem como objetivo modernizar a gestão de resíduos sólidos por meio de modelos de gestão regionais, oferecendo soluções viáveis do ponto de vista técnico e econômico-financeiro ao agrupamento de municípios. Sob a coordenação das Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e de Parcerias em Investimentos, o programa visa o atendimento das necessidades regionais e locais de manejo de resíduos sólidos urbanos até a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, por meio de projetos sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental. Ao todo, 344 municípios aderiram ao programa.

Uma nova etapa do Programa Integra Resíduos teve início em 2025, dedicada à elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica para a estruturação de modelos regionais de gestão. Ao centralizar um escopo voltado para o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos, sob uma única contratação, viabiliza-se o compartilhamento inteligente de infraestrutura e a alocação otimizada de recursos entre os municípios consorciados. O resultado direto nesse modelo de prestação de serviço é um ganho de escala significativo que permite a racionalização de investimentos, reduzindo o custo operacional por unidade e transformando soluções modernas e de alta qualidade técnica em alternativas economicamente viáveis.

Esta primeira fase do Integra Resíduos abrange 63 municípios. Os municípios selecionados fazem parte do Consórcio de Estudos e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CERISO), do Consórcio de Municípios da Região Central do Estado de São Paulo (CONCEN), do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da RMC (Consimares) e da Região Metropolitana de Campinas. Juntas, essas cidades possuem uma população de 5,2 milhões de pessoas. A estimativa é que o projeto encontre soluções eficazes para o gerenciamento adequado de mais de 4,9 mil toneladas/dia de resíduos. Em 2025, foi realizado o diagnóstico da situação da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e da coleta seletiva nos municípios.



**344** MUNICÍPIOS ADERIRAM AO  
**ÍTEGRA RESÍDUOS, 63** SELECIONADOS  
PARA A PRIMEIRA FASE



Adicionalmente aos estudos de regionalização desta primeira fase do Integra Resíduos, foi iniciada em 2025, ação de capacitação técnica em resíduos, direcionada a gestores municipais, cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Ao todo, 335 municípios estão inscritos. Conduzida pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e com apoio técnico da SEMIL, a primeira etapa, iniciada em agosto, contempla o diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos urbanos de 272 municípios inscritos, e propostas de aprimoramento para enfrentar as principais lacunas e desafios identificados. A segunda etapa, prevista para início de 2026, contará com a capacitação remota de aproximadamente 335 municípios e a realização de 16 oficinas presenciais, uma em cada Região Administrativa do Estado de São Paulo, reunindo até 50 participantes, entre servidores municipais e trabalhadores que atuem com materiais recicláveis.



Gestão de resíduos

## 7.3.2. Demais iniciativas da Política de Resíduos Sólidos

### 7.3.2.1. Índice de Gestão de Resíduos Sólidos (IGR)

Em 2025, por meio da Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos, foi calculado o IGR – Índice de Gestão de Resíduos Sólidos – ano base 2024, no qual participaram 594 municípios paulistas, sendo sua adesão de caráter voluntária. Do total de municípios aderentes, 47,64% apresentaram gestão eficiente, 35,86% apresentaram gestão mediana e 16,5% apresentaram gestão ineficiente. O resultado representa aumento de mais de 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, em que o IGR alcançou 591 municípios, sendo 40% com gestão eficiente.



### 7.3.2.2. Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de São Paulo

Publicado pela CETESB, o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de São Paulo reflete as condições ambientais dos sistemas de compostagem, das estações de transbordo e da disposição final em aterro de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos, oriundos da coleta pública, a partir de dados obtidos nos 645 municípios do Estado. As edições do documento estão disponíveis no endereço eletrônico: [cetesb.sp.gov.br/cetesb/qualidade\\_ambiental/residuos\\_solidos/publicacoes\\_e\\_relatorios](https://cetesb.sp.gov.br/cetesb/qualidade_ambiental/residuos_solidos/publicacoes_e_relatorios), consolidando instrumento essencial para monitorar a destinação final dos resíduos, subsidiar políticas públicas e orientar ações alinhadas às Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.



Inventário Estadual de Resíduos Sólidos de 2024

### 7.3.2.3. Logística Reversa no Estado de São Paulo

No tema da Logística Reversa, foi iniciada a elaboração de regramento que estabelece as diretrizes para a implementação, estruturação e operacionalização dos sistemas de Logística Reversa no estado de São Paulo. O objetivo central do regramento é promover a coleta, reúso, reciclagem, tratamento e/ou disposição final dos resíduos gerados após o consumo de diversos produtos - seja o próprio produto já sem uso, sejam suas embalagens descartadas, de modo a fortalecer a economia circular e reduzir impactos ao ambiente. Com base na responsabilidade compartilhada, o regramento deve normatizar procedimentos relativos à logística reversa direcionados aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de bens de consumo comercializados no Estado de São Paulo ou destinados a consumidores localizados no território paulista, bem como competências dos municípios e do Estado.

Em dezembro de 2025, a SEMIL abriu consulta pública para tomada de subsídios, um instrumento de participação social que antecede a edição de atos normativos e tem como objetivo coletar contribuições, opiniões e sugestões de empresas, entidades representativas, especialistas e cidadãos sobre temas em fase de estudo, formulação ou aprimoramento. Nesta consulta, o mecanismo é aplicado ao processo de elaboração do regramento da logística reversa no estado, permitindo qualificar a proposta normativa a partir das contribuições recebidas ([semil.sp.gov.br/2025/12/governo-de-sp-abre-consulta-publica-para-regramento-da-politica-estadual-de-logistica-reversa](https://semil.sp.gov.br/2025/12/governo-de-sp-abre-consulta-publica-para-regramento-da-politica-estadual-de-logistica-reversa)).

Em maio de 2025, foi lançado o ECOMAPA CETESB ([cetesb.sp.gov.br/cetesb/qualidade\\_ambiental/residuos\\_solidos/logistica\\_reversa](https://cetesb.sp.gov.br/cetesb/qualidade_ambiental/residuos_solidos/logistica_reversa)), plataforma digital que permite ao cidadão consultar os pontos de coleta de resíduos sujeitos à logística reversa no Estado. A plataforma permite que qualquer cidadão, por meio de geolocalização, identifique e localize os mais de 8 mil pontos de entrega para o descarte correto de resíduos.



Em 24 de novembro de 2025, a CETESB aprovou a Decisão de Diretoria 079/2025/A, alterando a Decisão de Diretoria 051/2024/P, que estabelece os procedimentos a serem adotados para demonstrar o cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental, em atendimento à Resolução SMA nº 45/2015.

## 7.4. DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

As ações de drenagem e manejo de águas pluviais desenvolvidas pelo Estado têm como objetivo ampliar a resiliência urbana frente a eventos hidrológicos extremos, reduzir os riscos de inundações e alagamentos e melhorar as condições de escoamento dos cursos d'água, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas e para a proteção da população.

Nesse contexto, a SP-Águas executa estudos, projetos, serviços e obras voltados à recuperação e manutenção da capacidade hidráulica dos principais corpos d'água do Estado, incluindo intervenções de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento. As ações concentram-se no contexto do Programa IntegraTietê, nos Rios Tietê e Pinheiros e afluentes, com registro em 2025 de 2.308.883 m<sup>3</sup> de sedimentos removidos, além de contemplar iniciativas em demais Rios e reservatórios do Estado, incluindo parcerias com municípios no âmbito do Programa Rios Vivos.

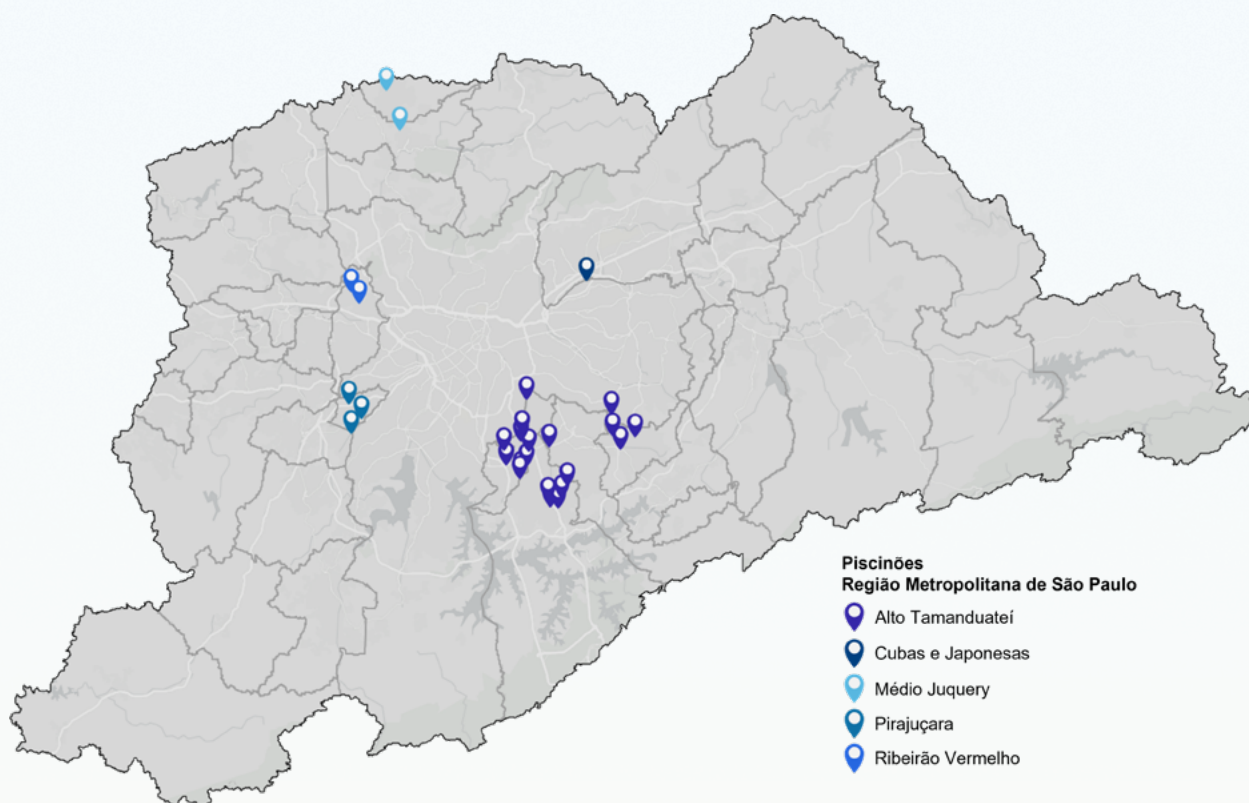
As ações de drenagem também contemplam a operação, manutenção e ampliação de estruturas de amortecimento de cheias. Em 2025, a SP-Águas realizou manutenções preventivas e corretivas nos 27 piscinões em operação na Região Metropolitana de São Paulo (Quadro e Mapa), que conjuntamente possuem capacidade de armazenamento de quase 5 milhões de m<sup>3</sup>. Durante todo o período chuvoso, essas estruturas permaneceram em plena operação, contribuindo para minimizar os impactos das inundações sobre a população.

| Piscinões – Região Metropolitana de São Paulo | Volume (m <sup>3</sup> ) |
|-----------------------------------------------|--------------------------|
| <b>Alto Tamanduateí</b>                       | <b>3.668.450</b>         |
| Diadema                                       | 345.000                  |
| RC-2 / Casa Grande - Ribeirão dos Couros      | 85.000                   |
| RC-3 / Mercedes Benz - Ribeirão dos Couros    | 140.000                  |
| RC-6 / Ecovias Imigrantes - Ribeirão Capela   | 120.000                  |
| <b>Mauá</b>                                   | <b>1.161.000</b>         |
| RO-1 / Jd. Sonia Maria - Córrego Oratório     | 120.000                  |
| RT-1a / Paço Municipal - Córrego Taboão       | 136.000                  |
| RT-3 / Petrobras - Rio Tamanduateí            | 800.000                  |
| RT-3a / Corumbé - Córrego Corumbé             | 105.000                  |

| Piscinões - Região Metropolitana de São Paulo                       | Volume (m³)      |
|---------------------------------------------------------------------|------------------|
| Santo André                                                         | 120.000          |
| RM-9 / Faculdade de Medicina - Ribeirão dos Meninos                 | 120.000          |
| São Bernardo do Campo                                               | 1.807.450        |
| RC-1 / Vila Rosa - Ribeirão dos Couros                              | 113.450          |
| RC-2A / Mercedes Paulicéia - Ribeirão dos Couros                    | 380.000          |
| RC-9 / Ford Av. Taboão - Ribeirão dos Couros                        | 340.000          |
| RC-4A / Ford Fábrica - Córrego Taboão                               | 70.000           |
| RC-5 / Taboão - Córrego Taboão                                      | 180.000          |
| RM-2/RM-3 / Volks Demarchi - Ribeirão dos Meninos                   | 170.000          |
| RM-5 / Capitão Casa - Ribeirão dos Meninos                          | 235.000          |
| RM-4 / Chrysler - Córrego Chrysler                                  | 190.000          |
| RM-6 / Praça dos Bombeiros - Córrego Rotary                         | 34.000           |
| RM-7 / Canarinho - Córrego Saracantan                               | 95.000           |
| São Caetano do Sul                                                  | 235.000          |
| RM-11 / São Caetano - Ribeirão dos Meninos                          | 235.000          |
| <b>Cubas e Japoneses</b>                                            | <b>450.000</b>   |
| Guarulhos                                                           | 450.000          |
| CC-01 / Canal de Circunvalação - Ribeirão dos Cubas e dos Japoneses | 450.000          |
| <b>Médio Juquery</b>                                                | <b>421.000</b>   |
| Francisco Morato                                                    | 220.000          |
| TG-03 - Tapera Grande                                               | 220.000          |
| Franco da Rocha                                                     | 201.000          |
| AV-03 - Ribeirão Água Vermelha                                      | 201.000          |
| <b>Pirajuçara</b>                                                   | <b>347.000</b>   |
| Embu das Artes                                                      | 110.000          |
| RPI-2 / Nova República - Córrego Pirajuçara                         | 110.000          |
| Taboão da Serra                                                     | 237.000          |
| RPI-4 / Parque Pinheiros - Córrego Joaquim Cachoeira                | 117.000          |
| RPO-2 / Portuguesinha - Córrego Poá                                 | 120.000          |
| <b>Ribeirão Vermelho</b>                                            | <b>87.000</b>    |
| Osasco                                                              | 87.000           |
| RVBa-1 / Rochdale - Córrego Baronesa                                | 25.000           |
| RVBo-1 / Bonança - Córrego Bonança                                  | 62.000           |
| <b>Volume total (m³)</b>                                            | <b>4.973.450</b> |

Quadro dos Piscinões da Região Metropolitana de São Paulo





MAPA dos Piscinões da Região Metropolitana de São Paulo

No âmbito da ampliação da infraestrutura de drenagem urbana, destacam-se os investimentos em obras estruturantes para contenção de cheias, que totalizaram R\$ 273,3 milhões em 2025. Entre as principais intervenções estão:

- Conclusão do Piscinão EU-08, em Franco da Rocha, complementando o sistema de proteção do Ribeirão Euzébio;
- Conclusão do Reservatório RM-19 (Jaboticabal), na divisa entre São Paulo, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, considerado o maior piscinão do Brasil;
- Continuidade das obras do Piscinão RA-01, no Córrego Antonico, destinado à proteção dos bairros do Morumbi, Paraisópolis e entorno;
- Continuidade das obras do Piscinão TG-09, no Córrego Tapera Grande, entre Franco da Rocha e Francisco Morato.

Complementando essas iniciativas, a SP-Águas é responsável pela operação e manutenção dos 12 pôlderes localizados ao longo da Marginal Tietê, estruturas fundamentais para o bombeamento das águas durante eventos de chuva intensa e para a prevenção de alagamentos nas pistas expressas e locais da via. Em 2025, foram destinados R\$ 5,9 milhões para a manutenção e operação desses sistemas.

Além dos investimentos realizados diretamente pelo Estado, importantes intervenções de drenagem urbana e controle de cheias são viabilizadas por meio de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Os municípios destacam-se como os principais beneficiários dessa fonte de financiamento, que tem contribuído para a

implantação, ampliação e melhoria de sistemas de drenagem municipais, reduzindo riscos de alagamentos e fortalecendo a resiliência das áreas urbanas frente aos eventos hidrológicos extremos.

Em 2025, foram formalizados 121 contratos com recursos do FEHIDRO para ações em drenagem, totalizando R\$ 209,7 milhões em investimentos, incluindo as contrapartidas dos tomadores. Os empreendimentos são priorizados e aprovados no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), assegurando a aplicação descentralizada dos recursos e considerando as demandas, características e prioridades de cada bacia hidrográfica.

Estes investimentos contemplaram um conjunto diversificado de intervenções, incluindo implantação, ampliação, substituição e adequação de galerias e redes de águas pluviais; obras de micro e macrodrenagem; canalização e contenção de córregos e margens; travessias e pontes para controle de inundações; intervenções para controle de processos erosivos; estudos e projetos executivos. Também foram apoiadas iniciativas de elaboração, revisão e atualização de planos municipais e regionais de drenagem e manejo de águas pluviais, incluindo o cadastramento de sistemas de micro e macrodrenagem, fortalecendo o planejamento e a capacidade dos municípios para a prevenção e mitigação de alagamentos, inundações e processos erosivos.

Adicionalmente, encontra-se em estruturação, pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), com participação da SEMIL como órgão setorial, a Parceria Público-Privada (PPP) de Desassoreamento dos rios Tietê e Pinheiros. A iniciativa tem como objetivo garantir, de forma permanente, a capacidade de escoamento e armazenamento dos corpos hídricos, promovendo maior resiliência climática e reduzindo os riscos de enchentes. O escopo inclui serviços de desassoreamento, retirada de resíduos sólidos e vegetação aquática flutuante, conservação de margens, manutenção e operação de barragens e pôlderes e manutenção paisagística das margens do Rio Tietê.

### 7.4.1. PROGRAMA RIOS VIVOS

O Programa Rios Vivos estabelece uma importante parceria entre Governo do Estado, Prefeituras e comunidade para melhorar a qualidade da água dos rios dos municípios paulistas. O objetivo do Programa é revitalizar os cursos d'água removendo sedimentos. Desta forma, o programa contribui para a melhoria do escoamento das águas, a mitigação dos riscos de enchentes e a valorização ambiental dos territórios, gerando benefícios para o meio ambiente e para a população.

Entre 2023 e 2025, os investimentos do Programa superaram R\$ 290 milhões, permitindo o desassoreamento de corpos d'água em 170 municípios paulistas e a remoção de mais de 4,2 milhões de m<sup>3</sup> de sedimentos. Em 2025 foram beneficiados 63 municípios, com a retirada de 778.925 m<sup>3</sup> de sedimentos e investimento total de R\$ 98,2 milhões.





**63** MUNICÍPIOS BENEFICIADOS  
COM DESASSOREAMENTO



RETIRADA DE **778.925 M<sup>3</sup>** DE SEDIMENTOS



INVESTIMENTO TOTAL DE  
**R\$ 98,2 MILHÕES**



Desassoreamento do Rios Vivos em Araçatuba

|         |                                                                                                                                                                          |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 1 | Fortalecer o planejamento ambiental e sua implementação, articulando as políticas públicas estadual e municipais.                                                        |
| OEMIL 6 | Desenvolver e implementar os instrumentos previstos nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, primando pelo aprimoramento da regulação do setor no Estado. |
| OEMIL 7 | Gerenciar os recursos hídricos do Estado, visando à segurança hídrica.                                                                                                   |
| OEMIL 8 | Buscar a antecipação da universalização do saneamento no Estado.                                                                                                         |
| OEMIL 9 | Fortalecer os arranjos regionais e a gestão de resíduos sólidos em atuação conjunta com as políticas públicas municipais.                                                |

**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2622 - Segurança Hídrica, Programa 2623 - Planejamento, Formulação, Apoio à Implementação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Assessoria de Colegiados, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Agência de Águas do Estado de São Paulo, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.









## 8. ENERGIA E MINERAÇÃO



O planejamento e as iniciativas das áreas de Energia e Mineração buscam avançar em sua contribuição ao desenvolvimento sustentável e à Estratégica Climática do Estado de São Paulo. Nesse contexto, em destaque está o Plano Estadual de Energia 2050 (PEE 2050), primeiro plano de longo prazo elaborado por ente subnacional no País que consolida estratégias voltadas à transição para uma economia de baixo carbono.

## 8.1. PLANO PAULISTA DECENAL DE ENERGIA 2034 (PPDE 2034)

Avançando na estratégia climática, a SEMIL elaborou, ao longo de 2025, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI/USP), o Plano Paulista Decenal de Energia 2034 (PPDE 2034). O Plano estabelece ações e indicadores para acompanhamento, ao longo dos próximos dez anos, da trajetória de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na produção e consumo de energia, incluindo os setores de transportes, residencial e industrial.

De caráter tático e de médio prazo, o PPDE 2034 reflete as diretrizes do Plano Estadual de Energia 2050 (PEE 2050), de natureza estratégica e de longo prazo, aprovado em 2024. Ressalta-se que a elaboração do PEE 2050 decorre do compromisso assumido pelo Estado ao aderir à campanha *Race to Zero*, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 65.881/2021.

No horizonte de 2034, destacam-se o aumento de demanda de energia elétrica decorrente da entrada em operação de novos data centers e o aumento da participação de biocombustíveis, como etanol, biometano e combustível sustentável de aviação (*sustainable aviation fuel* - SAF). No cenário de mitigação, o PPDE 2034 projeta evitar as emissões de GEE em cerca de 15 MtCO<sub>2</sub>e, o que corresponde a uma redução de cerca de 18% em relação ao ano-base de 2024. Em contraste, no cenário de referência, sem esforços do Estado para mitigação, estima-se incremento de quase 15% nas emissões, totalizando 93 MtCO<sub>2</sub>e. Para viabilizar a transição energética, são estimados R\$ 250 bilhões em investimentos até 2034.



**PPDE 2034 SUBMETIDO  
À CONSULTA  
PÚBLICA**

O PPDE 2034 foi submetido à consulta pública, disponível em [semil.sp.gov.br/ppde-2034](https://semil.sp.gov.br/ppde-2034), e será posteriormente encaminhado à apreciação do Conselho Estadual de Política Energética (CEPE) para aprovação e publicação.

## 8.2. BALANÇO ENERGÉTICO ESTADUAL

Em 2025, foi publicado o Balanço Energético Estadual 2025 (BEESP 2025), com ano-base 2024, documento que consolida as principais informações sobre a produção, transformação, oferta e consumo de energia no Estado. Elaborado anualmente pela SEMIL, o balanço constitui um instrumento fundamental para a análise da estrutura e da evolução da matriz energética paulista, subsidiando o planejamento, a formulação e o monitoramento de políticas públicas no setor energético.

O BEESP 2025, disponível em [semil.sp.gov.br/sem/balanco-energetico-do-estado-de-sao-paulo](https://semil.sp.gov.br/sem/balanco-energetico-do-estado-de-sao-paulo), apresenta a série histórica de dados desde 2006, possibilitando que agentes do mercado, órgãos governamentais, instituições acadêmicas e demais interessados desenvolvam estratégias setoriais baseadas em informações consistentes e atualizadas.

Entre os principais destaques da edição (BEESP 2025), observa-se o protagonismo das fontes renováveis na matriz energética paulista. Em 2024, 59% da oferta interna bruta de energia do Estado teve origem renovável, percentual superior à média nacional (50%) e significativamente acima da média dos países da OCDE (13,2%).

## 8.3. BIOMETANO

O Estado de São Paulo, por intermédio da SEMIL, apoiou tecnicamente estudo inédito realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que aponta um potencial de produção de biometano de 6,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia a partir de resíduos do setor sucroenergético e de aterros sanitários. O volume corresponde a cerca de 50% de todo consumo de gás natural do Estado, e pode contribuir com a redução de até 25 MtCO<sub>2</sub>e na emissão de gases de efeito estufa, substituindo combustíveis fósseis como óleo combustível na indústria e óleo diesel no setor de transportes. O trabalho reforça o papel do biometano como nova fronteira energética e uma das principais estratégias de mitigação do Estado apontadas no PEE 2050. O estudo completo e seu resumo executivo encontram-se disponíveis em [fiesp.com.br/noticias/estudo-inedito-da-fiesp](https://fiesp.com.br/noticias/estudo-inedito-da-fiesp).



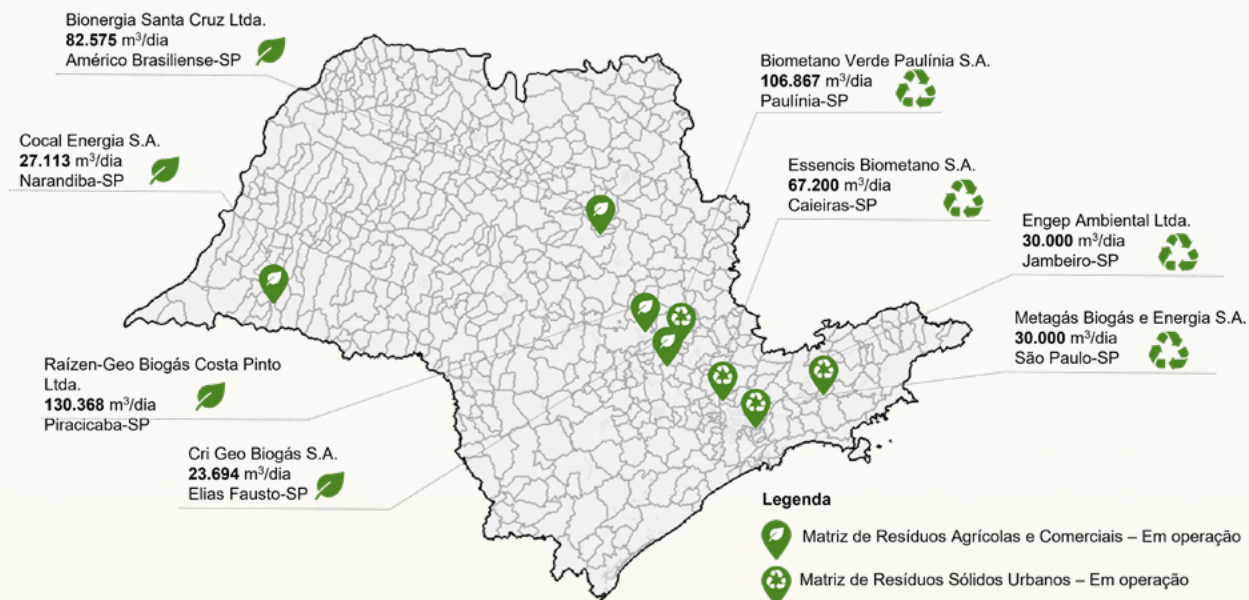
Balanço Energético Estadual 2025





## POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE 6,4 MILHÕES M<sup>3</sup>/DIA A PARTIR DE RESÍDUOS

Em 2025, o Estado contava com oito plantas de produção de biometano autorizadas, com capacidade de produção de quase 500 mil metros cúbicos por dia (m<sup>3</sup>/dia). Outras unidades estavam em fase de autorização ou ampliação junto a órgãos federais e, quando em operação, poderão adicionar mais 500 mil m<sup>3</sup>/dia à capacidade instalada. Com isso, São Paulo se prepara para alcançar a marca de 1 milhão de m<sup>3</sup>/dia, dentro de um potencial técnico de produção estimado em 6,4 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Os projetos de biometano envolvem investimentos significativos e estão se multiplicando em São Paulo, que, também neste setor, consolida-se como referência na transição energética nacional e global.



Mapa de Plantas de Biometano em Operação no Estado de São Paulo

Nesse cenário, a SEMIL, em parceria com a Agência de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP), lançou o aplicativo para celular da plataforma Conecta Biometano SP. O serviço foi criado para promover a conexão entre representantes da cadeia de biogás e biometano a fim de viabilizar novos projetos. O Conecta Biometano SP conta com mais de 120 empresas cadastradas.



Planta de biometano em Paulínia

Em julho de 2025, a SEMIL lançou uma consulta pública, na modalidade de Tomada de Subsídios, para estabelecer diretrizes para contabilizar certificados de origem de biometano. Com a iniciativa, São Paulo poderá se tornar o primeiro estado brasileiro a fomentar o mercado do atributo ambiental do biometano por meio de instrumento voluntário e economicamente competitivo.

## 8.4. MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL

### 8.4.1. Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM)

O Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) é uma ferramenta direcionada a nortear a formulação de políticas públicas e o planejamento setorial, bem como a atuação do Estado junto aos municípios. O OTGM considera informações geológicas e mercadológicas, arcabouço regulatório, legislação ambiental, Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), entre outros, buscando a harmonia entre as diferentes formas de uso e ocupação do solo, incluindo áreas de proteção ambiental, e a atividade de mineração.

Em 2025, foi realizado, no município de Capão Bonito, o primeiro evento da Jornada de Desenvolvimento da Mineração para as regiões do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema, contemplando 32 municípios. Essas duas regiões representam grande potencial geológico para recursos minerais, com a cadeia produtiva de base mineral sendo importante fonte de renda e emprego para diversos municípios, conforme apontou o OTGM das regiões.





## **32 MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA E ALTO PARANAPANEMA CONTEMPLADOS NA JORNADA DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO**

O evento teve como propósito discutir com gestores públicos, empresários e sociedade em geral o papel estratégico da mineração para o desenvolvimento socioeconômico regional. Disponibilizou aos participantes dados e informações sobre as áreas com potencial para desenvolvimento da atividade de mineração, os procedimentos de autorização e licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes e os benefícios da integração do ordenamento territorial da mineração aos planos diretores municipais.

Ainda em 2025, foi concluído o OTGM das regiões do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, realizado em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). A próxima Jornada será sediada em um dos 39 municípios dessas regiões, dando continuidade às ações da política pública mineral no Estado.



Jazida de fosfato em Cajati

## 8.4.2. CADMINÉRIO

O Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzam produtos e subprodutos de origem mineral no Estado de São Paulo (CADMINÉRIO), criado pelo Decreto Estadual nº 67.409/2022, registrou a emissão de 143 certificados em 2025. Desde o início da operação do CADMINÉRIO, em 2024, já foram emitidos 325 certificados. O Estado, e suas contratadas, podem adquirir produtos, em especial areia e brita, somente de fornecedores habilitados no CADMINÉRIO, mediante comprovação de regularidade de documentação, como as relativas aos licenciamentos ambiental e minerário. Dessa forma, o CADMINÉRIO visa fomentar a mineração sustentável, estimular a competição leal e melhorar o ambiente de negócios, atraindo mais investimentos para o setor.



**143 CERTIFICADOS  
EMITIDOS NO CADMINÉRIO**

**OEMIL 10**

Promover a transição energética e a mineração sustentável no Estado.

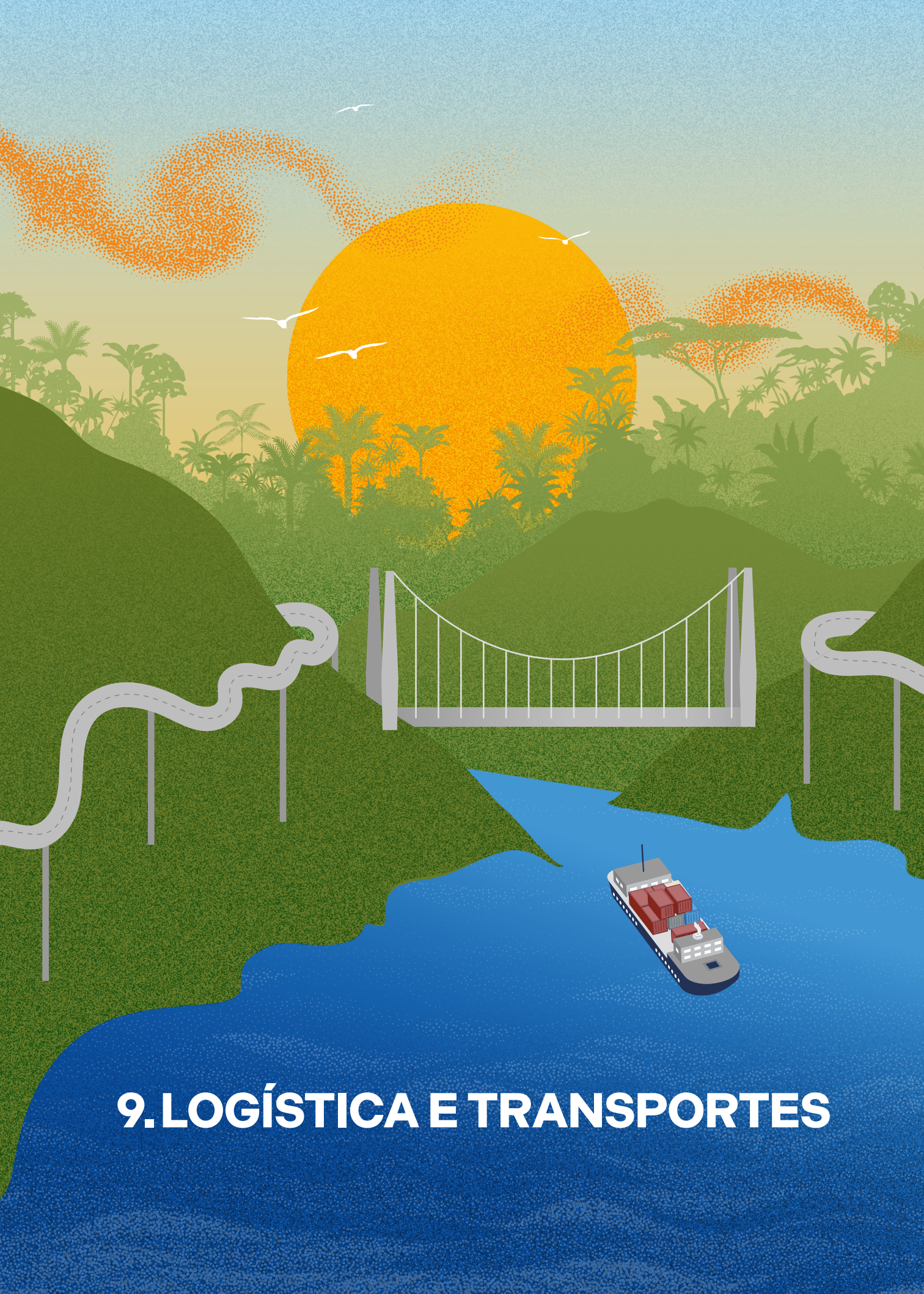
**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2626 - Transição Energética e Mineração Sustentável.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Assessoria de Colegiados, Subsecretaria de Meio Ambiente, Subsecretaria de Energia e Mineração, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.









## 9. LOGÍSTICA E TRANSPORTES



## 9.1. PLANO DE LOGÍSTICA E INVESTIMENTOS (PLI)

O Plano de Logística e Investimentos (PLI-SP 2050) constitui a principal iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para o planejamento estratégico de longo prazo da infraestrutura de transportes. Estruturado para orientar a alocação de investimentos públicos e privados, o Plano abrange os modos de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário, dutoviário e aeroportuário, com foco na eficiência intermodal e na promoção de uma rede logística sustentável no Estado.

Em fevereiro de 2025, foi formalizada a contratação dos estudos técnicos do PLI, com investimento de R\$ 17,6 milhões, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os trabalhos foram iniciados no mesmo período, com previsão de conclusão em 2026.

**R\$ 17,6 MILHÕES** PARA ESTUDOS  
TÉCNICOS DESTINADOS AO PLI 

O estudo atualizará as principais demandas de investimento em infraestrutura, propondo ações que integrem eficiência logística e sustentabilidade ambiental, social e econômica. Entre os temas centrais estão: (i) otimização da matriz modal, com incentivo à ampliação da participação dos modos hidroviário e ferroviário; (ii) promoção da equidade no acesso ao transporte, contribuindo para a redução das desigualdades regionais; (iii) melhoria do bem-estar da população, com redução de emissões, tempos e custos de viagem; (iv) aumento da competitividade econômica, por meio da diminuição dos custos logísticos do transporte de cargas.

O desenvolvimento do PLI foi diretamente beneficiado pela publicação do Decreto Estadual nº 69.376/2025, que promoveu a reestruturação da SEMIL. No âmbito da Subsecretaria de Logística e Transportes (SLT), a nova organização institucional estabeleceu a segregação das funções de planejamento, operação e execução de obras, conferindo maior clareza de atribuições, especialização técnica e eficiência aos processos internos. Esse arranjo fortaleceu o ambiente institucional necessário à elaboração de estudos estratégicos, como o PLI, e ampliou a capacidade de coordenação das políticas públicas no setor.

O diagnóstico logístico de 2025 evidenciou a predominância do transporte rodoviário no Estado, com baixa diversificação da matriz e limitada participação dos modos ferroviário e hidroviário. Também foram identificados gargalos nos acessos ao Porto de Santos, conflitos com áreas urbanas e desigualdades regionais, especialmente no Vale do Ribeira.

Diante disso, o PLI propõe o reequilíbrio da matriz de transportes, com fortalecimento da integração intermodal, melhor uso de infraestruturas existentes e ampliação de modos mais eficientes e sustentáveis, incluindo o potencial das dutovias. O Plano estabelece diretrizes para a estruturação de corredores logísticos prioritários, conectando regiões produtoras ao sistema portuário, com foco na melhoria dos acessos e na articulação com a hidrovia Tietê-Paraná e a malha ferroviária ociosa.

Em 2025, a elaboração do PLI avançou com a realização de fóruns regionais em diversas regiões do Estado, reunindo representantes do poder público, setor privado, academia e sociedade civil. Esses encontros possibilitaram a coleta de contribuições qualificadas, a identificação de demandas específicas e o alinhamento de expectativas entre os diferentes atores envolvidos. O Plano está sendo estruturado de forma integrada a outros instrumentos de planejamento da Pasta e a políticas públicas correlatas, com destaque para o PEE, o PEARC e o PAC 2050, promovendo a convergência entre planejamento logístico, transição energética e resiliência climática. Os investimentos serão priorizados com base em critérios técnicos, econômicos, sociais e ambientais, alinhados às diretrizes de descarbonização e sustentabilidade, promovendo maior equilíbrio da matriz de transportes. Neste ano também foi lançado o site oficial do PLI ([pli.semil.sp.gov.br](http://pli.semil.sp.gov.br)), garantindo a transparência, a comunicação institucional e o acesso às informações sobre o andamento dos estudos.

Para garantir a implementação das diretrizes, o PLI adotará um modelo de governança estruturado, com definição clara de competências, coordenação intersetorial e mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação. Também serão estabelecidas diretrizes regulatórias que assegurem segurança jurídica e previsibilidade, estimulando a participação do setor privado e a continuidade das ações. Assim, o PLI se consolida como instrumento central da política logística do Estado, orientando investimentos de forma integrada, sustentável e alinhada ao desenvolvimento econômico, à redução das desigualdades regionais e à agenda climática.

O PLI integrará os planos estratégicos, em elaboração na Pasta, envolvendo o setor ferroviário e hidroviário.

### 9.1.1. Plano Estratégico Ferroviário

O Plano Estratégico Ferroviário do Estado de São Paulo resultou de Convênio de Cooperação Técnica firmado em junho de 2024 entre a SEMIL e a CPTM. Em 2025, avançou com as etapas de diagnóstico, levantamento de dados e análise das condições da malha ferroviária paulista, incluindo estudos para identificar necessidades, gargalos e oportunidades de investimento nos transportes de cargas e de passageiros.



O Plano contempla o mapeamento da infraestrutura existente, incluindo trechos em operação, ociosos ou desativados, e a identificação de entraves operacionais, tecnológicos e regulatórios. No período, foram concluídos o diagnóstico do sistema ferroviário estadual, a metodologia de desenvolvimento e os cadernos de especificações técnicas, consolidando uma base consistente para as próximas etapas.

Alinhado ao PLI-SP 2050, o Plano busca ampliar a participação do modal ferroviário e fortalecer sua integração com outros modos, especialmente portos e hidrovias, promovendo maior eficiência e sustentabilidade logística. Enquanto o PLI incorpora o recorte estratégico ferroviário, o Plano Estratégico Ferroviário adota abordagem abrangente, considerando de forma integrada todo o sistema estadual, para cargas e passageiros.

Com base nas análises realizadas, são definidas diretrizes para modernização e expansão da rede, orientadas por projeções de demanda, viabilidade e integração com polos produtivos e centros urbanos. No transporte de passageiros, avaliam-se ainda oportunidades de expansão e integração com sistemas metropolitanos e regionais.

O Plano segue em execução, com conclusão prevista para 2026, e deverá subsidiar ações e projetos estratégicos para o fortalecimento do sistema ferroviário paulista.

### 9.1.2. Plano Estratégico Hidroviário

O Plano Estratégico Hidroviário do Estado de São Paulo decorre de Convênio de Cooperação Técnica firmado em junho de 2025 entre a SEMIL e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), com prazo de execução de 60 meses. Seu objetivo é estruturar estudos e pesquisas para o planejamento da navegação e a promoção da intermodalidade, fortalecendo o transporte hidroviário no Estado.

Ao longo de sua elaboração, o Plano contempla o levantamento de dados técnicos e socioeconômicos e a análise das infraestruturas do sistema hidroviário — como canais, barragens, eclusas, pontes e instalações de atracação — além das travessias litorâneas e interiores, da sinalização náutica, das tecnologias de navegabilidade e das embarcações de baixa emissão de carbono. Também considera as dinâmicas do transporte fluvial e sua relação com o desenvolvimento urbano e regional sustentável.

Alinhado ao PLI-SP 2050, o Plano busca ampliar a participação do modal hidroviário na matriz logística estadual, promovendo sua integração com os sistemas ferroviário, rodoviário e portuário, com destaque para a Hidrovia Tietê-Paraná como eixo estruturante dos corredores intermodais de carga.

Os estudos do PEH-SP também incorporam resultados de pesquisas desenvolvidas por dois Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCDs) aprovados em 2025 e financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):

- a) Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Hidrovias Urbanas (coordenado pela FAU-USP): desenvolve estudos para promover a navegação fluvial urbana nas



hidrovias paulistas, considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Suas pesquisas buscam soluções integradas de mobilidade, infraestrutura e desenvolvimento urbano;

- b) Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Sistemas Hidroviários Interiores (coordenado pela POLI-USP): investiga soluções científicas e tecnológicas para fortalecer o transporte hidroviário no Estado, especialmente na Hidrovia Tietê-Paraná. O centro atua em temas como competitividade logística, redes de transporte, centros produtivos e embarcações sustentáveis, contribuindo para a revitalização do modal.

Essas contribuições fortalecem a base técnica do Plano, ampliando a capacidade de diagnóstico e a proposição de soluções integradas para o uso sustentável e estratégico das hidrovias do Estado.

O Plano permanece em desenvolvimento e deverá subsidiar a formulação de diretrizes e projetos estruturantes voltados à ampliação da competitividade logística, à redução de emissões e ao desenvolvimento regional sustentável no Estado de São Paulo.



Hidrovia Tietê-Paraná em Nova Avanhandava

### 9.1.3. Painel de Infraestrutura de Logística e Transportes

Em novembro de 2025, foram publicados painéis interativos com o mapeamento macro da infraestrutura de transporte do Estado de São Paulo. Os painéis estão disponíveis no site do Plano de Logística e Investimentos ([pli.semil.sp.gov.br](http://pli.semil.sp.gov.br)) e atuam como ferramenta de apoio à divulgação e à compreensão do plano, além de possibilitarem a transparência e o acesso simplificado e organizado a informações que subsidiam a formulação de políticas públicas e decisões estratégicas, em conformidade com as políticas de acesso à informação.



## 9.2. INVESTIMENTOS EM TRAVESSIAS E HIDROVIAS

### 9.2.1. Travessias Litorâneas

O Sistema de Travessias Litorâneas abrange uma extensão de cerca de 300 km no litoral paulista, desde Cananeia, no Litoral Sul, passando por Santos e até São Sebastião, no Litoral Norte. O Sistema conta com 8 travessias: (1) São Sebastião/Ilhabela; (2) Santos/Guarujá; (3) Santos/Vicente de Carvalho; (4) Bertiooga/Guarujá; (5) Iguape/Jureia; (6) Cananeia/Continente; (7) Cananeia/Ilha Comprida; (8) Cananeia/Ariri.



Travessia São Sebastião/Ilhabela

Em 2025, o Sistema de Travessias Litorâneas transportou 19,6 milhões de usuários, cerca de 54 mil por dia. O destaque ficou para a Travessia Santos/Guarujá, que sozinha respondeu por mais de 50% dessa demanda. Nessa travessia circulam mais de 21 mil veículos por dia, entre carros, motos e caminhões.

A SEMIL promoveu um conjunto relevante de melhorias no sistema de Travessias Litorâneas, no ano, com investimentos superiores a R\$ 84 milhões aplicados na reforma de embarcações, modernização de terminais e atracadouros e aquisição de motores e reversores. Essas ações integradas reforçam o compromisso do Estado com a prestação de um serviço público mais eficiente, seguro e adequado às demandas da população.



# 19,6 MILHÕES DE USUÁRIOS ATENDIDOS



## INVESTIMENTOS DE R\$ 84 MILHÕES EM MELHORIAS

Foram entregues 10 embarcações totalmente reformadas ao longo do ano, o que corresponde a 32% da frota modernizada. As reformas são essenciais para assegurar a confiabilidade operacional, ampliar a vida útil dos ativos, reduzir falhas e garantir melhores condições de segurança e conforto aos usuários. Soma-se isso a renovação dos contratos de locação de embarcações, com a inclusão de uma nova balsa na Travessia Bertioiga/Guarujá, totalizando 11 unidades locadas, distribuídas entre as travessias São Sebastião/Ilhabela, Bertioiga/Guarujá e as linhas do Litoral Sul. Essas medidas foram fundamentais para recompor a frota, ampliar a capacidade operacional e atender de forma mais eficiente aos picos de demanda, especialmente em períodos de maior movimentação. Como resultado, o sistema manteve o desempenho do tempo de embarque dentro dos parâmetros do acordo de nível de serviço, superando 83% de conformidade.

Paralelamente, foram realizadas melhorias nos terminais, estações e atracadouros, fundamentais para otimizar o fluxo de embarque e desembarque, ampliar a capacidade de atendimento e elevar os padrões de segurança, acessibilidade e conforto aos usuários. Em 2025, foram realizadas a reforma das estações de passageiros da Praça da República e de São Sebastião, bem como a recuperação do muro de arrimo e a modernização das instalações do estaleiro de São Sebastião. Destaca-se a reforma da estação da Praça da República, que contemplou a modernização das estruturas, a implantação de sistema de combate a incêndio e adequações de acessibilidade, promovendo maior segurança e inclusão. Neste ano também, foi contratada a obra de dragagem do atracadouro de Ilhabela, com investimento de R\$ 6,4 milhões, com o objetivo de restabelecer a profundidade adequada para a navegação, reduzindo riscos de obstrução em trechos assoreados e prevenindo danos às embarcações. A intervenção abrange cerca de 20 mil m<sup>2</sup>, com a remoção estimada de 22 mil m<sup>3</sup> de sedimentos, volume equivalente a aproximadamente 1.500 caminhões de areia. Essas ações, de forma integrada, contribuem diretamente para a melhoria da eficiência, segurança e confiabilidade do sistema.





Reforma do terminal Vicente de Carvalho

No campo operacional, a SEMIL avançou na modernização dos contratos e na gestão do serviço. Destaca-se a contratação de uma nova empresa de manutenção de embarcações, com um modelo contratual aprimorado, que passou a prever maior controle de estoque de peças, reforço das equipes e a execução de manutenções preventivas em períodos de menor demanda, reduzindo impactos na operação. Complementarmente, houve a implantação do ITS DRIVE, sistema automatizado de monitoramento e gestão operacional, integrado a um Centro de Controle Operacional (CCO) em funcionamento 24 horas, que elevou o nível de controle, planejamento e confiabilidade das informações.

Cabe destacar, por fim, que mesmo diante do cenário inflacionário dos últimos anos, as tarifas das travessias foram mantidas sem reajuste no período, reforçando o compromisso do Estado com a modicidade tarifária e o acesso da população a um serviço essencial.

Investimentos realizados em 2025:

**Melhorias na frota em 2025:** (i) entrega de dez embarcações totalmente reformadas, sendo 7 balsas e 3 lanchas no valor total de R\$ 59,6 milhões; (ii) aquisição de 17 motores e 15 reversores para a modernização da frota, no valor de R\$ 14 milhões; (iii) renovação dos contratos de locação de embarcações destinados a complementar a frota operacional.





Embarcação LS-03



Embarcação LS-05



**Melhorias nos terminais e estaleiros em 2025:** (i) reforma concluída das estações de passageiros da Praça da República e de São Sebastião, no valor de R\$ 9,1 milhões; (ii) reforma do estaleiro de São Sebastião (recuperação do muro de arrimo e das instalações), no valor de R\$ 1,7 milhão; (iii) Encontram-se em andamento a reforma da Estação de Passageiros de Cananéia, na Travessia Cananéia/Continente, bem como a obra de dragagem do atracadouro de Ilhabela, na Travessia São Sebastião/Ilhabela.



Terminal Praça da República



Terminal Praça da República

## 9.2.2. Travessia Paraibuna

O serviço de balsa no reservatório de Paraibuna é realizado em 3 travessias localizadas nos municípios de Paraibuna e Natividade da Serra, na região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo: (i) Porto Paraitinga (Paraibuna); (ii) Porto Natividade da Serra (Natividade da Serra); (iii) Porto Varginha (Paraibuna e Natividade da Serra).

A travessia é gratuita e opera 24 horas por dia. Em 2025, foram transportados mais de 138 mil usuários, cerca de 380 por dia, com predominância de automóveis na composição da demanda.



**138 MIL** USUÁRIOS ATENDIDOS COM  
TRANSPORTE GRATUITO 24 HORAS

A SEMIL assumiu a operação das travessias do reservatório de Paraibuna em janeiro de 2023, sucedendo a então responsável, Companhia Energética de São Paulo (CESP). Ao longo de sua gestão, foram conduzidas vistorias sistemáticas para diagnóstico das condições operacionais e levantamento das intervenções necessárias, sendo efetivada a contratação de nova empresa para operação do sistema. Entre os avanços já implementados, destaca-se a renovação integral da frota, viabilizada pela locação de quatro novas embarcações dedicadas ao atendimento da linha, modernizando o sistema e ampliando sua capacidade operacional.

## 9.2.3. Concessão das Travessias

Em novembro de 2025, foi concluído o processo de concessão do Sistema de Travessias Hídricas, que contempla 14 linhas, incluindo as 8 Travessias Litorâneas, 3 do reservatório de Paraibuna e mais 3 do reservatório de Billings, esta última operada pela EMAE. Por meio de leilão público, a operação, a manutenção e a modernização de todo o sistema foram outorgadas ao Consórcio Acqua Vias SP,



**14 LINHAS**  
CONTEMPLADAS  
NO PROCESSO  
DE CONCESSÃO,  
INVESTIMENTOS  
ESTIMADOS DE  
**R\$ 2,5 BILHÕES**



para um período de 20 anos. Com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões, a PPP faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Com isso, o novo concessionário assume o compromisso de preservar os padrões de segurança e qualidade do serviço, além de realizar investimentos contínuos em frota, infraestrutura de terminais e melhorias operacionais, visando ampliar a eficiência, a regularidade e a capacidade do sistema. O serviço está em processo de transição administrativa da SEMIL para a concessionária, com conclusão prevista para 2026.

### 9.2.4. Hidrovia Tietê-Paraná

A Hidrovia Tietê-Paraná é o principal sistema de transporte de carga hidroviário do Estado. Sua infraestrutura, composta por eclusas, estaleiros e terminais intermodais fez do modal uma alternativa efetiva para o processo logístico, além de propiciar o reordenamento da matriz de transportes das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. Além disso, no contexto da sustentabilidade, o baixo consumo de combustível e emissão de poluentes das embarcações garantiu um papel de destaque em programas de resiliência climática.

A Hidrovia Tietê-Paraná compreende 2.400 km de vias navegáveis, sendo: (i) 1.600 km nos Rios Paraná, Paranaíba e Grande, administrada pelo Ministério dos Transportes, através do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; (ii) 800 km no Estado de São Paulo, nos trechos navegáveis dos rios Tietê, Piracicaba e São José dos Dourados, administrada pela SEMIL, por intermédio da Subsecretaria de Logística e Transportes.

Em relação à movimentação de carga no Sistema, em 2025 foram transportados mais de 2 milhões de toneladas de produtos no trecho paulista da Hidrovia, cerca de 200 mil toneladas de produtos por mês, predominantemente soja e milho. A principal rota de navegação compreende o percurso entre São Simão (GO) e Pederneiras (SP), sendo essencial para o escoamento da produção agrícola e para a integração logística regional.

Além do transporte de carga, a hidrovia também possui relevância no turismo fluvial, especialmente na região da Eclusa de Barra Bonita, onde operam embarcações turísticas que atendem cerca de 8 mil passageiros por mês.



**200 MIL TONELADAS DE  
CARGAS TRANSPORTADAS E CERCA  
DE 8 MIL PASSAGEIROS/MÊS**

Estão sendo realizados fortes investimentos para otimizar a navegação na Hidrovia Tietê-Paraná. As obras visam eliminar gargalos (restrição de fluidez de navegação, por exemplo), aumentar a velocidade média de tráfego hidroviário e a capacidade média

de transporte, ampliando a malha hidroviária no Rio Tietê. Destaca-se, nesse contexto, a obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava, que foi paralisada em 2019 e retomada no 1º semestre de 2023. A obra está localizada nos municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama, com previsão de conclusão para 2026.

A obra consiste no derrocamento e na escavação do canal de acesso da Eclusa de Nova Avanhandava, ao longo de 16 quilômetros de extensão e 60 metros de largura, com investimento de R\$ 299,5 milhões. No total serão retirados mais de 553 mil m<sup>3</sup> de material rochoso do leito do rio, volume equivalente à 221 piscinas olímpicas. Até dezembro de 2025 foram investidos R\$ 227,4 milhões na execução das obras, R\$ 156,7 milhões apenas em 2025 (valores sem reajuste). O percentual físico executado até 2025 foi de 94,3%, com 546,5 mil m<sup>3</sup> de material detonado e 497,6 mil m<sup>3</sup> de volume escavado. A obra conta com uma série de procedimentos para garantir a segurança do meio ambiente e das comunidades do entorno durante as detonações, incluindo medição dos níveis de ruído e vibração; sinalização; avisos sonoros; comunicação com a comunidade; cortina de bolhas para salvaguardar a fauna local; respeito ao período de defeso.

Além da obra principal de derrocamento do canal de navegação, o contrato da obra de Nova Avanhandava contempla a realização de duas obras complementares, que estão atualmente em execução: (i) Proteção dos pilares da ponte da SP-461, que visam garantir a segurança da navegação e a integridade das estruturas; (ii) Atracadouros de espera a jusante da eclusa, com vistas a aumentar a capacidade anual de movimentação de cargas das eclusas, diminuindo tempos de eclusagens dos comboios e permitindo operações com maior segurança a navegação.



Derrocamento do canal de acesso de Nova Avanhandava





Retirada de sedimentos do canal de acesso de Nova Avanhandava

Em 2025, também foi viabilizada a licitação da obra de implantação do atracadouro de espera de Bariri, resultado de um esforço concentrado para a estruturação do empreendimento e consolidação das condições necessárias à publicação do edital. Com investimento de R\$ 65,5 milhões e duração de 12 meses, as obras estão previstas para serem iniciadas no primeiro semestre de 2026. A intervenção contempla a implantação de atracadouros de espera a montante e a jusante da eclusa, incluindo a instalação de dol-fins e a ampliação de muros-guia, contribuindo para a redução do tempo de eclusagem e maior eficiência operacional.

A realização de obras de melhoria e ampliação da infraestrutura hidroviária é essencial para aumentar a atratividade do modal e impulsionar novos investimentos, ao proporcionar maior previsibilidade, segurança e eficiência às operações logísticas. Nesse contexto, o transporte hidroviário se destaca como alternativa mais sustentável, por sua elevada eficiência energética e menor emissão de poluentes, configurando-se como recurso estratégico para a redução dos impactos ambientais e para a consolidação de uma matriz logística mais limpa e equilibrada.

#### 9.2.4.1. Operação e navegabilidade

A SEMIL, por meio da Subsecretaria de Logística e Transportes (SLT), é responsável pela administração e manutenção da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná. Sua atuação assegura a operação contínua da hidrovia e contribui para a ampliação de seu uso como alternativa estratégica para o escoamento da produção.

Em 2025, a operação da hidrovia enfrentou desafios associados à intensificação da proliferação de macrófitas aquáticas, especialmente aguapés, fenômeno agravado pela

eutrofização e pelo aumento da temperatura da água. Em resposta, a SLT fortaleceu sua atuação no âmbito do Grupo de Fiscalização Integrada do Tietê (GFI-Tietê), adotando uma abordagem coordenada para o manejo da vegetação aquática. As ações incluíram o monitoramento contínuo de trechos críticos, como Barra Bonita, Ibitinga e Promissão, a remoção de macrófitas com embarcação dedicada e a realização de vertimento controlado em conjunto com a AUREN Energia nos acessos às eclusas.

No mesmo período, foi concluída a contratação de uma nova empresa para a manutenção do balizamento e a execução de levantamentos topobatimétricos da hidrovia. O novo contrato representa um avanço em relação aos anteriores, ao incorporar a ampliação dos serviços, a atualização de rotinas operacionais e a inclusão de equipamentos específicos para o enfrentamento das macrófitas, conferindo maior eficiência e capacidade de resposta às demandas da via navegável. Para tanto, foi realizada a aquisição e instalação de barreiras flutuantes de contenção na área de acesso à eclusa da Barragem de Barra Bonita. Esses dispositivos têm como finalidade conter e redirecionar o acúmulo de macrófitas, evitando sua dispersão e impedindo o ingresso nas faixas de navegação.

### 9.3. INVESTIMENTOS EM RODOVIAS ESTADUAIS E ESTRADAS MUNICIPAIS

No ano de 2025, em todo o Estado de São Paulo, foram concluídas 50 obras, totalizando 554,198 quilômetros de rodovias estaduais e estradas municipais, com investimento de R\$ 1.214.625.327,94 bilhões; 17,66 milhões de habitantes beneficiados e 17,5 mil empregos diretos e indiretos gerados. Até o final do ano, estavam em andamento 75 obras viárias do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), cobrindo uma extensão de 751,028 quilômetros e investimento de R\$ 1.718.085.433,43.

**50 OBRAS CONCLUÍDAS EM 554 KM**  
**DE RODOVIAS ESTADUAIS E ESTRADAS**  
**MUNICIPAIS COM INVESTIMENTOS**  
 **DE R\$ 1,2 BILHÕES**

Dos investimentos realizados no ano de 2025 aproximadamente R\$ 1.128.062.983,29 foram destinados à conservação de estradas, visando conservar e manter as condições de trafegabilidade e segurança da malha rodoviária estadual. Os serviços contemplam, entre outras atividades, conservação rotineira do pavimento, reparos localizados, tapa-buracos,



roçada, limpeza, desobstrução de dispositivos de drenagem, conservação de acostamentos, além da implantação, manutenção e reposição da sinalização horizontal e vertical e de dispositivos de segurança viária. Em relação à extensão de estradas municipais pavimentadas/recuperadas, destacam-se as obras e serviços executados até dezembro de 2025, registrando 148,951 quilômetros e investimento de R\$ 269.200.892,96 com benefício de população total de mais de 1,3 milhão de pessoas. A extensão total de rodovias estaduais duplicadas, implantadas e recuperadas, até dezembro de 2025, foi de 347,172 quilômetros.

No tocante às obras em andamento em 2025, convém mencionar que foram investidos R\$ 1.171.879.934,13 em 34 obras de Rodovias Estaduais, totalizando 470,062 km, bem como R\$ 546.205.499,30 milhões investidos em 41 obras de Estradas Municipais, totalizando 280,966 km.

Complementarmente, coloca-se em destaque o Programa Estradas Municipais, em fase de licitação, que irá beneficiar municípios em todo território do Estado de São Paulo ao longo de sua execução, com investimento previsto da ordem de R\$ 1.236.753.972,09 bilhões.

O DER também atuou na operação e segurança da malha rodoviária, realizando 283.326 atendimentos até dezembro de 2025. Em relação aos atendimentos prestados pelas Unidades Básicas de Atendimento (UBA) aos usuários nas rodovias estaduais sob gestão do Estado, houve investimento de R\$ 603.980.791,04, por meio de obtenção de veículos motorizados de duas rodas e novo sistema em implantação, objetivando a diminuição do tempo de resposta e a otimização do atendimento. Ainda nesta frente de atuação, foram registrados 1.647.014 atendimentos de ocorrências policiais (janeiro a dezembro de 2025), resultado do suporte provido pela Polícia Militar Rodoviária. Até dezembro de 2025, foram fiscalizados 16.549.757 veículos com peso e emitidas 207.652 Autorizações Especiais de Tráfego, as quais passaram a contar com a modalidade digital, ampliando a eficiência do acesso e da regularização dos usuários.



Carro de atendimento ao usuário DER



### 9.3.1. Obras concluídas em 2025 - em destaque

- **Viaduto em intersecção Viária** – Obras e serviços para implantação de viaduto de intersecção viária dos municípios de Sumaré e Hortolândia, Av. Cristóvão Colombo com a estrada municipal Américo Ribeiro dos Santos, no município de Sumaré/Hortolândia. **Investimento:** R\$ 41.407.014,45.
- **BR 381**– Obras e serviços de substituição da cerca de alambrado em tela metálica galvanizada para condução de fauna, estrutura de fundação em concreto armado, entre o km 72 e o km 75 da BR 381 – Rodovia Fernão Dias. **Investimento:** R\$ 1.313.047,98.
- **SP 050** – Obras e serviços de recuperação e proteção de talude com risco iminente km 136+500m (LE) da SP 050, Município de Monteiro Lobato. **Investimento:** R\$ 20.753.730,86.
- **SP 052** – Obras e serviços Correção e proteção de erosão, com risco iminente, na SP-052, km 219,400m. **Investimento:** R\$ 525.543,88.
- **SP 055** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/SP – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia SP 055, Do Km 53+600 Ao Km 68+000, Com Extensão De 14,400 Km, No Município De Ubatuba. Lote 32. **Investimento:** R\$ 30.098.210,93.
- **SP 073** – Obras e serviços de recomposição e reabilitação de talude com muro de gabião em cabeceira da ponte na SP 073 – km 5+950. **Investimento:** R\$ 45.309,45.
- **SP 147** – Obras e serviços de recuperação da pista, pavimento dos acostamentos, implantação dos dispositivos e melhorias. Ligação entre a SP 300 com a SP 280. Extensão 30,220. **Investimento:** R\$ 154.858.890,05.



SP 055





SP 214

- **SP 165** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, sob circunscrição do DER – Estrada Asfaltada 2, dividida em 99 Lotes. Rodovia SP 165, Do Km 20+100 Ao Km 40+300, Com Extensão De 20,200 Km, nos Municípios de Juquiá e Sete Barras. Lote 26. **Investimento:** R\$ 18.397.232,24.
- **SP 165** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/SP – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia SP 165, Do Km 0+050 Ao Km 20+100, Com Extensão De 20,050 Km, Nos Municípios De Juquiá E Sete Barras. Lote 27. **Investimento:** R\$ 21.680.447,68.
- **SP 165** – Obras e serviços de contenção de talude com risco iminente, localizado no km 156+200m da SP 165, município de Iporanga. **Investimento:** R\$ 590.917,55.
- **SP 214** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/Sp – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia SP 214, Do Km 32+800 ao km 61+800, Com Extensão De 29,000 Km, Nos Municípios De Itapeperica Da Serra E Embu Guaçu. Lote 77. **Investimento:** R\$ 49.067.187,78.
- **SP 261**– Contratação das obras e serviços pavimentação da pista e dos acostamentos e melhorias da SP 261, do km 78,77 ao km 106,400, trecho de Borebi - Lençóis Paulista. **Investimento:** R\$ 136.897.591,00.
- **SP 305** – Contratação de obras e serviços da duplicação da Rodovia SP 305, denominada José Pizarro, do km 14+500 ao km 19+400, com 4+900 km de extensão, no município de Monte Alto. **Investimento:** R\$ 106.827.934,1.
- **SP 312**– Obras e serviços de readequação do sistema de drenagem para controle dos problemas recorrentes de instabilidade do aterro na altura do km 39+900m da SP-312, município de Santana do Parnaíba. **Investimento:** R\$ 6.409.326,62.



- **SP 324** – Contratação das obras e serviços de duplicação, alteamento da pista, implantação de viadutos e passagens inferiores de pedestres, no trecho da rodovia SP 324, do km 87+460m ao km 90+600m, trecho de intersecção da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira - SP 083, Anel Viário de Campinas, até a Rodovia Santos Dumont - SP 075 e Aeroporto de Viracopos, município de Campinas. **Investimento:** R\$ 124.398.143,97
- **SP 324** – Contratação das obras e serviços de implantação de dispositivo e melhorias na rodovia Miguel Melhado Campos - SP 324, entre os Km 77,400 e Km 78,700, com 1,300 Km de extensão, no município de Vinhedo. **Investimento:** R\$16.851.013,39.
- **SP 334** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/SP – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia SP 334, Do Km 432+000 Ao Km 438+847, Com Extensão De 6,847 Km, No Município De Pedregulho. Lote 51. **Investimento:** R\$ 26.139.259,92.
- **SP 336** – Obras e serviços de pavimentação das SP 336 Rodovia Rio Negro e Solimões, trecho Batatais-Franca, km 387,000 ao km 398,400. **Investimento:** R\$ 42.871.983,92.
- **SP 351** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/SP – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia SP 351, Do Km 41+000 Ao Km 51+600, Com Extensão De 10,600 Km, No Município De Batatais. Inclusive 1 Dispositivo. Lote 53. **Investimento:** R\$ 27.476.183,34.
- **SP 351** – Obra do Km 0+000 Ao Km 15+000, Com Extensão De 15,000 Km, Nos Municípios De Santo Antônio da Alegria e Altinópolis. Lote 56. **Investimento:** R\$ 34.359.489,09.
- **SP 379** – Obras e serviços de Recuperação de Galeria na Rodovia SP-379, km 43+200m. **Investimento:** R\$ 940.177,00.



Obras na SP 324





SPA 357/326

- **SP 563** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/SP – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia SP 563, Km 330,5 ao Km 353, Extensão 22,5 Km, Município Marinópolis, Palmeira D'Oeste, São Francisco E Jales. Lote 64. **Investimento:** R\$ 60.773.864,26.
- **SP 563** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/Sp – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia Sp 563, Do Km 307,95 Ao Km 330,5, Extensão De 22,5Km, Nos Municípios De S. Francisco, Ap. D'Oeste, Marin., Palm. D'Oeste E Jales E Rodovia Sp320, Km 564,1 Ao Km 601, Extensão 36,9Km, Municípios De Estrela D'Oeste, Jales, Urânia E Sta. Salete. Lt 65. **Investimento:** R\$ 57.359.371,70.
- **SPA 357/326** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/Sp – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia Spa 357/326, Do Km 0+000 Ao Km 5+300 E Do Km 7+300 Ao Km 12+980, Com Extensão De 10,980 Km, Acesso Aos Municípios De Taiúva E Taiacu. Lote 95. **Investimento:** R\$ 9.782.599,79.
- **SPA 462/322** – Prestação de Serviços de Conservação Especial e Reabilitação da Sinalização Horizontal em Rodovias do Estado de São Paulo, Sob Circunscrição Do Der/Sp – Estrada Asfaltada 2, Dividida Em 99 Lotes. Rodovia Spa 462/322, Do Km 0+000 Ao Km 8+780, Com Extensão De 8,780 Km, Acesso Ao Município De Guaraci. Lote 97. **Investimento:** R\$ 8.335.288,11.



## 9.3.2. Obras em andamento em 2025 - em destaque

- **SP 055** – Contratação das obras e serviços de recuperação estrutural da Obra de Arte Especial (OAE) sobre o Rio Maranduba - km 77+600 L/O, e da Obra de Arte Especial (OAE) situada sobre o Rio Arapirá - km 77+800 L/O, ambas localizadas na Rodovia Doutor Manoel Hyppolito Rego (SP 055), trecho Ubatuba – Caraguatatuba. **Investimento:** R\$ 24.448.719,57.
- **SP 123** – Recuperação do Canal da Obra de Arte Especial no km 4+100 m da SP 123, município de Taubaté. **Investimento:** R\$ 2.972.985,10.
- **SP 123** – Contratação de obras de recuperação do pavimento e melhorias da SP 123, do km 1,200 ao km 25,500, com extensão total de 44,800 kms, divididos em 2 lotes:
  - Lote 01: Contratação de obras de recuperação do pavimento e melhorias da SP 123, do km 1,200 ao km 25,500, com extensão total de 24,300 kms, nos municípios Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba. **Investimento:** R\$ 129.269.433,73.
  - Lote 02: Contratação de obras de recuperação do pavimento e melhorias da SP 123, do km 25,500 ao km 46,000, com extensão total de 20,500 kms, nos municípios Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão, divididos em 2 lotes. **Investimento:** R\$ 63.626.233,80.
- **SP 322** – Obras e serviços Contratação das obras e serviços da construção de viaduto na SP-322, no km 397+400m - cruzamento com a Av. Raul Furquim, no município de Bebedouro. **Investimento:** R\$ 67.114.289,41.
- **SP 457** - Contratação das obras e serviços de Obras e Serviços agrônômicos de recomposição vegetal visando a continuidade das obras de recuperação de danos ambientais (erosão), na altura do km 10+200m, lado esquerdo, na Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes – SP 457. **Investimento:** R\$ 786.662,00.



Modernização da SP 123



- **SP 613** – Contratação das obras e serviços Implantação de alambrados para proteção da fauna ao longo da Rodovia SP-613, Rodovia Arlindo Bértio, trecho Teodoro Sampaio – Euclides da Cunha – Rosana, especificamente nas unidades de conservação do Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD) e da estação ecológica Mico-Leão-Preto (ESEC MLP), adicionalmente o projeto contempla a instalação de portões e “jump-outs” (rampas de escape). **Investimento:** R\$ 12.262.072,34.

## 9.4. INVESTIMENTOS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

Para atender as necessidades e aprimorar os serviços prestados no Porto de São Sebastião, foram realizados aportes para regularização, adequações e melhorias de infraestrutura portuária. Em 2025, destaca-se a execução de três principais projetos: (i) conclusão da manutenção nas defensas no Berço 101, para melhorar a segurança para as embarcações; (ii) execução da dragagem de manutenção do Berço principal e bacia de evolução, para reestabelecer a cota de - 10 metros de profundidade; (iii) execução das obras de regularização e melhorias no Porto para cumprimento do Plano de Segurança Portuária. O total de investimentos foi de R\$ 12.762.374,60.



**R\$ 12,7 MILHÕES** EM OBRAS DE  
MELHORIAS NO PORTO, QUE REGISTROU  
MOVIMENTAÇÃO DE **1.442 MIL**  
TONELADAS DE PRODUTOS EM 2025

Em 2025, o Porto de São Sebastião registrou a movimentação de mais de 1.442 mil toneladas de produtos, com valores de importação e exportação que somam cerca de US\$ 817 milhões de dólares. As principais cargas operadas foram açúcar, barrilha, malte e cevada. Um ponto de destaque é a movimentação de animais vivos, que apresentou crescimento de quase 30% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

No que diz respeito à atração de novas cargas, o Porto voltou a movimentar, ou começou a operar recentemente, cargas como trigo, cargas de projeto, alumina calcinada, sulfato de sódio e fertilizantes. Essa diversificação ressalta a capacidade e a vocação do Porto de São Sebastião como um terminal multipropósito.



Porto de São Sebastião

Adicionalmente, foram realizadas ações pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) voltadas a:

**Área de Apoio Logístico Portuário (AALP):** foram credenciadas duas áreas privadas de apoio logístico portuário (Pátio de triagem) para caminhões, por meio de chamamento público, com o objetivo de regularizar a triagem, o estacionamento e o fluxo de veículos de carga que se destinam ao Porto Organizado. Esta iniciativa busca reduzir o congestionamento no centro de São Sebastião, diminuindo a emissão de gases de efeito estufa e melhorando a eficiência no descarregamento de mercadorias nos armazéns do Porto, ao mesmo tempo em que contribui para oferecer mais conforto e qualidade de vida para os motoristas.

**Contrato de Uso Temporário no Porto de São Sebastião:** foi autorizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) a celebração de contrato de uso temporário ente o Porto de São Sebastião e empresa privada para a movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, com ênfase em cevada e malte. Estima-se o investimento privado de cerca de R\$ 9,2 milhões, para intervenções no piso, infraestrutura elétrica e hidráulica, aquisição de equipamentos e instalação de armazéns estruturados.

**Investimento para obra de acesso ao Porto:** foi assinado termo aditivo ao contrato de concessão da Rodovia dos Tamoios, operada pela Concessionária Tamoios, para criação de um novo acesso ao Porto de São Sebastião. O aditivo prevê investimentos de mais de R\$ 55 milhões. A obra tem conclusão prevista para 2026 e o objetivo do projeto é conectar as vias internas do Porto diretamente ao Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios, facilitando o tráfego de veículos de carga e otimizando a logística no terminal.



Essa conexão reduzirá a circulação de veículos pesados na área urbana do município de São Sebastião e aumentará a eficiência operacional do terminal portuário.

**Eficiência Energética:** a CDSS aderiu à Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos e aplicou incentivos tarifários por meio da plataforma *Environmental Ship Index* (ESI), com sede na Holanda, para navios que emitem baixas quantidades de gases efeito estufa na atmosfera, a fim de incentivar a eficiência energética dos navios que frequentam o Porto de São Sebastião. Em 2025, 35 viagens de navios de turismo foram beneficiados com redução de tarifas portuárias por demonstrarem índice superior a 40 no ESI.



Novo pátio do Porto de São Sebastião

A CDSS empenhou esforços na implementação de ações para o desenvolvimento ambiental sustentável, com evolução de operações para gestão de resíduos, eficiência energética e conservação de recursos naturais. Estas ações integram o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Plano de Gestão Ambiental (PGA), e incluem o monitoramento contínuo das emissões atmosféricas, de ruídos, da qualidade das águas subterrâneas, da fauna e flora locais.

O PGA foi aprovado pelo IBAMA em 2024, com validade equivalente à validade da licença ambiental (até 2028). O Plano prevê programa de monitoramento do meio biótico, físico e socioambiental. No escopo do PGA está previsto o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), que estabelece diretrizes para a gestão de resíduos sólidos no interior do porto. O plano define que todos os operadores portuários, arrendatários e prestadores de serviço que operam nas áreas do porto devem elaborar e submeter seu próprio plano de gerenciamento de resíduos (PGRS) individualizado, referente às atividades que realizam, como manutenções, movimentação de cargas, obras, uso temporário etc. A minimização da geração e o controle rigoroso reduzem a pressão sobre serviços de limpeza e sobre o descarte inadequado, contribuindo para a saúde pública e ambiental.

O gerenciamento de resíduos integra-se ao restante do SGA, com procedimentos, registros, auditorias internas/externas, controle documental, tratamento de não conformidades, treinamento de pessoal e inspeções periódicas. Com essas práticas, o porto melhora indicadores ambientais — por exemplo, o Índice de Desempenho Ambiental da ANTAQ, tendo atingido 96,31 pontos.

Como reconhecimento pelos resultados alcançados, o Porto de São Sebastião obteve, em 2024, o 1º lugar na categoria Desenvolvimento Ambiental da 7ª edição do Prêmio ANTAQ, que avalia a evolução das operações portuárias sob os aspectos de gestão de resíduos, eficiência energética e conservação dos recursos naturais. Na sequência desse desempenho, em 2025, o Porto foi agraciado com o 2º lugar na categoria Desempenho ESG no XII Congresso Internacional de Desempenho Portuário (Cidesport), premiação que destaca as melhores práticas de gestão, sustentabilidade e responsabilidade corporativa no setor portuário.

**1º LUGAR** EM DESENVOLVIMENTO  
AMBIENTAL (ANTAQ) – 2024



**2º LUGAR** EM DESEMPENHO  
ESG (CIDESPORT) – 2025



|          |                                                                                                                                                              |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OEMIL 11 | Atualizar o planejamento estratégico de logística e transportes, identificando as necessidades de investimentos e buscando o crescimento da intermodalidade. |
| OEMIL 12 | Ampliar e modernizar a infraestrutura de transporte, bem como apoiar os Municípios em obras conveniadas.                                                     |
| OEMIL 13 | Operar e manter a infraestrutura de transporte a cargo do Estado.                                                                                            |

**PLANO PLURIANUAL 2024-2027:** Programa 2627 - Melhorias na Infraestrutura de Transporte Estadual, Programa 2628 - Operação, Conservação e Segurança da Infraestrutura de Transporte Estadual, Programa 2629 - Planejamento de Logística e Transportes.

**ÁREAS ATUANTES:** Secretaria Executiva, Assessoria de Mudanças Climáticas, Subsecretaria de Logística e Transporte, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Departamento de Estradas e Rodagem, Companhia Docas de São Sebastião.









## 10. CONCLUSÃO



O exercício de 2025 marcou a consolidação da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) como órgão estratégico para o **desenvolvimento sustentável** do Estado de São Paulo, com avanços expressivos na integração entre políticas ambientais, de infraestrutura e de logística, orientadas por planejamento de médio e longo prazo e por uma atuação transversal, baseada nos compromissos para a resiliência do Estado de São Paulo e no fortalecimento do desenvolvimento, do diálogo e da dignidade do povo paulista.

No campo **institucional e da governança**, o período foi marcado pelo fortalecimento da estrutura administrativa, modernização da gestão, valorização de carreiras e ampliação da capacidade técnica das entidades vinculadas. O aprimoramento dos mecanismos de planejamento, integridade e transparência, aliado ao crescimento dos investimentos públicos e à adoção de soluções digitais, resultou em maior eficiência administrativa e reconhecimento externo das práticas adotadas.

A **agenda climática** do Estado avançou de forma consistente, com a consolidação de sua governança, a revisão e operacionalização dos instrumentos de mitigação e adaptação, o lançamento do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática e a implementação de mecanismos inovadores de financiamento climático. Essas iniciativas reforçaram o protagonismo paulista no enfrentamento das mudanças climáticas, com foco em justiça climática, transição energética e atração de investimentos sustentáveis.

Na área de **meio ambiente**, os resultados refletem a ampliação das ações de conservação, restauração ecológica e proteção da biodiversidade, com metas de restauração significativamente avançadas, fortalecimento das unidades de conservação, expansão e qualificação dos parques urbanos, incorporação de diretrizes de planejamento territorial e ambiental por órgãos estaduais e municipais e intensificação da fiscalização ambiental. Destacam-se ainda os avanços na prevenção e combate aos incêndios florestais, na bioeconomia, nos mecanismos de pagamento por serviços ambientais, na educação ambiental e na produção científica, fortalecendo a relação entre ciência, política pública e sociedade.

O **Programa IntegraTietê** consolidou-se como uma iniciativa estruturante e integradora das políticas públicas estaduais, promovendo avanços na recuperação ambiental, no saneamento básico, na drenagem e manejo de águas pluviais, na gestão dos recursos hídricos e na valorização do Rio Tietê como ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável. Os resultados alcançados reforçam a importância de uma atuação coordenada entre diferentes áreas governamentais para ampliar a resiliência climática, melhorar a qualidade ambiental e elevar a qualidade de vida da população paulista.

No tema da **segurança hídrica**, houve progresso relevante no planejamento, na regulação e nos investimentos estruturantes, com fortalecimento do financiamento a municípios, ampliação do monitoramento hidrológico e execução de obras para ampliação

da oferta hídrica. Programas de grande escala voltados à recuperação de rios e à resiliência das bacias hidrográficas trouxeram benefícios diretos à qualidade ambiental e à qualidade de vida da população.

Em **saneamento**, a Pasta consolidou seu papel indutor da universalização dos serviços, com apoio técnico e financeiro aos municípios, avanço da regionalização e estruturação de soluções sustentáveis para água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. As ações contribuíram para a redução das desigualdades no acesso e para o fortalecimento da gestão municipal e regional.

A atuação em **energia e mineração** reforçou a estratégia de transição para uma economia de baixo carbono, com planejamento energético de médio prazo, estímulo à eficiência energética, fortalecimento do uso de fontes renováveis, em especial o biometano, e avanço do ordenamento territorial da mineração, conciliando desenvolvimento econômico, segurança jurídica e proteção ambiental.

Por fim, na área de **logística e transportes**, destacam-se os investimentos na modernização, ampliação, operação e manutenção da infraestrutura estadual, abrangendo rodovias, hidrovias, travessias e o Porto de São Sebastião. O fortalecimento do planejamento logístico, a ampliação da intermodalidade e a melhoria da governança dos ativos contribuíram para maior eficiência operacional, competitividade econômica e integração territorial.

De maneira transversal, 2025 foi marcado pela integração de políticas públicas, pela adoção de soluções inovadoras, pelo fortalecimento da governança, da transparência e da participação social, e pela entrega de resultados concretos à sociedade paulista. A SEMIL encerra o período com bases institucionais sólidas, políticas estruturantes em curso e capacidade ampliada para enfrentar os desafios ambientais, climáticos e de desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.





**GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO**

Secretaria de Meio Ambiente,  
Infraestrutura e Logística